

# vida mundial

N. 1889 27/5/1976  
preço 15\$00

## PRESIDENCIAIS

AS CARTAS ESTÃO NA MESA

FREITAS DO AMARAL

"Tudo depende  
do presidente  
eleito"





SELECCÕES  
DA SEMANA  
NOVIDADES

# ESTES SÃO OS LIVROS QUE SELECCIONAMOS PARA SI!



MARIA DA FONTE

## Os Tambores da Chuva

Autor: ISMAÏL KADARÉ

Muralhas ensanguenadas que dezenas de milhar de homens tentam escalar; um comandante cuja sorte está dramaticamente ligada à tomada desses muros; eis o quadro do romance de Ismaíl Kadaré.

Preço: 90\$00



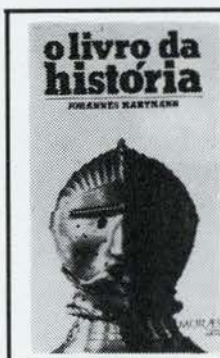
L. RODRIGUES

## Bastardos das Pátrias

Autor: L. RODRIGUES

Os canadianos recebem-nos mas não nos aceitam. Eles precisam de nós mas não nos querem. Reconhecem-nos o valor e não o respeitam. O nosso suor tornou-os prósperos e cada vez mais ricos. Mas detestam o cheiro da nossa transpiração.

Preço: 120\$00



MORAES EDITORES

## O Livro da História

Autor: JOHANNES HARTMANN

Um instrumento de trabalho e de informação para os estudantes e o leitor em geral. A cronologia factual da história do homem, desde o início até aos nossos dias. Um livro actual e de consulta permanente.



CEDIART

## Curso de Karatê

FASCÍCULO N.º 1

O karatê é uma arte, e, como tal, será apenas utilizado como meio desportivo, de educação física e espiritual. Como tal não devemos aproveitar aquilo que iremos aprender no decorrer deste curso, para fazer mal em prejuízo do próximo.

Preço: 80\$00

DOCUMENTOS

DOS PRESOS POLITICOS  
BRASILEIROS

MARIA DA FONTE

## Dos Presos Políticos Brasileiros

Quando tomamos posição na denúncia e condenação da repressão no Brasil, estamos, apenas, a continuar o nosso próprio combate contra o tentacular fascismo.

Preço: 80\$00



distribuidora O SÉCULO



## editorial



Por  
Natália Correia

# O VALOR MAIS ALTO

O caminho para a perda da independência nacional pode muito bem começar pela falta de dignidade nacional. Subvertida esta, pouco sobeja com que obstar às diferentes formas de que a colonização se serve para corroer a soberania de um Estado.

O subentendido deste preâmbulo é, como se percebe, a suspensão das relações diplomáticas de Angola com Portugal e não hesitamos em dizer que nelas se patenteia o propósito de colocar a questão no plano da chantagem.

De facto, como foi noticiado, a retirada dos nossos representantes diplomáticos em Angola é decidida unilateralmente pelo Governo da RPA na sequência de pressões exercidas sobre Portugal pela facção pró-soviética do MPLA no sentido de nos ditar uma orientação política moldada a planos que têm a sua génese no Kremlin.

Desde a inclassificável tentativa do ingerir nos nossos órgãos de Comunicação Social até ao desairo de nos indicar um candidato à Presidência que encarnaria as virtudes sonhadas por Moscovo, não nos poupou Luanda a coacções que traduziam o aberrante projecto da nossa ex-colónia querer agora colonizar-nos.

É oportuno lembrar que à data do reconhecimento da RPA, alguns prevenidos, entre os quais me incluo, decifraram nas circunstâncias que possibilitaram o triunfo do MPLA pró-soviético os sinais do que poderia vir a acontecer: Angola, nas mãos soviéticas, convertia-se num instrumento ideal para que a política portuguesa sofresse cobichadas ingerências. Com efeito, não é por acaso que o "requiem" pelas nossas relações diplomáticas com Angola é entoado por Lopo do Nascimento na Embaixada de Cuba em Luanda. Subtilmente, através de Angola, faz-se notar que a Rússia mais Cuba dispõem ali de poder suficiente para utilizar esse trunfo quando as suas conveniências o recomendarem.

O jogo é claro e clara teria de ser a resposta. Como era de esperar ela fez-se ouvir: "Portugal não permitirá que Angola interfira nos seus assuntos internos." Isto disse Ramalho Eanes. Isto disseram outras vozes que ainda falam português aprendido na materna cartilha que não de Karl Marx.

Em termos de dignidade nacional não é realmente concebível que a injúria possa suscitar outra espécie de reacção. Mas suscitou. Tomemos o caso de Melo Antunes.

Surpreendido com a decisão de Luanda, o ministro dos Negócios Estrangeiros logo se recom põe do efeito desse pontapé angolano no traseiro que dz mais mostraram os que mesureiramente conduziram as nossas relações com a RPA, para atinar primordialmente com a detecção de um fantasma muito das suas insónias: a atitude de Angola favorece a estratégia das forças da direita.

Ninguém duvida de que a estupidez das esquadras é o ganho das direitas e vice-versa. O que se estranha é que um político que nas suas funções tem como primeira obrigação resguardar a dignidade do povo que representa para estrangeiro ver sobrestime na afronta feita a Portugal a perspectiva temerosa de que a bofetada angolana venha fortalecer as direitas. Convenhamos que a situação, nas suas profundas implicações de agressão à nossa soberania, é inadequada para Melo Antunes nela vasar o seu obsessivo temor das direitas. Se tal princípio prevalecer todos os vexames infligidos à pátria são aceitáveis, desde que a sua aceitação nos seja garantia de que as direitas são liquidáveis com a humilhação nacional. Mas não são. Antes pelo contrário. E aí é que está o erro de as valorizar como perigo proveniente da decisão tomada por Angola. Porque o que efectivamente as pode favorecer é descurar o valor mais alto que na questão se alevanta: respondermos à ofensa com toda a robustez da honra nacional.



EDITORIAL por Natália Correia ..... 1

## NACIONAL

Presidenciais	3
Relações com Angola	6
"Retornados"	8
Capitão Fernandes	8
Humor	9
Os que riem	14
A la minuta	15
Vêm aí os chineses	56
Vera Lagoa	57
Greves	59
Os surdos	61

## ENTREVISTA

Freitas do Amaral	10
-------------------	----

## ENERGIA ATÓMICA

Maquinação política	16
---------------------	----

## HISTÓRIA

Onde estão as obras de arte da família real?	21
Há 50 anos: o "28 de Maio"	61

## JUSTIÇA

Jurados para quê?	24
-------------------	----

## LIVROS

Os equívocos do dr. Rebelo	39
"Fogo Preso"	40
José Martins Garcia	41
Vergílio Ferreira	43
Os dez mais	43

## CINEMA

"Relações Escaldantes"	44
"Malícia de Vénus"	44
Pornoqrafia política	45

## TEATRO

Uma revista remoçada	45
Grupo 4	46

## BAILADO

"Jok" da Moldávia	47
-------------------	----

## TV

Os "deslizés"	47
---------------	----

## ECONOMIA

Portugal entre os pobres	50
--------------------------	----

## INTERNACIONAL

Crónica de Saint-Robert	52
Espionagem na RFA	53
Líbano	54
Rodapé	54
Nato	55



## PRESIDENCIAIS:

### As cartas estão na mesa

As eleições presidenciais estão a cavar cisões nos principais partidos democráticos. Quem está a fomentá-las? E a quem interessam? O artigo sobre as presidenciais (na pág. 3) fornece as principais pistas para a compreensão deste "fenómeno".

## separata



## A REVISTA À PORTUGUESA

É expressão mais genuinamente portuguesa da expressão teatral, a revista é o tema da separata deste número da "Vida Mundial". Das suas raízes profundas, que mergulham nas farsas vicentinas e no teatro de cordel dos séculos XVII e XVIII, às rábulas do Parque Mayer dos nossos dias, a revista à portuguesa é bem "o sal e pimenta" do nosso espírito (págs. 27 a 38).

Director:  
Natália Correia

Chefe de Redacção:  
Paulo Figueira

Subchefe de Redacção:  
Carlos Plantier

Secretário de Redacção:  
M. Manuela de Sousa Rama

## REDACÇÃO:

Afonso Manta, Carlos Pinto Coelho, Dórdio Guimarães, Feliciano Ferreira, F. Guerra, João de Almeida, José Machado, José N. Fernandes, Tomás Ribas

## Fotografia:

Abel Fonseca

## Secretariado:

Maria Manuela Andrade

## Colaboradores:

A.C. Monteiro, Egídio Álvaro (Artes Plásticas), João Costa (Economia), Jorge Guimarães (Livros), Philippe de Saint-Robert (Paris), Sérgio Lima (Televisão)

Preço: 15 \$00

## Assinaturas:

### Via ordinária

Continente e Ilhas - 3 meses: 175 \$50, 6 meses: 351 \$00, 12 meses: 702 \$00; Angola, Moçambique, Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe, Macau, Timor, Espanha e Brasil - 6 meses: 351 \$00, 12 meses: 702 \$00; outros países - 6 meses: 455 \$00, 12 meses: 910 \$00.

### Via aérea

12 meses: Ilhas Adjacentes - 764 \$00; Angola, Moçambique, Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe, Macau e Timor - 1201 \$00; Espanha - 764 \$00; Brasil - 1284 \$00; países europeus (excepto Espanha) - 1034 \$00; outros países - 1493 \$00.

## Redacção e Administração:

Rua de "O Seculo", 63 - Telef. PBX 36 27 51/5.

## Composição e Impressão:

Rua de "O Seculo", 41 - Lisboa-2.

## Propriedade:

Sociedade Nacional de Tipografia.

Sai às quintas-feiras.



## Presidenciais

# PARTIDOS EM CRISE: QUEM APROVEITA?

Enquanto se ultimam os preparativos para o início da campanha eleitoral, os partidos democráticos estão ameaçados com crises susceptíveis de afectar as possibilidades do general Ramalho Eanes.

Passada que foi a surpresa da candidatura de Octávio Pató, o PCP remeteu-se ao silêncio. Entretanto, as pressões sobre Costa Gomes para que se candidate, nas quais o MDP esteve empenhado, a questão da elegibilidade de Otelo Saraiva de Carvalho, as declarações de Pinheiro de Azevedo e de Galvão de Melo dominaram as atenções na semana transacta. Ultimam-se os preparativos para o início da campanha eleitoral.

A preocupação dos comentadores esteve na tentativa de desmontagem das táticas partidárias e na observação do que se vai desenrolando no interior dos partidos.

Depois da manifesta crise dos socialistas, habilmente explorada com o lançamento da campanha de Pinheiro de Azevedo, tornou-se patente a existência de dificuldades no PPD.

Até que ponto o aparecimento de certas candidaturas tem a ver com o despoletar de crises no seio das forças partidárias? Até que ponto certas candidaturas têm sido catalisadores dessas crises? Escaparão o CDS e o PCP de doenças semelhantes?

### CANDIDATURAS E CRISES

Se a efectivação da candidatura do actual Primeiro-Ministro alargou as

contradições entre as duas principais correntes no seio do PS, normalmente personalizadas em Salgado Zenha e António Reis, a questão de saber até onde irá este conflito interno é a interrogação que se põe.

Apesar das tranquilizantes afirmações de Mário Soares — "O Partido Socialista está unido em torno da candidatura de Ramalho Eanes" —, os sintomas de que a crise deverá assumir novas dimensões manifestam-se quase diariamente.

Comunicados atribuídos às bases do Partido Socialista, contestando a sua direcção, têm aparecido em alguns locais.

É certo que os dirigentes do PS negam que tais comunicados tenham saído das estruturas partidárias. No entanto, se a negativa é verdadeira, pergunta-se: quem fabrica os comunicados, quem canaliza as notícias para o "pecepista" *Diário*? Em suma, a quem interessa a divisão, neste momento, no PS?

Por outro lado, os proponentes da >

## CONSELHOS AO GENERAL

Nove andares de um edifício ainda em construção foram colocados ao dispor da candidatura do general Ramalho Eanes. Paredes nuas e algum mobiliário provisório constituem o pano de fundo de uma máquina posta a funcionar no dia 20 deste mês.

Todos quantos ali trabalham fazem-no em regime de voluntariado. Desde os notários que, no rés-do-chão, reconhecem as assinaturas aos jornalistas e funcionários administrativos, todos são apoiantes do general, que, metendo férias ou pedindo licença nos respectivos empregos, contribuem para que a campanha seja levada a bom termo.

Até ao momento, mais de 30 mil pessoas preencheram os impressos de adesão. As 7500 assinaturas já vão longe e, das 9 da manhã até cerca da meia-noite, centenas de apoiantes aglomeram-se frente ao número 16 da Avenida da República. Mas não é só através dos boletins que o público mostra o seu apoio a Eanes. Diversas formas de adesão chegam ao centro, formas essas que vão desde os telegramas às flores, passando pelas mensagens, livros com dedicatórias, cartões com problemas pessoais e recortes de jornais sublinhados. Alguns cidadãos mais preocupados descobriram um novo tipo

de apoio: o conselho. E, assim, chegaram nos últimos dias cartas onde o general é aconselhado, prudentemente, sobre a arte de bem governar.

Até uma senhora, com mais de 90 anos, decidiu pegar na pena e dirigir-se a Eanes. Explica que é a primeira vez que escreve a um político e diz de sua justiça. A todas estas pessoas um serviço especial procura dar resposta através de uma carta que contenha a assinatura do general.

Paralelamente ao centro, funcionam também serviços de recolha de assinaturas nas sedes dos partidos que expressaram o seu apoio a Eanes. E cada um tem o seu representante numa "comissão política" assim constituída: Alfredo de Sousa, pelo PPD, Manuel Alegre, pelo PS, e Pedro de Vasconcelos, pelo CDS.

Sempre que pode, o general vai até ao centro. Muitas vezes, visitas rápidas, mas, havendo tempo, percorre os serviços e contacta pessoalmente com toda a gente. De um modo geral, é ao fim do dia o horário de chegada de Ramalho Eanes.

Até agora não se registou nenhum incidente no local. Passe o serviço de segurança que, metodicamente, vai executando o seu trabalho...





Pinheiro de Azevedo: a quem aproveita a divisão do PS?



Ramalho Eanes: o alvo ▶

▶ candidatura de Costa Gomes afirmaram publicamente contar com o apoio de gente do PS e mesmo do PPD. A acreditá-los, resulta que o lançamento do nome do actual Presidente da República poderia levar água ao moinho da crise socialista e dos populares democráticos.

Sendo falsa a afirmação, ela resulta numa intenção deliberada de lançar a confusão nas fileiras do PS e do PPD.

Qualquer das alternativas aponta para a actuação do MDP como explorador de contradições internas em partidos democráticos. E uma vez que o MDP, nas vésperas das eleições legislativas, recusou o estatuto de partido político, torna-se claro que a sua actuação vem em proveito de terceiros.

Quanto ao PPD, para além das mencionadas declarações dos proponentes da candidatura de Costa Gomes, o grupo dos "condicionais" com influência no CERESD (Centro de Estudos Social-Democrata) apareceu a pressionar a realização de um congresso para solução de uma crise existente no partido dirigido por Sá Carneiro.

Os "condicionais" são um conjunto de personalidades que, na cisão ocorri-

da no PPD em consequência do Congresso de Aveiro, optaram por ficar no partido mediante certas condições. Terão, porventura, as suas razões. Todavia, não deixa de ser curioso observar-se a simultaneidade do reaparecimento destes "condicionais" e as declarações dos proponentes de Costa Gomes — e a coincidência com os interesses de quantos jogam na divisão dos partidos democráticos.

As circunstâncias obrigam a não desprezar e os rumores que, desde há tempos, se ouvem em certos meios políticos lisboetas: estaria na forja um novo partido dito socialista independente, congregando alguns dos dissidentes do PS em 1975 (companheiros de Manuel Serra), alguns dos ex-MES e novos dissidentes socialistas e social-democratas.

## AS PREOCUPAÇÕES DE GALVÃO DE MELO

O general Galvão de Melo, que chegou a ser tido como presidenciável, foi definitivamente afastado da corrida a Belém. O CDS optou pelo apoio a Ramalho Eanes. Galvão de Melo, perdido o ensejo de uma participação

directa na campanha, fez declarações à Imprensa e partiu para o estrangeiro.

As suas palavras poderão ter parecido estranhas; quanto a nós, são a primeira manifestação das consequências de uma hábil manobra que denunciámos no último número da "VM"

Disse o general que a candidatura de Ramalho Eanes é susceptível de "colagens" e infiltrações por parte de certos grupos de coloração esquerdista, o que acarretaria nefastos resultados. Onde, contrariando a opção do CDS, Galvão de Melo revele a sua simpatia por Pinheiro de Azevedo.

Quase simultaneamente, José Manuel Barroso publicou em "O Jornal" um curioso artigo, no qual, sublinhando a convergência táctica da candidatura de Pinheiro de Azevedo com a



## O CANDIDATO MAIS EXCÊNTRICO

Manuel Grangeio Crespo, não desfazendo o seu *curriculum* de homem, artista e escritor de muitas e variegadas andanças por este mundo e o outro, propõe-se como franco atirador candidato do povo às eleições presidenciais de 1976.

De 36 anos e habilitado técnico *psiconauta*, vem livremente representar "organização nenhuma". De peito aberto, quase saudável, quase capaz de ser porta-voz das aspirações mais recônditas que, apesar de tudo, ainda vicejam nos corações portugueses. Vem, num passo de dança mental, voluntariamente satisfeito com a sua cabriola. Quase auto-suficiente. Com toda uma benfazeja e congénita decadência de princípios e de estilo, com todo o apurmo do absurdo cósmico com que a natureza o dotou. E vai, na pressa da sua

vertigem alucinogénea, ao encontro da imaginação de um povo que subjaz em um D. Quixote serôdio.

Mas será, concretamente, Manuel Grangeio Crespo um homem livre? Tem a sua candidatura a chancela da liberdade? Sim, cremos que um certo arrivismo de generosidade o inspirou a esta cena de "commedia del arte", ou não fosse ele um dramaturgo *sui generis*.

Leia-se o seu livro "Apelo ao Povo" que condensa a sua posição perante a situação política do país e, simultaneamente, anuncia o seu programa de governo. Menos penetrantes são, porém, as notas à margem, subscritas pelo seu "conselheiro" Luiz Pacheco. Cuidado, Grangeio Crespo!

Seja como for, a candidatura do menos ortodoxo dos nossos candidatos a

Apelo  
Ao  
Povo



presidente da República, traz a aragem fresca da ironia e a descompressão do sentido do humor tão necessário para aliviar estas coisas da rígida realidade. Pelo menos, o gérmen do totalitarismo está ausente nesta candidatura como, infelizmente, em algumas outras não se verifica...

manobra eleitoral do PCP, concluiu que o almirante seria o candidato disponível para a direita. Aliás, Pinheiro de Azevedo em entrevistas concedidas ao "Seculo Ilustrado" e ao "Expresso" procurou apresentar-se como o mais firme "antipecepista" de todos os candidatos.

Que tudo isto é susceptível de criar embaraços ao general Ramalho Eanes, revelou-o Galvão de Melo. O lançamento das múltiplas candidaturas, a repartição dos mesmos apoios por vários candidatos, o "mistério" dos apoios a Pinheiro de Azevedo (porque não revela o almirante a composição da sua comissão de apoio?), a súbita promoção do actual Primeiro-Ministro (talvez involuntariamente feita) por alguns semanários que deram início à sua campanha, aponta para um facto: Ramalho Eanes é o principal alvo de certas correntes políticas, apostando aparentemente na diversidade de candidaturas, tentam unir todas as forças mobilizáveis contra o chefe do Estado-Maior do Exército.

A possível divisão dos partidos democráticos, neste momento, poderá ter em vista o enfraquecimento dos aparelhos partidários que deram apoio ao general Ramalho Eanes. Outro candidato lucraria com isso. ■ A.M.

# O SECULO

## UMA TRADIÇÃO

## SERIEDADE NA

# INFORMAÇÃO





# ANGOLA - TERRA QUEIMADA

Passaram-se quatro meses desde que o Presidente da República tomou a iniciativa de reconhecer o Governo de Luanda. Depois de várias ingerências nos nossos assuntos internos, aquele país acaba de cortar os laços diplomáticos com Portugal.

Pôde e soube o Presidente da República reunir várias vezes o Conselho de Revolução e depois o Conselho de Ministros, para tomar a decisão que já era a sua e dos que nisso o acompanhavam: reconhecer o governo de Agostinho Neto.

Quatro meses passaram e eis que os acontecimentos vêm, de novo, levantar o problema e dar novos argumentos a todos aqueles que, na altura, preconizavam o diálogo sério e a prévia discussão com o MPLA sobre as formas de cooperação entre os dois países.

Pode mesmo dizer-se que, mau grado o inusitado entusiasmo com que o general Costa Gomes, o major Melo Antunes e o PCP promoveram o reconhecimento do governo de Luanda, as relações diplomáticas entre os dois países se encontram agora numa situação bem pior do que a que antecedeu aquele reconhecimento.

A iniciativa do corte de relações diplomáticas com Portugal ficar-se-ia a dever, segundo os seus promotores, ao facto de o governo português não ter satisfeito as exigências contidas numa mensagem enviada pelas autoridades de Luanda, no dia 27 de Abril, ao ministro dos Negócios Estrangeiros, major Melo Antunes.

Os motivos evocados, contidos na referida nota, aliás extremamente violenta, e à qual era dado um prazo de resposta de 48 horas, foram considerados pelo almirante Pinheiro de Azevedo de "pueris".

Por seu turno, enquanto o brigadeiro Vasco Lourenço expressava a opinião de "Portugal não querer passar de colonizador a colonizado", o general Ramalho Eanes afirmara: "Portugal

nunca quis imiscuir-se nos problemas internos de Angola e, conseqüentemente, não permitirá que aquele país interfira nos assuntos que digam respeito à nossa vida interna".

E certamente é também disso que se trata quando as autoridades da RPA tentam intervir na liberdade de informação em Portugal. Tanto mais que essa liberdade, no caso em questão, se limitou a dar a conhecer as opiniões de um dirigente político angolano, embora opositor do regime de Luanda, bem como a noticiar um congresso realizado em Angola por um movimento rival do MPLA. A este respeito, aliás, pronunciar-se-ia também o almirante Pinheiro de Azevedo: "defendemos em Portugal a liberdade de imprensa, como um direito constitucional".

## LIGAÇÃO COM A CAMPANHA ELEITORAL

Entretanto, alguns círculos políticos levantam a hipótese de ligação directa entre esta atitude diplomática e a campanha eleitoral em curso, enquanto outros, que classificam de "surpreendente" a atitude do Governo angolano, acham preferível justificá-la fora do contexto da "interferência nos assuntos internos portugueses".

Para estes, normalmente próximos das ideias políticas do major Melo Antunes, ter-se-ia tratado de "dar satisfação a uma forte corrente que, actualmente, em Luanda, se manifesta no seio do MPLA, da qual é normalmente considerado líder o comandante Nito Alves". Porém, mesmo sendo conheci-

da a luta que se trava no seio daquele movimento, entre facções rivais, continua a ser mais plausível a primeira hipótese.

Certamente, não terá sido por acaso que o governo de Agostinho Neto aguardou o período eleitoral para proceder ao corte de relações diplomáticas, tanto mais que os motivos oficialmente evocados para tal se tinham produzido já há cerca de três semanas atrás.

De facto, as autoridades de Luanda demonstram claramente o seu desagrado pela constituição de um governo em Portugal que englobe certas forças políticas que eles consideram de reaccionárias: "Essas dificuldades (entre Angola e Portugal) são devidas, principalmente, à mentalidade colonialista de alguns portugueses que hoje se encontram no governo e que não se modificou".

E, ao mesmo tempo, demonstram claramente as suas simpatias: no mesmo dia em que foi tomada a decisão do corte de relações com Portugal — sublinhou a agência angolana de informação, Angop — Sérgio Vilarigues, um dos dirigentes do PCP, parte para Luanda para "tratar de problemas relacionados com o reforço entre aquela organização e o MPLA". A mesma agência informaria também: "Esta visita é mais um testemunho de que o MPLA continua a fazer uma nítida distinção entre o povo português e governantes vendidos aos interesses do imperialismo internacional".

É também de sublinhar a coincidência da iniciativa diplomática com a resolução de confiscar as propriedades particulares cujos donos, mesmo com procuradores constituídos em Angola, não se encontrem lá a residir.

Entretanto, é curioso notar a intensa e estranha actividade que o PCP tem ultimamente desenvolvido junto aos "retornados", em coincidência com os crescentes motivos de descontenta-



mento que o IARN vem provocando. Segundo alguns, a situação pode mesmo tornar-se explosiva no princípio do próximo mês.

## PCP: ÚNICO INTERLOCUTOR?

De qualquer modo, para muitos desses "retornados", a posição de Agostinho Neto é clara: fazer crer que só o PCP poderá servir de intermediário para os que pretendem regressar a Angola.



Sérgio Vilarigues: reforço nas relações entre o PCP e o MPLA

Por outro lado, o major Melo Antunes, ao contrário do almirante Pinheiro de Azevedo, confessa-se surpreendido e "desconsolado". Mais ainda: "É mesmo um grande desgosto que eu tenho... O encerramento veio ao arrepi, digamos assim, de tudo aquilo por que tenho lutado".

De facto, o major Melo Antunes procurou no Governo de Agostinho Neto um aliado para a sua política. Sabendo-se que o "corte" Luanda-Lisboa representa, de facto, para ele uma "pesada derrota", como já alguns classificam, resta agora a Luanda, como único e óbvio interlocutor, o Partido Comunista Português.

Internacionalmente, vinham já a esboçar-se algumas dificuldades para o regime da RPA — que certamente agora depois da atitude assumida para com Portugal, se irão agravar.

Os países nórdicos, a quem o pri-



Nito Alves, comandante das FAPLA, chefe de uma das facções que actualmente se dividem no seio do MPLA



Que futuro para Agostinho Neto?

meiro-ministro, Lopo do Nascimento, pretendia atribuir papel privilegiado nas relações entre Luanda e a Europa. Puseram recentemente em causa, nos respectivos parlamentos, a continuação do auxílio de cerca de 80 milhões de dólares anuais prestado a Cuba. Razão: a presença de tropas cubanas em Angola.

Por seu turno, alguns países do Terceiro Mundo não escondem as suas preocupações pelo significado da pre-

sença das forças cubano-soviéticas em território angolano. A este respeito, a China, o maior país do grupo dos pobres e que goza de grande prestígio no seu seio, tem desde há muito uma posição clara.

Denuncia incessantemente as actividades da União Soviética em Angola. Quer nas Assembleias do Conselho de Segurança das Nações Unidas, como por exemplo nas sessões de 26 e 30 de Março último, quer em editoriais do jornal oficial do seu partido, o "Renmin Ribau" ("Diário do Povo"): "Em Janeiro de 1975, próximo da assinatura dos acordos do Alvor, mais de cem conselheiros militares soviéticos chegaram a Angola, bem como grande quantidade de armas seguiram em Março do mesmo ano. Quatro meses mais tarde, em Julho, a União Soviética provocou uma guerra civil neste país e enviou, em Setembro, grande número de soldados para o Caxito, no Norte de Angola. Entre o 25 de Setembro e o dia 23 de Outubro de 1975 despachou para Angola cinco barcos carregados de armas e 2400 mercenários.

"Numa só semana, de 12 a 18 de Outubro, mais de 750 soldados cubanos foram transportados para este país. Todos estes factos foram registados em arquivos oficiais. Moscovo não pode esquivar-se de nenhuma maneira a estas questões: a África do Sul introduziu-se em território angolano em 23 de Outubro, contra quem combatiam então as tropas soviético-cubanas? Eram as forças sul-africanas o alvo dos seus golpes na região de Caxito e em toda a frente setentrional de Angola? Eram sul-africanos as dezenas de milhares de habitantes que os soviéticos mataram a sangue-frio com o seu poderoso fogo de artilharia?"

Do mesmo modo, o presidente do Senegal, Senghor, disse recentemente: "Devemos acusar os soviéticos por suas acções? Claro que sim." Por seu turno, o presidente Kaunda, da Zâmbia, indicava: "Não haverá verdadeira paz em Angola enquanto as tropas russas e cubanas permanecerem neste país."

Resta acrescentar que, certamente, se aquelas tropas retirarem de Angola, o presidente Agostinho Neto perderá a sua arrogância, não só em relação ao povo português, como também em relação ao povo angolano.

J. A.



## "Retornados" À ESPERA DA MANIFESTAÇÃO

Finda a "trégua", os "retornados" vão atacar novamente. Na terça-feira, em Lisboa, tentarão mostrar a força que têm. Mas até lá, nem tudo ficará tranquilo.

Reunidos em plenário em Castelo Branco, os "retornados" decidiram fazer, na terça-feira, uma manifestação em Lisboa de apoio às suas reivindicações.

Esta manifestação que, segundo os seus promotores, reunirá cerca de 50 000 refugiados, foi decidida depois de expirado o prazo de 15 dias que os "retornados" tinham imposto ao Governo para uma resposta ao seu caderno reivindicativo.

Por outro lado, termina na segunda-feira o prazo estabelecido pelo Conselho de Ministros para o abandono pelos refugiados de todos os hotéis de 3 a 5 estrelas.

Acaba assim a curta "trégua" no combate dos "retornados" pela resolução dos seus problemas — trégua que foi marcada pela presença em Lisboa de uma delegação de portugueses residentes em Angola, que se deslocou a Portugal para "desmistificar a campanha da Imprensa direitista contra a RPA".

Se, no dizer dos elementos dessa deputação, o acolhimento que lhes foi dispensado pelos "retornados" teria "ultrapassado todas as expectativas", a verdade é que a delegação não contactou com nenhuma das agremiações que contam com maior número de associados "retornados", limitando-se a contactos muito restritos, como, por exemplo, em destaque, com a célula do PCP junto dos refugiados.

Não é de esperar que a comissão vinda de Luanda tenha um acolhimento sequer "razoável" por parte da grande massa dos refugiados. Das declarações públicas dos seus elementos, através da Televisão (que lhes concedeu tempo de antena muito além do habitual...), induz-se ser a mesma composta por elementos fortemente comprome-

tidos com o regime político da RPA, indução que é completada por uma análise do critério que presidiu à escolha do presidente da mesma: Zeferino Cruz, dentista em Luanda, presidente do Clube dos Amadores de Pesca, que terá vendido a Agostinho Neto, a troca de divisas, a sua casa no Futungo de Belas.

Entretanto, o movimento germinado nos primeiros dias de Maio, se está semidesmobilizado pelo "impasse" a que se chegou, se está descrente quanto aos resultados que se possa atingir, não desapareceu por completo. No meio de uma imundície crescente (o local não oferece qualquer hipótese de sanidade), num acampamento de fortuna erguido com tudo quanto os pudessem resguardar, dezenas de retornados mantêm-se nos jardins de S. Bento, como lembrança viva de que continuam a existir.

Nesta curta trégua, os ânimos acalmam, as cabeças esfriam, as manipulações partidárias desmontam-se, os erros corrigem-se e os planos aperfei-



Eles continuam em S. Bento, lembrança viva de que, apesar de tudo, existem

çoam-se. Para que a nova arrancada seja mais lúcida e pragmática, para que as reivindicações se situem mais dentro do possível.

Insera-se neste âmbito um projecto apresentado ao secretário de Estado dos Retornados pela APRU para a resolução do problema habitacional dos refugiados, plano esse que tem em conta a precária situação em que vivem milhares de pessoas, nos bairros de lata de Lisboa e Porto e, também, uma tabela realista de subsídios a conceder aos refugiados ainda desempregados.

Com estes novos dados, é possível que se chegue a uma plataforma de entendimento e que, pela primeira vez, desde que começaram a chegar a Portugal refugiados das ex-colónias, se enverede por uma verdadeira resolução do problema. M. R. F.

## Capitão Fernandes: do golpismo à produção literária

O golpe abortado em 25 de Novembro metamorfoseou-se em produção livreca. Numa infantil nostalgia dos "merry good times" revolucionários do COPCON, reaparece o capitão Fernandes, que, ao tempo, foi notícia por ter desviado 1500 armas, que passou a boas mãos.

Desbivaca-se agora o novel escritor em demonstrar no curso insano de 169 páginas que em "Portugal nem tudo está perdido". Este o título do livro que Fernandes, o capitão, via Biblioteca Ulmeiro, atira para os escapates onde a cultura portuguesa esperava encontrar por fim o seu alimento. Mas, em lugar do sustento de que está tão carecente, deparam-se-lhe G3s em forma de livro, da autoria de alguém cuja distribuição de ideias não está à altura do

eficiente distribuidor de armas que foi.

O caso é que usar gatilhos é muito diferente de usar palavras. E quando os que manejam aqueles se atrevem a manejar estas, sai-lhes o tiro pela culatra. Que é como quem diz, literatura de paiol.

Se Fernandes faz escola, receamos que, ao contrário do que o título do seu manual de falhar tiros sugere, em Portugal tudo está perdido.

Roubar armas, vá que não vá. Roubar papel a quem culturalmente tanto dele necessita, isso não.

Não resistimos a estabelecer um inquietante paralelo. Será que, por inversão, Fernandes se quer identificar com Rimbaud, que começou poeta e acabou em traficante de armas? ...





ALMOÇO NA RELVA

(Segundo Manet, por António. Na estampa reconhecem-se Jorge Sampaio, Melo Antunes, João Cravinho e Álvaro Cunhal.)



## Freitas do Amaral:

# "UM GOVERNO MINORITÁRIO NÃO PODERÁ DURAR"

Diogo Freitas do Amaral é o mais novo dos dirigentes políticos portugueses. Presidente do CDS desde a fundação deste partido, professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, é originário do Norte e vive em Lisboa. Foi membro do Conselho de Estado até ao 11 de Março e, a partir desta data, líder da oposição.

O CDS apresentou-se como a alternativa democrática a seis governos provisórios de predominância socialista. Mas, num país onde o Governo ganha, habitualmente, todas as eleições, o CDS não conseguiu ser a "Alternativa-76" que alardeava, nem sequer triplicar os votos obtidos em 75 como, antes das eleições, chegou a prever. Foi, apesar de tudo, o partido que maior benefício tirou das últimas eleições, duplicando a percentagem de sufrágios conseguida nas eleições para a Constituinte e tornando-se o terceiro partido nacional.

Freitas do Amaral conseguiu, ao cabo de dois anos de luta política, rodear-se de certo prestígio (reconhecido pelos adversários) em Portugal e no estrangeiro. Falámos com ele, há poucos dias, na sede do CDS.

**Vida Mundial** — Na entrevista que, na passada semana, Sá Carneiro concedeu à "Vida Mundial", afirmou-se convicto de que o CDS atingira o seu ponto de estabilização eleitoral. Concorda com esta opinião?

Freitas do Amaral — Não concordo. E faço notar que o dr. Sá Carneiro não adiantou quaisquer argumentos para fundamentar a sua convicção. A verdade é, pelo contrário, que praticamente só agora o CDS começa a ter acesso à televisão, à rádio e à Imprensa em termos razoáveis — e, mesmo assim, ainda não em condições de igualdade com os outros partidos. Só agora é que o Povo português começa verdadeiramente a ouvir o CDS falar. Não atingimos, portanto, o ponto de estabilização do nosso eleitorado: atingimos, sim, a nossa rampa de lançamento.

Daqui para diante é que vamos, de facto, crescer.

**V.M.** — No período que antecedeu

as eleições falou-se com insistência num "namoro" PS-CDS. Depois das eleições, a linguagem dos dois partidos parece desmenti-lo. A que atribui essa modificação?

F.A. — Nunca houve qualquer "namoro" entre o PS e o CDS. O que aconteceu foi que, sendo nossa intenção estabelecer relações cordiais, tanto com o PS como com o PPD, o primeiro considerou isso natural, enquanto o segundo, durante meses, se "fechou em copas". Daí que aos olhos do público pudesse parecer que privilegiávamos o PS. A situação hoje está normalizada e temos, de um modo geral, boas relações com ambos os partidos. O facto de partidos diferentes dialogarem não significa que se "namorem", nem pode ver-se em cada encontro bilateral o embrião dum pacto ou o início duma aliança: é indispensável à democracia que os partidos se falem e se dêem bem, independentemente das



suas divergências. Está-se hoje em Portugal, sob esse aspecto, numa fase muito mais adulta do que há um ano ou dois e isso é francamente positivo, do ponto de vista da consolidação da democracia.

### **O CDS NÃO ABANDONOU GALVÃO DE MELO**

**V.M.** — Constatou que o almirante Pinheiro de Azevedo teria contactado o CDS com o fito de ter o apoio deste partido para a sua candidatura à Presidência. Qual o fundamento deste "diz-se"?

F.A. — O almirante Pinheiro de Azevedo quis ter para com o CDS a gentileza de me anunciar pessoalmente a sua candidatura à Presidência. Foi uma longa e interessante conversa, de mais de duas horas. Mas o senhor almirante não me propôs o apoio do CDS à sua candidatura, até porque no dia em



que falámos já o CDS tinha revelado que apoiaria o general Ramalho Eanes. É certo que o Primeiro-Ministro teve palavras de simpatia para com o CDS e reconheceu, realista como é, o papel indiscutível que o CDS tem a desempenhar na política portuguesa. Mas não nos pediu o nosso apoio para a sua candidatura: fiquei mesmo com a impressão de que o senhor almirante vê com certo interesse o facto de nenhum partido o apoiar.

V.M. — E quanto ao general Galvão de Melo? Diz-se que o CDS o “deixou cair” na altura em que ele mais contava com o vosso apoio...

F.A. — Isso não é verdade. O CDS encarava de há muito o general Galvão de Melo, pela sua coragem, pelo seu passado, pela sua popularidade, como candidato potencial à Presidência da República. Mas o senhor general sempre declarou que nunca aceitaria ser o candidato do CDS, pois não queria ser o candidato dum só partido. De modo que nunca poderíamos ser nós a deixá-lo cair. Temos por ele grande amizade, estima e consideração. O que se passou foi que o general Galvão de Melo nos declarou, de uma forma peremptória, e por razões de fundo, que nós compreendemos muito bem, que não se candidataria desta vez à Presidência da República. Passou-se isso numa audiência que, em sua casa, concedeu ao presidente, ao vice-presidente e ao secretário-geral do CDS, no dia 29 de Abril. A partir desse momento, o CDS não podia contar mais com a hipótese

**“Queremos um presidente-árbitro que, precisamente por ser apartidário e estar fora e acima dos partidos, possa dar o governo ao PS com o mesmo à-vontade com que dará amanhã, ao CDS (ou ao PPD), se em novas eleições o PS sair derrotado”**

Galvão de Melo e tinha de se definir, a tempo, face aos outros eventuais candidatos: foi então que nos decidimos pelo general Ramalho Eanes, que entretanto parecia já poder vir a reunir o consenso dos principais partidos democráticos portugueses.

O mesmo não se verificou, desta

vez, com o general Galvão de Melo. Pode discutir-se se a grande proximidade dele em relação ao CDS, durante o período de 1975-76, o não terá identificado demasiado com um só partido, a ponto de o prejudicar em termos de estratégia presidencial. Pode mesmo sustentar-se, talvez, que doravante a imagem do general Galvão de Melo, como possível candidato às eleições presidenciais seguintes, só terá a lucrar com um certo distanciamento dele em

**“Tudo depende ainda do Presidente da República eleito (...) A escolha do Primeiro-Ministro só poderá ser feita depois de ouvidos o Conselho da Revolução e os partidos representados na Assembleia da República”**

relação ao CDS. O que não pode, sem grave injustiça, é dizer-se que tenha havido da nossa parte qualquer falta de solidariedade para com o nosso companheiro de luta, que de resto nós consideramos para todos os feitos na situação de “reserva da República”.

#### **“NÃO QUEREMOS UM PRESIDENTE — CDS”**

V.M. — Porque se decidiu o CDS pelo general Ramalho Eanes? Será que esse candidato corresponde à linha programática específica do CDS?

F.A. — O CDS vê, na pessoa do general Ramalho Eanes, reunidas várias qualidades que justificam plenamente a nossa opção. Para além das qualidades indispensáveis de honestidade, inteligência e carácter, o general Ramalho Eanes apresenta as seguintes vantagens: é um militar, distinto oficial do Exército, que tem um forte apoio das Forças Armadas (imprescindível neste momento); é um democrata, que se bateu com êxito pela liberdade e pela democracia no 25 de Novembro; é um chefe, que foi capaz de restaurar o Exército Português e restituí-lo à dignidade perdida na indisciplina anarquizante do período gonçalvista; e é um homem apartidário, capaz de concitar o apoio convergente dos principais partidos democráticos sem se vincular a nenhum.



É isto o que fundamentalmente nos interessa. Não queremos um presidente-CDS tal como não queremos um presidente-PPD ou um presidente-PS. Queremos sim, um presidente-árbitro que, precisamente por ser apartidário e estar fora e acima dos partidos, possa hoje dar o governo ao PS com o mesmo à-vontade com que o dará amanhã ao CDS (ou ao PPD), se em novas eleições o PS sair derrotado e nós vitoriosos. O rei, em Inglaterra, não é trabalhista nem conservador: chama um ou outro partido conforme os resultados de cada eleição.

#### **“TUDO DEPENDE DO PRESIDENTE ELEITO”**

V.M. — O general Ramalho Eanes afirmou que a base do seu programa era a Constituição e que a sua actuação se nortearia pela determinação de fazê-la cumprir. O CDS votou contra a Constituição. Como concilia esta atitude com o apoio dado ao general Eanes pelo seu partido?

F.A. — Há para aí quem se escandalize pelo facto de o CDS dar o seu apoio a um candidato que faz questão de dizer que vai cumprir a Constituição. O que não diriam, porém, os mesmos que assim pensam, se nós apoiássemos um candidato que se propusesse violá-la?





Votámos contra ela, é certo. Mas ela foi aprovada pela maioria e, portanto, é hoje a lei do País. Há que cumpri-la, há que respeitá-la, há que acatá-la. É essa a regra da democracia. Não podemos conceber que pudesse ser outra a atitude de qualquer candidato sério à Presidência da República, senão a de defender a Constituição.

Dizem-nos os nossos adversários que para sermos bons democratas bastaria que "acatássemos resignadamente" a Constituição e que somos oportunistas convertendo-nos em "defensores militantes" duma constituição que não quisemos. Mas esta distinção é sofisticada: uma constituição, ou se cumpre ou se viola. Por nós, não estamos apenas dispostos a cumpri-la; estamos igualmente dispostos a exigir que a cumpram todos aqueles que a favor dela votaram. Já dizia o clássico António Ferreira: "Deve à lei, o que a faz, obediência."

V.M. — O CDS declarou-se um partido de oposição desde o 11 de Março até à últimas eleições. Actualmente abandonou esse estatuto. Agora, que sabemos que vai haver um governo socialista, reafirma-se de novo na oposição?

F.A. — Para já, não se pode afirmar que seja certo e seguro que vai haver um governo minoritário do PS: sabe-se unicamente que essa é a vontade do próprio PS. Mas tudo depende ainda do Presidente da República eleito, das decisões que ele tomar a esse respeito e

do que lhe propuser sobre o assunto o Primeiro-Ministro. Recordarei, a propósito, que a escolha do Primeiro-Ministro só poderá ser feita, segundo a Constituição (artigo 190), depois de ouvidos o Conselho da Revolução, por um lado, e os partidos representados na Assembleia da República, por outro. Tudo isso vem ainda muito longe.

Mas admitindo a hipótese de que venha a concretizar-se um governo minoritário do PS, a atitude que o CDS tomará depende do que vier a ser decidido pelos órgãos competentes do partido. Em princípio, porém, e salvo circunstâncias excepcionais, o CDS será sempre oposição relativamente a todo e qualquer governo de que não faça parte.

## "UMA OPOSIÇÃO CIVILIZADA"

V.M. — Numa linha de coerência, o CDS terá de votar na Assembleia da República contra todas as medidas económicas de cariz socialista apresentadas pelo Governo, o que possivelmente representará uma grande parte das propostas. Poderá falar-se em oposição sistemática do CDS na sua futura actuação parlamentar?

F.A. — O ser oposição não significa obstrução sistemática. O nosso estilo de oposição, como já demonstrámos, aliás, não é esse. Temo-nos esforçado

**"A situação tende a degradar-se: os preços vão subir, o desemprego vai aumentar e vai haver falta de géneros, bichas, dificuldades de abastecimento"**

e, se for esse o caso, continuaremos a esforçar-nos por contribuir para a existência em Portugal de uma oposição civilizada, serena, capaz de aprovar o que for positivo e de só rejeitar o que for negativo. Por outras palavras, uma "leal oposição" à maneira inglesa, em vez de uma oposição cega, sistemática e destrutiva, à moda latina. Não estamos certos de que, se fôssemos governo, os nossos adversários se comportassem do mesmo modo para connosco: mas é essa a nossa maneira de actuar, é esse o nosso estilo centrista, é esse um

dos melhores contributos que podemos dar para a consolidação da democracia em Portugal.

## "OS PREÇOS VÃO SUBIR"

V.M. — Face à crise económica, reconhecida por todos os observadores, que evolução prevê, a curto e médio prazo, neste sector?

**"A formação de um governo minoritário poderá ser, neste momento, um erro histórico de consequências incalculáveis"**

F.A. — A crise económica existe e, em nossa opinião, é muito grave. Nem todos o reconhecem. E muitos portugueses não a sentem ainda na sua vida quotidiana: se descontarmos os desempregados e os retornados, bem como os técnicos que tiveram de se exilar, há muitos portugueses que melhoraram a sua situação e ainda a não viram deteriorar-se porque os grandes aumentos de salários não foram ainda anulados pela subida do custo de vida.

Mas a situação tende a degradar-se (os preços vão subir, o desemprego vai aumentar e vai haver falta de géneros, bichas, dificuldades de abastecimentos, debilidade monetária, falências, etc., etc.

Só uma política económica muito realista e adequada poderá vencer esta crise. Política que tem de incluir em larga escala o apelo à iniciativa empresarial, o consenso de capitais estrangeiros, a protecção da propriedade privada. Política que não pode continuar a ser a das reformas estruturais, que tem de passar a ser a das intervenções conjunturais. Política que tem de estimular a poupança, fomentar o investimento, segurar os preços, combater o desemprego, equilibrar a balança de pagamentos, defender a moeda, viabilizar as empresas, captar os técnicos, aumentar a produção, moderar o consumo, controlar o orçamento do Estado, favorecer a produtividade. Em suma, política que tem de pôr em prática se quiser ter êxito, o programa do CDS.

Será o próximo Governo capaz de enfrentar e resolver a situação? Será ele capaz de tomar as medidas de aus-





teridade que se impõem? Será capaz de aguentar a onda de impopularidade que o rodeará?

#### **VAI HAVER ELEIÇÕES ANTECIPADAS?**

V.M. — Nestas circunstâncias, que perspectivas antevê no que respeita à situação política?

F.A. — Se a ideia dum governo minoritário for por diante, vamos viver um período difícil, em que a instabilidade governativa reforçará a instabilidade social e esta agravará a primeira. O Governo vai ter grande dificuldade de se impor.

Primeiro, porque para governar é preciso fazer leis, aprovar orçamentos, adoptar planos. E como tudo isso é da competência da Assembleia da República, onde o Governo não disporá duma maioria favorável, cada votação dependerá dum acordo, duma aliança, duma negociação "ad hoc". A solução terá todos os inconvenientes duma coligação sem oferecer nenhuma das vantagens.

Em segundo lugar, se é difícil em qualquer país e em qualquer momento governar em minoria, muito mais o será agora em Portugal por causa da crise económica. Não é fácil adoptar medidas de austeridade, por natureza impo-

pulares, quando se tem apenas o apoio de 35 por cento do eleitorado, ou seja, de cerca de um terço da população.

A solução dum governo minoritário não será, pois, uma solução duradoira. Ao fim de algum tempo, haverá certamente que optar entre aceitar enfim uma coligação, ou proceder a eleições antecipadas. Mas entretanto o País terá perdido um tempo precioso: a crise económica ter-se-á agravado e a justiça social não terá conhecido progressos significativos.

Oxalá me engane, mas a formação dum governo minoritário poderá ser, neste momento, um erro histórico de consequências incalculáveis. É nossa obrigação chamar a atenção de todos para os riscos que essa solução fará correr à Democracia.

**"Galvão de Melo declarou-nos que não se candidataria desta vez à Presidência da República"**

V.M. — Para terminar, uma pergunta de circunstância. A ideia que ficou, em certos sectores, do seu diálogo com Portela Filho na televisão foi a de que revelou excessiva passividade face à acutilância do seu entrevistador. Foi uma atitude deliberada ou temperamental?

F.A. — Pessoalmente, creio ter respondido de forma cabal a todas as questões postas por Artur Portela Filho. Se o programa consistisse num debate entre mim e o líder doutro partido político, caber-me-ia, sem dúvida, tomar iniciativas, contra-atacar, procurar vencê-lo. Tratando-se, porém, duma entrevista conduzida por um jornalista, competia-me apenas responder às suas perguntas. Foi o que eu fiz.

Sei que houve quem não ficasse satisfeito, quem quisesse "mais molho". A mim parece-me, contudo, que nestes programas o que interessa não é camuflar a essência dos problemas através da agressividade das maneiras, mas pelo contrário, ir ao fundo das coisas de uma forma calma, descontraída, sem dramatismos. Os portugueses têm de habituar-se a discutir ideias sem descombar logo em questões pessoais e sem deixar que os nervos venham à flor da pele. Sem cabeça fria não há democracia. ●



## os que riem...

Não caiu no esquecimento o discurso proferido por **Morais e Silva**, quando do Jramento de Bandeira na Base da Ota. Nele, o chefe do Estado-Maior da Força Aérea marcou bem a posição do seu ramo em relação ao reconhecimento da RPA. Ficou-se a saber que este sector militar punha reservas aos argumentos invocados para o reconhecimento do Governo de Luanda. Os factos vêm agora comprovar que as reservas tinham o seu fundamento. Infelizmente, os resultados negativos da ansiedade de Melo Antunes e Costa Gomes em reconhecer a RPA estão à vista.

Morais e Silva contempla-os com um sorriso de quem preferia não ter tido razão. Mas teve. E os que lha quiseram tirar dificilmente escapam a serem alvo do riso escarninho que, por nossa conta e risco, aqui colocamos na boca que tão acertadamente se pronunciou sobre o precipitado reconhecimento da RPA.

Vera Lagoa é uma mulher que ri quando escreve. O **ridendo castigat mores** tem sido o lema desta discutida cronista.

Sentada no banco dos réus em virtude de um artigo de sua autoria ser considerado injurioso para o Presidente da República, apurou-se que a acusação carecia de fundamento. E é aqui que surge a figura do juiz Hermínio Ramos, cuja decisão lhe dá merecido relevo entre os que integralmente interpretam a ideia de que a Justiça e a Democracia são inseparáveis.

O exemplar magistrado não só absolveu Vera Lagoa como a exortou, em considerações finais, a continuar a pôr a sua pena ao serviço da liberdade e da Independência do País.

Vera Lagoa ganhou — e com ela a democracia.

Ainda outro motivo de boa disposição para a triunfante cronista. Dadas as exigências estéticas que tem manifestado quanto a presidentes da República, a bela presença de Fanes enche-a de satisfação.



## ...e os que choram



Almeida Santos tem sobejas razões para estar carrancudo.

Realmente, no caso da carreira ministerial de Almeida Santos estar a atingir o seu termo, não se pode dizer que o projecto de decreto-lei de reestruturação da Imprensa estatizada é uma despedida brilhante.

Aquele que nos deu boas razões para acreditarmos que em nada se identificava com o seu predecessor é tentado a repetir a façanha que assinalou o fim do reinado de Jesuino, lançando um projecto que teve como recepção uma retumbante impopularidade no meio onde iria vigorar.

Dissemos **tentado** e não por acaso. De facto, aquele Palácio Foz parece continuar sob o signo da tentação do dirigismo, não conseguindo os que lá pontificam libertar-se dos espectros que ali deixaram os antigos zeladores da Informação ao serviço do Poder.

Não há dúvida que os fantasmas do Palácio Foz pregaram uma partida a Almeida Santos. Porque os tempos mudaram. Daí a expressão cabisbaixa do ministro.

Não era fácil imaginar que **Melo Antunes** voltasse com tanta rapidez à galeria dos tristonhos. Mas não está só. Acompanham-no Costa Gomes, Vítor Crespo e outros. O rompimento diplomático de Angola com Portugal afunda as esperançosas teses que aqueles militares tão calorosamente sustentaram para o reconhecimento da RPA.

Na verdade, provou-se que o interesse nas boas relações entre Portugal e a sua ex-colónia era unilateral, já que para ser bilateral impunha condições que ofendiam a nossa dignidade de povo soberano.

Constata-se, pois, que os entusiastas do reconhecimento, entre os quais se distingue Melo Antunes, foram pouco previdentes. Ou contariam com condescendências da parte de Portugal, só elas capazes de evitarem a suspensão de relações diplomáticas entre Portugal e Angola?

Em qualquer caso, as teses esperançosas de Melo Antunes falharam. Parece que os portugueses não estão dispostos a saltar de colonizadores para colonizados. A transição seria por de mais violenta.





# a la minuta



## CONTRARIANDO A SUA "OPÇÃO"

Diz-nos José Carlos de Vasconcelos (em "O Jornal", número 55) que sectores e individualidades diversos, mesmo das FA, que apoiarão a candidatura de Ramalho Eanes são de opinião que a pessoa que mais condições reuniria para o cargo continua a ser Costa Gomes. E segue-se um longo encómio do ainda Presidente da República, que é apresentado como a potestade salvadora da revolução.

Queremos crer que o autor do artigo não se encontra entre aqueles que, contrariando a sua "opção", oferecem a sua entusiástica actividade à candidatura de Eanes, à qual José Carlos de Vasconcelos vem dedicando a sua atenta colaboração.

## UM NEWTON DA POLÍTICA

Eduardo Prado Coelho, apoiante de Eanes entre um grupo de intelectuais, revela-nos agora (em "O Jornal", número 56) o motivo da sua adesão à candidatura do actual CEME. Citamos: "Mas nenhuma candidatura Eanes terá para nós (o sublinhado é de Prado Coelho) sentido se não ouvir o inaudível deste discurso." O discurso inaudível é de Otelo, que Prado descreve como "delírio de palavras soltas" e "esfarelamento da razão".



Prado Coelho: surpreendente

Ficamos assim a saber que, para Prado Coelho, a importância de Eanes não está em si próprio mas reside na complementaridade de Otelo. Eis finalmente achado o binómio da salvação nacional. Um Newton da política, este sempre surpreendente Eduardo Prado Coelho.



Robyn Amorim

## "COM TODAS AS LETRAS"?

No último programa "Com Todas as Letras", na televisão, coordenado por Eduardo Prado Coelho e outros, fez-se uma retrospectiva sobre o prémio atribuído a Luandino Vieira pela antiga Sociedade Portuguesa de Escritores, que foi encerrada por esse motivo.

A imagens tantas, em que se evocava uma mesa-redonda com Amândio César, este falou de um jornalista então expulso de Angola. Estranhamente (ou voluntariamente?) dessa gravação omitiu-se o nome do jornalista.

Pois bem, aí vai o nome daquele que foi obrigado a abandonar Angola por motivos de ordem política entre os quais avulta o de, antecipando-se à extinta Sociedade Portuguesa de Escritores, ter distinguido o mesmo livro de Luandino Vieira com um prémio de literatura angolana: trata-se de Robyn Amorim.

## MELOS

Um destes dias, um espirituoso dizia a nosso lado:

"Nem todos os Melos são da CUF e nem todas as CUFs são do grande capi-

tal. Também há CUFs da grande política e, por conseguinte, a grande política também tem os seus Melos."

## INVOLUÇÃO

Anota-se uma curiosa involução consonântica. O GIS passou a IS. Perdeu o G, que era a inicial da garantia da sua independência esquerdista. Receia-se que, pela lógica desta tendência, perca o I, que assinala a sua isenção partidária. Neste caso ficaria reduzido a S, o que provocaria a tentação de se lhe acrescentar um E. Teríamos então o movimento Se. Sempre pronto a intervir, se...

Um movimento realmente consoante.

## MOstrar COMO É AOS FRANCESES

O Grémio Literário proporcionou em primeira mão em Portugal a visão (e audição) da mesa-redonda gravada em Lisboa para a ORTF, em que participaram Mário Soares, Sá Carneiro, Freitas do Amaral, Álvaro Cunhal e Vítor Alves. Tendo adquirido "video-tapes" do programa, o Grémio instalou vários aparelhos de televisão nas suas salas. Aí uma multidão entusiasta e elegante vibrou com Sá Carneiro quando este disse que o PCP não era um partido de esquerda, mas de Leste; com Freitas do Amaral, quando abanava a cabeça numa negativa muda para contrariar as afirmações de Cunhal, de que o seu partido era de direita e saudosista do anterior regime; e riu bastante quando Soares expunha, imperturbável, que a situação económica não era tão má como a pintavam.

Em França o programa serviu, pode dizer-se, os interesses de Giscard d'Estaing — o qual, não tendo conseguido até agora separar o PSF do PCF, aliando a si Mitterrand (como ainda chegou a pensar) procura mostrar a pouco brilhante situação portuguesa como exemplo do que pode resultar de um PS e um PC a governarem em conjunto. Lá como cá, a TV ao serviço do Governo.



## MAQUINAÇÕES POLÍTICAS POR DETRÁS DA CENTRAL

“Não à central nuclear!” Este o grito que percorre a Imprensa portuguesa desde há meses. O projecto governamental que visa responder às necessidades do País em energia eléctrica tem sofrido um ataque frontal — ao qual, aliás, não são estranhas as determinantes de natureza política.

A Comissão Promotora do Encontro Nacional de Política Energética iniciou este mês um ciclo de conferências, realizadas por técnicos estrangeiros, com vista à informação e ao debate das questões relacionadas com a instalação de centrais nucleares no nosso país. Este ciclo irá por certo reavivar a polémica em torno da opção nuclear, preparando o encontro cuja realização se prevê para Junho.

Os problemas especiais levantados pela energia nuclear no que diz respeito às possíveis implicações no meio ambiente e no homem, para além daqueles que se relacionam com o domínio dum técnica de importância estratégica no xadrez político mundial, fazem que muitas questões sejam colocadas no centro das atenções. Acontece mesmo que os detractores da opção nuclear tendem a fugir ao debate das questões de fundo para se refugiar nos problemas que, embora importantes, são passíveis de causar um clima mais favorável às suas posições. Por esse motivo se explica a projecção que atingiu na Imprensa o problema da poluição e dos efeitos desta no meio ambiente. É evidente que se torna relativamente fácil mobilizar a população contra um projecto que ameaçaria a sua própria saúde.

### CONTAMINAÇÃO E ACIDENTES

As centrais nucleares são centros difusores de radioactividade, a qual con-

tamina o homem e a natureza. Esta a tecla persistente dos opositores da energia nuclear. Para além disso, salientam o problema da poluição térmica, isto é, o aumento de temperatura causado pela energia não aproveitada sob a forma eléctrica e os seus efeitos na flora e na fauna da região.

No caso concreto de Ferrel, perto de Peniche, a rejeição no mar da água de arrefecimento provocaria sérios danos na actividade piscatória da zona, uma das mais importantes do País.

A juntar a tudo isto, há ainda o problema dos acidentes, derivados de eventuais defeitos de fabrico ou de instalação, e ainda aqueles que poderão surgir devido a processamento operacional inadequado.

Duma forma geral, os especialistas e técnicos garantem que as centrais só são instaladas no caso de haver garantias de segurança. Mesmo assim, os detractores empolam os perigos. Isso acontece entre nós, como em muitos outros países, havendo em muitos casos claras motivações de ordem política, que, não sendo de forma alguma de cariz progressista (embora se apresentem como tal), pretendem tirar efeitos fáceis e demagógicos. Contudo, a fragilidade desta posição, sobretudo quando sustentada por técnicos e cientistas, leva alguns deles a admitir que os efeitos nocivos podem ser desprezíveis.

Embora salientando os perigos e fazendo da exploração demagógica um cavalo-de-batalha contra a energia nuclear, certos opositores ao projecto

português de energia nuclear reconhecem que tanto a radioactividade como a poluição térmica podem não ser prejudiciais, desde que sejam respeitadas as normas e regulamentos determinados através de estudo prévio.

Acontece precisamente que a Companhia Portuguesa de Electricidade, entidade responsável pelo projecto, tem um programa que permitirá, em colaboração com determinados departamentos estatais, colher os dados necessários a tal estudo.

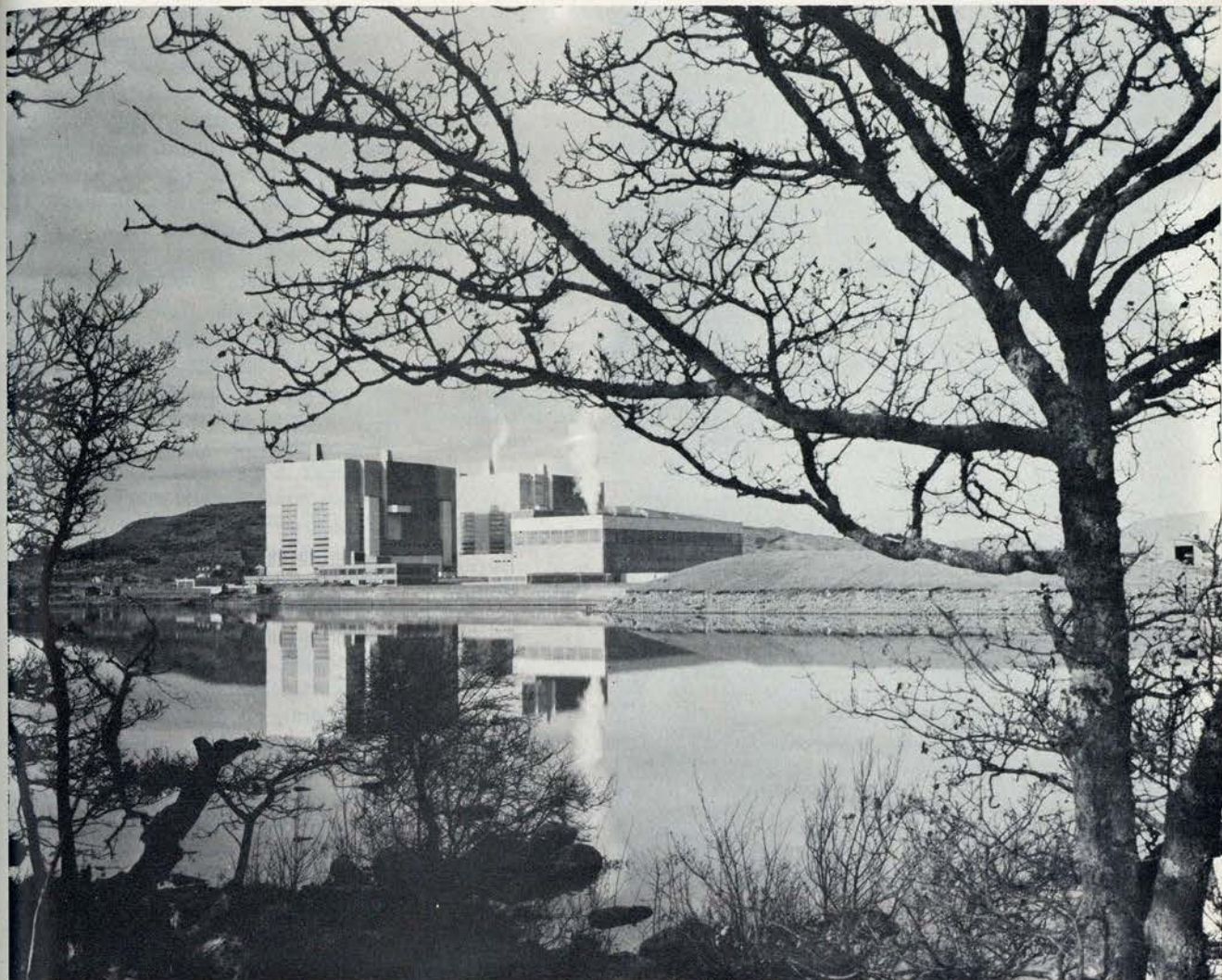
Assim, o problema resume-se, por parte daqueles que defendem a opção nuclear, a uma exigência sobre a efectivação de estudos e, posteriormente, sobre o processamento da instalação e da qualidade dos materiais empregados, os quais devem ser rigorosamente fiscalizados.

### POSIÇÕES RETRÓGRADAS

Esta a posição que caracteriza uma perspectiva virada para o futuro e o desenvolvimento de formas modernas de produção de energia no nosso país. Não é descabida a comparação que certos observadores fazem com posições assumidas no passado por determinadas forças sociais, as quais, face ao surgimento de novas técnicas e processos, se lhes opuseram obstinadamente.

A produção de electricidade por via nuclear é uma indústria jovem. Como todas as inovações importantes, o seu apuramento acarreta riscos. Contudo, a própria técnica permite o controlo e a redução desses riscos a limites aceitáveis, pelo que atitudes de oposição através do empolamento dos riscos deriram tão-só de posições retrógradas relativamente ao desenvolvimento da ciência e da sociedade.





Uma outra barricada onde os opositores à opção nuclear se acantonam diz respeito à rentabilidade do empreendimento e ao montante em divisas estrangeiras envolvido. Nem o estudo da CPE nem outros dados conhecidos permitem afirmar que o quilovátio/hora (kwh) nuclear seria mais barato que o obtido por outras soluções, afirma o prof. Delgado Domingos. Este técnico, um dos que mais se têm salientado no ataque à central nuclear, defende que os cálculos realizados pela CPE estão falseados e que o nosso endividamento externo aumentará.

O problema é colocado em torno dos custos a efectuar com os respectivos combustíveis ("fuel" e urânio enriquecido), afirmando Delgado Domingos que o urânio irá aumentar, enquanto o petróleo possivelmente até baixa-

Uma central atômica no País de Gales. A poluição é um perigo a considerar, mas existem possibilidades técnicas de evitar

rá. Outros factores são lançados por este técnico na balança dos custos, nomeadamente certas verbas respeitantes a encargos com a central nuclear que não teriam sido considerados pelos especialistas.

Os valores compulsados pela CPE apontam para uma apreciável vantagem a favor da energia nuclear. Entrando em conta com os encargos totais (segundo o critério da CPE) relativos à duração de vida do projecto nuclear — investimentos, encargos de exploração,

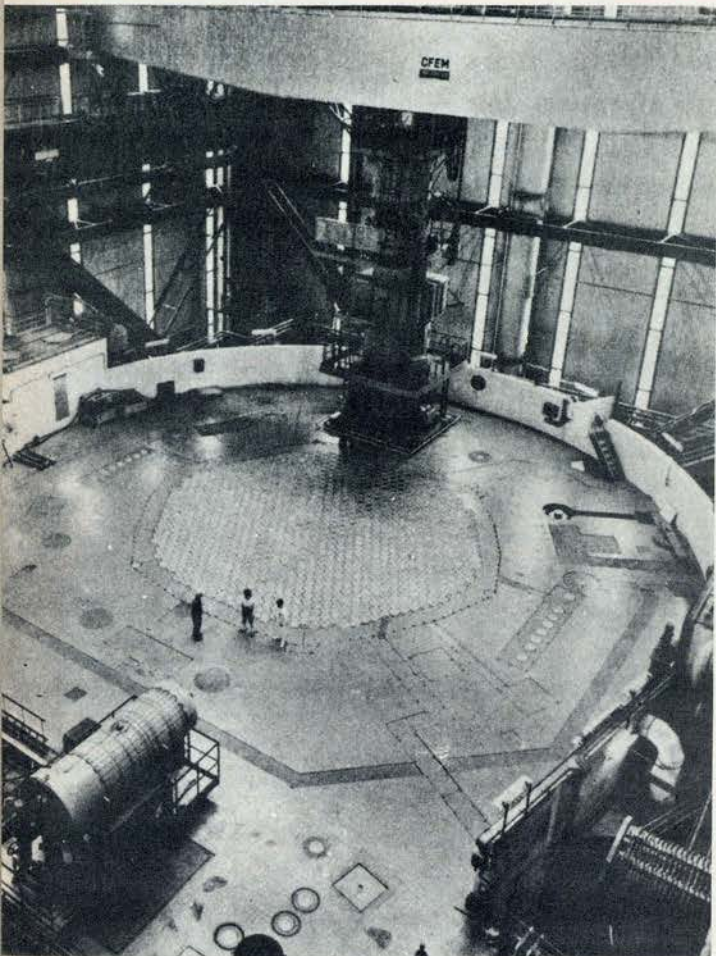
encargos financeiros, combustível —, o custo do megavátio/hora (Mwh) atingiria o montante de 29 028 contos. No projecto de Setúbal — dois grupos térmicos utilizando "fuel" —, aquele custo elevar-se-ia a 36 359 contos. Esta grande vantagem em favor da central nuclear reflecte-se, ainda, nos gastos com divisas, os quais seriam 60 por cento mais elevados no caso da central térmica a "fuel", devido à diferença de preços dos respectivos combustíveis.

## ENERGIA MAIS BARATA

O kwh nuclear é mais barato. Esta a constatação feita, não só em Portugal como em outros países onde as centrais nucleares já funcionam. Afé, as bases onde assentam os cálculos são mais



# Energia atômica



O "coração" de uma central atômica francesa

sólidas. Nos Estados Unidos, os valores respeitantes a 1975, mais precisamente entre Janeiro e Setembro desse ano, revelam um custo do kwh nuclear inferior em 63 por cento ao das centrais a "fuel" e em 27 por cento ao das centrais a carvão.

Em França a Electricité de France revela nos cálculos efectuados em 1975, na base dos preços actuais do petróleo e de 15 dólares a libra de urânio natural, uma diferença de 60 por cento entre o kwh nuclear e o kwh das centrais a "fuel", com vantagem decisiva para o primeiro. Mesmo se o preço do urânio duplicasse e o do petróleo diminuísse de 10 por cento, continuaria a verificar-se um preço vantajoso para o kwh nuclear. Por outro lado, demonstra-se que, nesse país, um aumento de 10 por cento do custo da operação de enriquecimento do urânio elevaria somente de 1 por cento o custo de produção do kwh.

Tanto no Ocidente como no Leste, desenha-se uma clara tendência para a crescente instalação de centrais nucleares, em detrimento das outras formas de produção de energia eléctrica. Certamente, isto não se deve ao culto abstracto do desenvolvimento tecnológico. Esse avanço tecnológico traduz-se em maior produtividade, em custos de produção mais baixos, em rentabilidade superior.

É por isso, talvez, que a contestação dos cálculos apresentados pela CPE, pelo menos no que diz respeito à globalidade dos mesmos, é tida como injustificada. O que já levou o dr. Jaime da Costa Oliveira, sem dúvida o mais documentado dos defensores da energia nuclear que têm deposto nos jornais, a considerar inadmissível duvidar da competência dos técnicos do Gabinete de Planeamento Económico da CPE para efectuar os referidos estudos...

Como dissemos de início, o que está em causa é a política energética nacional. Não se trata de uma simples opção entre central nuclear e central hidroeléctrica. Trata-se, sim, de saber aquilo que, dentro do desenvolvimento económico português, será necessário adoptar para que este se processe numa forma satisfatória.

## BARRAGENS NÃO BASTAM

Os números divulgados pelas entidades oficiais são claros: nos próximos sete anos o consumo de electricidade será o dobro do actual. Isto, partindo do princípio de que o aumento do consumo se processará ao mesmo ritmo que nos últimos anos. Onde iremos buscar a energia eléctrica que necessitamos para um crescimento dessa ordem? É um problema grave, se nos lembrarmos de que são precisos anos para se erguer novas centrais e que há sérios condicionalismos para aproveitar os recursos hídricos ainda existentes.

De facto, construir novas barragens, de forma a preencher a totalidade das nossas capacidades nesse campo, significaria erguer 30 barragens simultaneamente. A sua potência não daria para cobrir sequer o aumento de consumo previsto até 1982. Por outro lado, devemos admitir que novas centrais a "fuel" e a carvão poderiam preencher a restante capacidade. Acontece, no entanto, que os elevados preços do petróleo não permitem custos de exploração vantajosos. A sua importação origina ainda um grande dispêndio em divisas. Além disso, dentro de poucos anos, Portugal não disporia sequer de capacidade de refinação de ramas exigida pelo consumo de "fuel", mesmo contando com o importante acréscimo que a futura refinaria de Sines proporcionará.

Mas, aos números e projectos governamentais não correspondem os valores e planos dos antinucleares. O prof. Delgado Domingos é peremptório: **Os nossos recursos hidroeléctricos asseguram as necessidades até ao ano 2000.** Baseando-se nas conclusões do Encontro Nacional de Política Energética de Novembro passado, esta corrente de opinião fala em 40 barragens ainda por construir e em mais de 50 por cento



dos recursos hídricos portugueses ainda por aproveitar.

De qualquer modo, a um observador atento não escapará que, na mente destes argumentadores, não se encontra um projecto de desenvolvimento económico e industrial de crescimento rápido. O consumo de energia eléctrica a subir na ordem dos 10 por cento por ano, como tem acontecido até agora e como se prevê que continue a suceder, não se compadece com a construção de 40 novas barragens e uma mera duplicação — ou mesmo um acréscimo de 150 por cento — da produção de energia eléctrica por via hídrica. Até ao ano 2000, outras formas de produção terão de ser encaradas e a decisão a ser tomada não poderá deixar de ter lugar no mais breve prazo possível. A não ser, evidentemente, que os técnicos em questão tenham feito as suas contas baseados no acréscimo de consumo verificado em 1975, o qual foi inferior a 1 por cento... Será que estaremos em presença de saudosistas da "batalha da produção" gonçalvista, que projectam os seus conceitos de "desenvolvimento" para a sociedade portuguesa até ao ano 2000?

## DESENVOLVIMENTO

A eles se contrapõem os defensores da central nuclear, nomeadamente aqueles que se encontram no Governo. Estes fazem assentar a sua opção num plano de desenvolvimento económico e industrial que exige o decisivo arranque de novas formas de produção eléctrica. Mesmo que os seus detractores se orientem meramente por razões de ordem exclusivamente energética — nos seus aspectos científico, técnico, económico —, o que desde já recusamos a acreditar, não pode ser esquecido que essa posição, a viabilizar-se, terá incidências graves sobre a economia portuguesa. Quando a prof. Marieta da Silveira, catedrática da Faculdade de Ciências de Lisboa, diz que a solução está na construção de centrais térmicas a "fuel" ou a carvão e nos aproveitamentos hidroeléctricos ainda por construir, colocando-se na perspectiva dos próximos oito ou nove anos, isso pode significar para o País um importante atraso que, na próxima década, terfá-

mos de pagar muito caro. A não ser que se pense que a solução do desenvolvimento económico e da política energética esteja na electrificação rural e na importação de electricidade, como parece ser a perspectiva da referida catedrática...

Em matéria de alternativas, os detractores da opção nuclear têm soluções algo interessantes. É pena, de facto, nenhuma delas responder às exigências postas pelo problema energético

## EUA E URSS: OS ÚNICOS FORNECEDORES

E entramos aqui na questão de independência nacional. A independência que tantos juram defender, que tantos dizem ser o objectivo a atingir quando propõem esta ou aquela medida, esta ou aquela política. Na questão da energia, e mais particularmente da energia eléctrica, não podia deixar de se assistir a estas mesmas promessas.

## Um "diálogo" revelador

"Alguns tecnocratas portugueses estão a preparar uma aventura. É a central nuclear a urânio enriquecido para a produção de electricidade."

(*"Diário"*, 1-3-76)

"Assim, relacionar a construção duma central nuclear com a falta de energia que estamos a sentir não tem qualquer sentido. Mais realista seria apressar a reestruturação da rede eléctrica e reforçar as ligações de muito alta tensão à rede europeia." (Marieta da Silveira, catedrática da Faculdade de Ciências de Lisboa. Entrevista ao *"Expresso"*, 13-3-76)

"Considero a decisão de optar pela via nuclear um absurdo económico e uma obra de fachada. (...) Em termos de presente e de futuro, deve ser-se meridiana-mente claro: podemos prescindir inteiramente das centrais nucleares para a satisfação das nossas necessidades futuras em energia. O contributo das centrais nucleares para a nossa independência energética é um mito que nos arriscamos a

pagar caro." (J. J. Delgado Domingos, professor catedrático do Instituto Superior Técnico. *"Diário de Lisboa"*, 6-3-76)

"A produção de energia eléctrica a partir da energia nuclear é, sem dúvida, o caminho que fatalmente se seguirá em todo o mundo." (Benjamim Formigo, *"Expresso"*, 6-3-76)

"Face ao carvão, ao petróleo e ao gás natural, a única alternativa disponível já é a energia nuclear." (Jaime da Costa Oliveira, doutor em Física. *"A Luta"*, 9-4-76)

"A solução nuclear é uma questão política. (...) Alguns dos que atacam a central nuclear, e já podiam tê-la atacado em Julho e Agosto de 1975, mas nessa altura não era nada conveniente para os seus interesses partidários, esquecem ou tentam fazer esquecer que o País campeão da sua ideologia já há muito adoptou as centrais nucleares." (João Caminha). *"Jornal Novo"*, 26-4-76)

português. Além das centrais hidroeléctricas ou termoeléctricas (clássicas) cuja incapacidade já referimos, tem-se falado no aproveitamento das energias geotérmicas, solar e eólica. Trata-se, afinal, do complemento necessário para negar a necessidade da central nuclear. Felizmente que os responsáveis pela política energética nacional não são homens que chupem um rebuçado pensando ter ingerido uma lauta refeição. A refeição da qual depende, afinal, a manutenção dum organismo tão complexo como é um país...

Tanto mais que a opção nuclear acarreta encomendas ao estrangeiro, acarreta recorrência à tecnologia estrangeira. E as inevitáveis consequências.

O ataque é linear, assumindo aspectos comuns a todas as denúncias que nos países dependentes se faz à dominação imperialista.

O fornecimento de centrais nucleares está hoje limitado a um punhado de países desenvolvidos, em que os Estados Unidos ocupam um lugar de destaque. O enriquecimento do urânio, operação que este minério terá de so-



# Energia atómica

Trer no caso de se optar pelo reactor do tipo de urânio enriquecido, está restringido a um número menor de países. Presentemente só os Estados Unidos e a URSS têm fábricas que possibilitam essa operação, embora na Europa se preparem duas ou três grandes instalações para o efeito.

Os países europeus, devido às necessidades colocadas pelo nível do seu desenvolvimento, enveredaram pela via nuclear na produção de energia eléctrica. Inicialmente recorreram à tecnologia e aos equipamentos americanos, uma vez que estes eram os únicos existentes. Contudo, o desenvolvimento europeu e a unidade crescente dos países do Velho Mundo têm conduzido a uma situação em que os americanos não podem dispor já do domínio sobre os programas energéticos dos países europeus através do ascendente criado no campo das centrais nucleares.

A dependência que os oponentes agitam para impedir o programa energético português de avançar decididamente é um falso problema. A dependência sobrevirá, sim, se Portugal não dispuser de formas eficientes e modernas de produção de electricidade. O nosso desenvolvimento será estrangulado e ficará dependente das soluções que nos serão impostas por terceiros.

## OS FORNECEDORES PÕEM CONDIÇÕES

É curioso notar que no seio daqueles que atacam a opção nuclear para Portugal se destacam duas correntes: os oponentes a todo o transe e aqueles que atacam **sobretudo** a compra do equipamento americano. Misturando sabiamente o ataque às centrais nucleares (em bloco) e aos reactores a urânio enriquecido (fabricados sobretudo pelos americanos), as vozes que se exprimem no "Diário" dão mostras de uma orientação que se guia pelo adiamento da decisão. Adiamento que pode significar interesse pelos fornecimentos futuros, a serem feitos por um novo fornecedor, até aqui sem condições para disputar as possíveis encomendas existentes: a URSS.

A União Soviética poderá vir a comercializar um tipo de reactores, já produzido no Ocidente, o qual está ul-

trapassado em termos de rentabilidade. Usam esses reactores nucleares urânio natural em vez de urânio enriquecido. Daí que o "Diário" fale nessa opção como mais vantajosa para nós.

Pela mesma razão, outros técnicos e o próprio "Diário", que tanto atacam o projecto nuclear governamental, não deixam de falar nos reactores regeneradores. Este novo tipo de reactor, ainda não comercializado por nenhum país, está a ser activamente estudado pelos europeus e pela URSS.

Estamos, também aqui, em presença de uma hábil manobra. É necessário que Portugal se deixe levar pelo canto da sereia antinuclear e se ponha pacientemente à espera que os cientistas completem o estudo. Na próxima década (então sim!) já poderíamos decidir.

A opção que o País terá de fazer dentro do nuclear não pode ser encarada em meros termos de vantagens económicas (custos baixos) e técnicas. A divisão do mundo em blocos e o seu jogo de influências e dependências colocam outros importantes factores no prato da balança.

Não se pode avaliar, pelo menos que tenhamos conhecimento, quais as condições económicas da União Soviética na venda a Portugal duma central nuclear. Relativamente ao tipo de central que esse país nos poderá vender, sabe-se já que um deles está tecnologicamente em atraso relativamente aos actualmente vendidos por americanos e europeus. E o outro tipo ainda não é comercializável por ninguém — sendo, de facto, o de nível tecnológico mais avançado, aquele que irá encarnar, segundo se diz, a nova geração de geradores nucleares.

Contudo, há outras condições que a URSS não deixará de colocar. O matutino "Diário" já deu uma amostra do que poderá representar para a nossa soberania a compra de uma central nuclear, se determinadas forças puderem impor as suas condições. Dizia o articulista desse jornal, em 1 de Março passado: **Do ponto de vista jurídico, primeiro seria preciso que Portugal assinasse o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares.**

É evidente que o "Diário" não é a voz oficial da URSS. Mas também é

evidente que a União Soviética coloca condições nas suas transacções com o estrangeiro. Os egípcios que o digam.

A estratégia soviética, no que diz respeito ao campo nuclear, é bem conhecida: enquanto ela desenvolve afinadamente o seu programa, munindo-se do mais sofisticado armamento, preconiza que os outros países, desprovidos de meios de dissuasão contra a guerra atómica, se comprometam a continuar nesse estado. A produção de energia nuclear não é propriamente bomba atómica. Mas o domínio da sua tecnologia parece incomodar certos interesses fundados em monopólios.

O desenvolvimento da nossa economia ao nível a que hoje se situa o conhecimento técnico e científico exige medidas que envolvem opções radicais. É natural que Portugal opte por aquilo que lhe seja favorável e que procure os meios onde, apesar dos inconvenientes que sempre existem, não se boicote o seu programa para o desenvolvimento. É de facto uma questão de soberania e de independência.

J. M.

## CENTRAIS NUCLEARES EM FUNCIONAMENTO

em 30 de Junho de 1975

País	Número de centrais	Potência (Mw)
Estados Unidos	50	35 700
Reino Unido	29	6 100
União Soviética	16	3 700
França	10	3 000
R. F. Alemã	7	3 400
Japão	7	3 100
Canadá	6	2 600
Suécia	3	1 900
Espanha	3	1 100
Suíça	3	1 000
Itália	3	640
Índia	3	620
Holanda	2	520
R. D. Alemã	2	520
Bulgária	1	440
Bélgica	1	410
Argentina	1	340
Paquistão	1	140
Checoslováquia	1	110



## Filha de D. Carlos pergunta:



### ONDE ESTÃO AS OBRAS DE ARTE DA FAMÍLIA REAL PORTUGUESA?

Enquanto, descaradamente, valiosas obras de arte desaparecem dos monumentos nacionais para serem negociadas no estrangeiro, Maria Pia de Bragança, filha natural de D. Carlos, penúltimo rei de Portugal, reclama judicialmente os direitos dos bens que pertenciam a seu pai e avós.

Desde que D. João IV, oitavo duque de Bragança, subiu ao trono que a História portuguesa se funde intimamente com a Casa de Bragança. Durante 270 anos, os duques possuídores daquele título foram reis de Portugal, ou seja, de 1640 até 1910, data em que é implantada a República, dois anos após o assassinio de D. Carlos, penúltimo rei de Portugal. Sucedeu-lhe seu filho, D. Manuel, com quem, pensou-se, a dinastia ficaria extinta, dado que morreu sem deixar sucessores. Salazar, quando desejou resolver o problema dos Braganças, deixado em aberto durante a I República, ignorou a existência de uma filha de D. Carlos, que fora, durante anos, escondida, por conveniências sociais evidentes.

Essa mulher, que conta agora mais de 70 anos, está em Portugal, onde veio reivindicar os seus direitos. Entre eles, não se conta o de ser rainha. Mas deseja, obviamente, reaver alguns dos bens familiares, dos quais está muita gente a “comer”, neste momento, sem

que, para tal, tenha direito. E o mais beneficiado com essa fortuna não é, certamente, o povo português.

A história do recente aparecimento da duquesa de Bragança em Lisboa começa assim:

Em Paris, Londres e Genebra apareceram, nos últimos meses, algumas obras de arte, que foram vendidas em leilões, sendo dadas, concretamente, como provenientes do Palácio da Ajuda, em Lisboa, de onde teriam sido roubadas.

O escândalo que envolve estes acontecimentos estalou em Portugal por duas vias: na Assembleia Constituinte, onde deputados do MDP/CDE fizeram um requerimento ao Governo, em Março último, exigindo que fossem dadas explicações sobre o assunto e por via de uma queixa apresentada, na Polícia Judiciária, pela sra. D. Maria Pia de Saxe-Coburgo Bragança, na sua alegada qualidade de herdeira dos bens do morgadio de Bragança.

Posteriormente, foi por nós averi-

guado que um outro valioso tríptico, do século XV ou XVI, no valor de centenas de contos, esteve “ausente” do Palácio da Ajuda durante alguns meses, após ter sido roubado e recuperado de forma rocambolesca e ainda não devidamente esclarecida.

Dir-se-á, pelos acontecimentos que passamos a relatar, que o Palácio da Ajuda, onde se guardam obras de arte e jóias cujo valor ascende a milhões de contos, está a saque ou, pelo menos, votado a um desprezo que se torna criminoso. Elementos da GNR, armados de G3, guardam agora o exterior do belo edifício real, dia e noite, mas tudo indica que o Governo deve tomar medidas, incluindo uma sindicância, que ponha a claro os meandros de uma questão que não pode deixar de preocupar a opinião pública. O clima que reina no interior do palácio, entre os seus guardas e o conservador, tem de ser devidamente posto a claro, tanto mais que se sabe que o tríptico roubado estava no andar nobre, no salão de pintura de D. Luís, que não é facilmente acessível de fora para dentro do palácio. Nem é simples passar as portas com três quadros de razoáveis dimensões...

A queixa apresentada na Polícia pela duquesa de Bragança, relativa a ou-



tras obras de arte nacionais, vendidas no estrangeiro, levantará o problema da sua legitimidade para fazê-lo, uma vez que aquela aristocrata se apresenta na invocada qualidade de filha de D. Carlos, penúltimo rei de Portugal. Levanta-se, assim, 44 anos após a morte de D. Manuel II (1932), a questão dinástica portuguesa.

## QUESTÃO DINÁSTICA

D. Carlos I era um belo homem, português à moda daquele tempo, meio marialva, gostando de touros e touradas, pintando como um bom artista, dotado de qualidades de carácter que o faziam querido das mulheres. As suas relações amorosas com a rainha, Amélia de Orléans, sempre foram pouco calorosas. A francesa, bela e altiva, era dada como fazendo um favor ao ligar o seu principado ao de Bragança. No dizer de testemunhas da época, terá sido, a partir de 1903 — quando um desastroso incêndio cremou em Vila Viçosa, a primeira filha do casal com poucos meses de idade — que as relações se tornaram mais tensas. Desde aí parece terem-se acentuado as divergências do casal. Foi mais ou menos por essa época que passou por Lisboa um meio fidalgo brasileiro, de apelido Leredó, acompanhado por sua mulher e por uma filha, Maria Amélia de Murça. que, nessa altura, tinha apenas quinze anos e era rapariga de deslumbrante beleza. O par, rico proprietário de fazendas no nordeste brasileiro, trouxera a jovem às cortes europeias na mira de arranjar-lhe um bom casamento.

O que viria a acontecer. Leredó foi, certa noite, convidado para uma festa no Paço, onde compareceu acompanhado pela filha.

Uma breve reverência de Amélia de Murça bastou para incendiar o coração de D. Carlos. Amélia de Orléans, a seu lado, dura e fria, mal terá percebido aquele rebrilhar de olhos, aquele rápido pestanejar malicioso que levaria Carlos de Bragança, daí a pouco, a convidar a bela brasileira para um “tour de volte”. Daí ao nascimento de uma formosa menina foi um passo. Em 1906, num prédio da Avenida da



Maria Pia, duquesa de Bragança, que não quer ser rainha

Liberdade, em Lisboa, nascia, em casa dos avós maternos, quase em segredo, uma rapariga, baptizada na Freguesia do Sagrado Coração de Jesus, à qual foi dado o nome de Maria Pia. No dia seguinte, a mãe recebia uma mercê assinada por D. Carlos, onde lhe eram dadas as honras de fidalga e, a sua filha, todas as prerrogativas e direitos próprias de filha do rei.

Diz-se que D. Carlos passou a fazer vida em comum com a sua amante brasileira, de 1903 a 1908, acalentando sempre o desejo, aliás impossível de concretizar, (embora Leão XIII chegasse a ser discretamente sondado para o efeito) de desposá-la.

O casal encontrava-se com frequência em Vila Viçosa, de onde o rei partiu, a 1 de Fevereiro de 1908, para a jornada que o traria a Lisboa, onde foi assassinado, ao fim da tarde. Pela ma-

nhã, ao abandonar o paço-mor da casa ducal, onde passara a noite, o último gesto de Carlos de Bragança terá sido o de depor na fronte da sua filha legitimada um beijo de pai amoroso. Horas após a morte do rei e do príncipe herdeiro, ocorrida, como se sabe, no Terreiro do Paço, a pequenita Maria Pia era levada à pressa, com sua mãe, para Espanha. Com ela andaria sempre, durante mais de meio século, até que Maria Amélia de Murça veio a falecer, em Roma, em 1958, com 78 anos, vitimada por uma longa e dolorosa doença.

O infante D. Afonso, irmão do rei, a quem o povo chamava de “Arreda”, devido aos gritos de medo que arrancava a alta velocidade (20 km à hora) do bólido que quase sempre conduzia, desempenhou um papel importante no salvamento da criança e da mãe: foi no belo automóvel de seu tio que Maria



Pia seguiu para Espanha, onde seria confiada aos cuidados de Afonso XIII e da corte espanhola.

## A MONARQUIA

Tinha começado aí a questão dinástica portuguesa.

A D. Carlos sucedeu seu filho segundo, D. Manuel, que reinaria apenas dois anos. A 5 de Outubro de 1910, a Revolução Republicana estava triunfante.

D. Manuel II, acompanhado por sua mãe e sua avó, respectivamente, Maria Pia de Sabóia e Amélia de Orléans, fugiu para o palácio-convento de Mafra, de onde logo seguiria rumo à Ericeira.

Ao largo, um iate esperava a família real. Esta, como se pode ler numa placa colocada na igreja da Ericeira sobranceira ao porto, dali partiu "sob o respeito e a simpatia da população local". D. Manuel fixar-se-ia em Inglaterra, perto de Londres, (Richmond), casando com uma princesa alemã — D. Augusta Vitória de Hoenzollern Sigmaringen, que veio a ser a última rainha de Portugal. Também D. Manuel II não se entendeu muito bem com a mulher, fazendo ambos vida separada. Era conhecida a preferência do rei português por algumas actrizes, no que mais não fazia que seguir uma secular tradição de seus antepassados, para os quais certo tipo de moral conjugal pouco existiu, sendo muitos os bastardos que produziram.

Em 1932, D. Manuel II morria sem deixar descendentes.

Em 1951, falecia sua mãe, Amélia de Orléans, e Maria Pia, mergulhada na loucura, já deixara também este mundo, cada uma no seu país de origem.

Proclamada a I República, que viveria apenas dezasseis anos, Portugal mergulhou nas dissidências políticas que se conhecem e conduziram à ditadura do Estado Novo.

Relativamente à família real, Salazar decretou que os seus descendentes até ao quarto grau fossem impedidos de entrar em Portugal, até 1950.

Assim, o luso ditador entendeu ter chegado a altura de resolver o problema dos grandes senhorios dos Braganças. Estes, como se sabe, desde o reina-

do de D. João I que vinham acumulando bens pessoais, tornando-se donos de meio Portugal. A certa altura, desde que D. João IV, duque de Bragança, se tornou rei, os bens da coroa e os do morgadio podiam confundir-se mas estiveram legalmente separados.

Para resolver este embróglio dinástico, Salazar decretou que "ficaram, pois, os bens da antiga casa de Bragança pertencendo em plena propriedade a D. Manuel II, como o último administrador do vínculo e por não haver presuntivo sucessor, nos termos do artigo 2 da lei de 19 de Maio de 1863".

Assim, Maria Pia foi posta fora dos arranjos testamentários, cabendo o grosso dos bens de D. Manuel II a Amélia de França, mãe do rei, e D. Augusta Vitória de Hoenzollern, sua mulher. Os bens da rainha-mãe passariam, por sua morte, à viúva do defunto rei e, desta, aos seus sucessores. Assim, neste momento, é um príncipe alemão, sobrinho de D. Augusta Vitória, quem está a receber as rendas das propriedades do morgadio de Bragança, no valor anual de alguns milhares de contos.

As rendas de numerosos prédios do Chiado vão mensalmente parar à Alemanha.

Para ter um sucessor português ao trono, Salazar decretou, pois, como extinta a linha dos Braganças procedente de D. Maria II.

Como se sabe, D. João VI teve dois filhos — D. Pedro e D. Miguel — que se envolveram nas chamadas lutas liberais. "De 25 de Abril de 1828 até 31 de Julho de 1831 foram presos 26 370 indivíduos, degredados 1600, executados, 39 e andariam homiziadas 5000 pessoas, emigradas 13,700 e confiscados os bens a 80 000 famílias."

Isto passava-se sob o domínio do absolutista D. Miguel, que acabaria por perder a guerra em que se envolvera com o seu irmão liberal D. Pedro IV, primeiro imperador do Brasil.

Os Braganças liberais continuaram no trono português, após a guerra civil, e D. Miguel exilou-se para a Alemanha, onde casou com a princesa Adelaide Sofia Amélia Luíza Joana de Horwensstein — Wertheim — Rochefort, de quem teve sete filhos, que se foram espalhando, como a sua descendência,

por aquele país e pela Áustria.

Foi aí que Salazar buscou o seu herdeiro para o trono português, Duarte Nuno, tetraneto de D. Miguel.

Havia, entretanto, a filha legitimada de D. Carlos, Maria Pia de Saxe-Coburgo Bragança.

A partir de 1950, Maria Pia começou a reclamar os direitos do que era de seu pai e avós.

Veio a Portugal, pela primeira vez, em 1958 e tentou ser recebida por Salazar. Este mandou dizer-lhe por Sollarri Alegro, seu secretário: "Saiba V. Alteza que não há trono para um e, muito menos, para dois."

Em 1968, Maria Pia voltou a Portugal para reclamar. Foi presa e enviada para Caxias, de onde a livrou o dr. Mário Soares, seu advogado durante 12 anos.

No exílio, Maria Pia recebeu e protegeu todos os emigrados, de Humberto Delgado aos socialistas, que se espalhavam por Roma e Paris. Em 25 de Abril 74, decidiu voltar ao País para reclamar os seus direitos e lutar, como nos disse, pelo povo que sente ser o seu.

Entre os direitos que julga possuir, estão os de propriedade de alguns dos bens da Casa de Bragança, como os milhares de objectos de arte, dos quais alguns se afirma estarem a ser ilegalmente vendidos no estrangeiro, após roubo efectuado nos antigos paços reais.

Chegada a Lisboa, apresentou queixa na Polícia Judiciária, onde decorrem investigações relacionadas com o caso. No dia em que estivemos no Palácio da Ajuda, tinha sido colocado numa vitrina o valioso tróptico quinhenista que, em Outubro de 1974, fora roubado da Ajuda e vendido a um antiquário da Sé, pela quantia de 10 contos, tendo ele afirmado desconhecer a identidade do vendedor da obra. Quem é o ladrão e como é possível que valiosas obras de arte permaneçam meses fora dos monumentos nacionais sem que se saiba como tal acontece?

Qual o mistério que envolve o roubo de obras de arte de palácios portugueses e o seu contrabando para o estrangeiro?

J.F.N.



## JURADOS PARA QUÊ?



Os jurados, escolhidos por sorteio, voltaram aos tribunais portugueses. Aparentemente, a sua institucionalização parece traduzir um esforço de democratização da justiça. Mas, na realidade, para que servem os jurados?

Um júri excepcional. No caso "Angola e Metrópole", devido à complexidade dos debates, os jurados eram todos magistrados

Instituídos na monarquia constitucional e extintos em 1927, os jurados voltaram a aparecer nos tribunais portugueses, por determinação do Decreto-Lei 605, de 3 de Novembro de 1975.

Diz este diploma que "a instituição do júri impõe-se como postulado da ordem democrática instaurada pelo Movimento das Forças Armadas. Na verdade, só os regimes totalitários poderão recluir a intervenção dos representantes do povo, base e alicerce de toda a ordem democrática, no julgamento dos arguídos".

E é aqui que bate o ponto. Até onde, efectivamente, os jurados podem garantir a democraticidade de que fala o decreto? Até onde a presença do júri pode colmatar erros que, porventura, existam nos processos?

Para já, o júri só se aplica aos processos de querela, isto é, aqueles que compreendem pena maior. Ele é composto por três juízes, que constituem o

tribunal colectivo, e por oito jurados efectivos e dois suplentes, que só intervirão quando, durante o julgamento, algum dos efectivos estiver incapacitado.

À partida, nenhum julgamento é obrigado a ter um júri. Ele só actuará se for requerido pela acusação ou pela defesa. Quanto à escolha, os jurados são sorteados a partir dos cadernos eleitorais. Deste modo, qualquer cidadão português com capacidade de voto pode ser chamado a integrar um júri. É-lhe proibido recusar, a não ser que prove incapacidade mental ou física.

Em quase todos os países da Europa existe o júri misto, ou seja, do tipo adoptado em Portugal. Nos Estados Unidos, o sistema de jurados é ligeiramente diferente, na medida em que integra apenas cidadãos, não havendo, portanto, um tribunal colectivo. Para muita gente, a forma utilizada nos EUA resulta mais eficaz do que a europeia.

### A QUEM CABE O PODER DE DECISÃO?

O problema-chave que se põe em relação aos jurados é saber se, de facto, eles têm ou não poder de decisão. O art. 492 do decreto citado diz-nos que, "findas as alegações, o juiz presidente perguntará ao réu se tem mais alguma coisa que alegar em sua defesa, ouvindo-o em tudo o que disser a bem dele. Feito isto, o juiz presidente declarará encerrada a discussão da causa e organizará os quesitos que por ele serão lidos em voz alta". Ora, na medida em que os quesitos, isto é, a matéria de facto que está em discussão, continuam a ser organizados pelo juiz, é ele que mantém o poder selectivo, poder esse que influencia directamente a decisão dos jurados. Deste modo, estes ficam reduzidos, na prática, ao papel de dizerem apenas **SIM** ou **NÃO**. Isto, porque a organização dos quesitos é a pedra-de-toque para a absolvição ou



condenação, já que a organização implica na qualificação dos factos.

Mas ainda não é na organização dos quesitos que se encontra a questão fundamental. Hla reside, em nossa opinião, nas bases do sistema legislativo, isto é, o Código Penal, que, em muitos pontos, remonta ao tempo do fascismo. Assim, é na lei que tudo vai entroncar. De facto, a aplicação da pena é fixada pelo júri, mas dentro do que a lei dispõe. Deste modo, por mais bem montada que estivesse a máquina dos jurados, supondo que um júri seria constituído por pessoas tidas como verdadeiras democratas, sobre as quais não pairava nenhuma sombra de dúvida, e, indo mais além, imaginando um júri só formado por operários e camponeses, os problemas seriam os mesmos. Havendo injustiças na lei, o processo fica viciado desde o início.

#### FACTOS CONCRETOS E QUESTÕES POLÍTICAS

Por outro lado, há que considerar o aspecto político das coisas. Em certos processos, abertamente políticos, a redução das questões à pura matéria de facto pode escamotear o que, na verdade, aconteceu. Vejamos, por exemplo, um crime político: pode este ser reduzido ao facto concreto de matou ou não matou? Numa ocupação de terras pode ficar-se pela pergunta se ocupou ou não ocupou? É aqui que a organização dos quesitos e certos artigos do Código Penal, nomeadamente aqueles que dizem respeito à segurança do Estado, têm particular relevância.

Um outro problema que ainda se levanta em relação aos jurados refere-se ao "segredo de justiça". Encerrado o julgamento, os jurados retiram-se para deliberar. Sobre isto, vejamos o art. 510: "Nem os juízes que constituem o tribunal colectivo nem qualquer dos jurados poderão revelar o que se tenha passado durante a deliberação e votação e que se relacione com a causa nem exprimir a sua opinião sobre o veredicto do júri depois de proferido. Se os juízes que constituem o tribunal colectivo ou algum jurado infringirem o disposto neste artigo, incorrerão nas penas por violação de segredo de justiça, incorrendo ainda os juízes nas respectivas sanções disciplinares."

Ora, se, por um lado, é correcto que se mantenha o segredo da discussão

entre os jurados, por outro, caso haja alguma irregularidade durante a deliberação, não existe nenhuma maneira de denunciar essa irregularidade. E novamente ganham importância os processos políticos, onde, durante a deliberação, surgem maiores oportunidades de atropelos.

Em resumo, do nosso ponto de vista, os jurados pouco ou quase nada

vieram alterar o andamento dos processos. Limitados pela acção dos juízes, subordinados a um código, em muitos aspectos por rever, os jurados nada decidem. Servem, sim, para dar uma cobertura democrática. E dizemos "cobertura", pois aqui ficou-se pelo exterior. Há que ir ao fundo dos problemas. Há que resolver o cerne da questão. ■ F. F.

## A possibilidade de praticar Artes Orientais ao seu alcance ENCICLOPÉDIA—CURSO DE ARTES DE COMBATE ORIENTAIS

CURSOS DE TODAS AS ARTES MARCIAIS

# KUNG-FU

REVISTA MENSAL DE ARTES MARCIAIS — ANO I — Nº 1 — MAIO DE 1976 — 48888

YOGA  
KENDO  
SUI  
HURICHAKU  
KICK TAIKONDÓ  
ZEN  
JUDO  
TUEI CONTACT  
TAOISMO  
MARIKIGULARI  
SHUBIKEN  
TONFA  
MAGINATA



# karate

REVISTA MENSAL

DE ARTES MARCIAIS

À VENDA EM TODO O PAÍS



distribuidora O SÉCULO



# LIVROS

## NOVIDADES SELECÇÃO DA SEMANA

### O PODER POPULAR EM CUBA

Autor: RAUL CASTRO

De acordo com os princípios marxistas-leninistas aplicados às nossas condições concretas, instituir a eleição de órgãos de Poder Popular, de modo que as massas fiquem incorporadas institucionalmente na direcção estatal e administrativa e que o povo forme parte directa dos órgãos de Estado, como este um Estado Socialista dos trabalhadores, profundamente democrático e revolucionário.

Das formas espontâneas de organização popular, à sua institucionalização. O Poder Popular em Cuba, um livro importante.

INICIATIVAS — Preço: 40\$00



### AUTOBIOGRAFIA DE UMA MULHER EMANCIPADA

Autor: ALEXANDRA KOLLONTAI

Dotada de uma grande vivacidade, começou a evidenciar-se na propaganda de ideias comunistas aos dezito anos de idade.

Expandiu então com todo o vigor em conferências e em artigos nos jornais, a propaganda do que ela entendia por emancipação da mulher. Triunfando a revolução bolchevista em 1917 regressa à Rússia tendo feito parte do primeiro governo soviético. Mais tarde foi nomeada como embaixatriz, sendo a primeira mulher que, no mundo, exerceu as funções diplomáticas.

INICIATIVAS — Preço: 60\$00

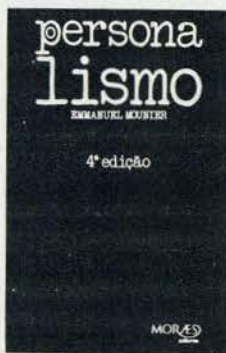


### A TEIA DAS MULTINACIONAIS (I)

Autor: ARMAND MATTEPART

O propósito da presente investigação é precisar os contornos da ofensiva ideológica das classes dominantes, nesta etapa de acumulação internacional do capital, apreender a mobilidade dos seus agentes e determinar as outorgas de poder que a fase actual exige.

INICIATIVAS — Preço: 130\$00



### O PERSONALISMO

Autor: EMMANUEL MOUNIER

Estamos perante um filósofo que não hesitou em sacrificar a filosofia a uma obra que na acção se perfez; estamos perante um homem que não hesitou em abandonar os caminhos que uma acção política normalmente implica, a impediu de se contradizer ou decompor em opções cujo carácter concreto fosse contra o verdadeiro compromisso em que se empenhava e se baseava.

MORAES — Preço: 75\$00

### REVOLUÇÃO E CONTRA-REVOLUÇÃO NA ALEMANHA

Autor: KARL MARX

Numa revolução, aquele que comanda uma posição vital e a entrega em vez de forçar o inimigo a ganhá-la em luta difícil merece sempre ser classificado de traidor.

ULMEIRO — Preço: 65\$00



### MALRAUX E SARTRE FALAM DE...

Dois homens falam do que os preocupa — do que nos preocupa.

Dois homens cujo pensamento e acção de algum modo intervieram na história nossa contemporânea.

Dois textos diversos mas que abordam alguns dos temas fundamentais do mundo de hoje.

MORAES — Preço: 70\$00



distribuidora O SECULO



# REVISTA

## sal e pimenta

### do espírito português

Porque dar lugar à revista nesta separata? Porque ela é, na tradição teatral a expressão mais genuinamente portuguesa.

As suas raízes são longínquas. Mergulham nas farsas vicentinas, que, indo desaguar no teatro de cordel dos séculos XVII e XVIII, mantêm vivos os elementos que futuramente, no enquadramento do espectáculo musical copiado do modelo francês, culminarão na revista.

Recorda-se ainda que no "apimentado" da revista permanece uma das grandes linhas de força da nossa cultura: a sátira.





# A revista ã portuguesa

**E** STÁVAMOS no final do século XIX. Das outras capitais vieram a moda das sessões de variedades com o nome de "music-hall". A revista era uma sequência do "music-hall", que deixara as salas dos restaurantes, com um pequeno palco, e viera para a largura dos proscênios, onde antes se tinham representado os melodramas. Espectáculo deslumbrante, por excelência, onde a graça e a fantasia se misturavam, resultando um género aliciante de teatro, que ganhou as maiores atenções. Em cena aberta, o espectador transportava-se para um reino imaginário, onde as coisas tinham voz e as pessoas dialogavam com elas, como se estivessem noutra realidade. Depois havia o coro, aquele descendente do corifeu helénico, que, mais do que a voz, aqui tinha o corpo, um corpo de linhas esbeltas, com pele cor de pérola, emoldurado de plumas ou véus reluzentes e brilhantes.

As revistas famosas no estrangeiro tinham sido as de Paris, onde a vedeta Mistinguette descia a ribalta até à plateia, para divertir os oficiais que regressavam da Flandres, em gozo de licença, na chamada guerra mundial.

Lisboa teve o seu teatro de revista. Na queda da monarquia e advento da República, o género que mais divertia o público era então o da "revista do ano", chamada assim porque as cenas comentavam os acontecimentos sociais e políticos do período dos doze meses. A riqueza dos enquadramentos dos cenários e o luxo do guarda-roupa eram substituídos pela graça das piadas ou do sentimentalismo das cantigas. Grandes êxitos se podem assinalar neste momento do teatro em Portugal. Rábulas políticas, alegorias patrióticas, estribilhos divulgados. Até o grande poeta, que foi Guerra Junqueiro, assinou uma revista que foi levada à cena com o título "Viagem à volta da Parvónia".

Num recanto da cidade estabeleceu-se o viveiro de cultura deste teatro. No chamado Parque Mayer construíram-se teatrinhos populares, onde se representaram e representam os maiores êxitos da revista em Lisboa. O ca-



Mulheres tocando e bailando, desenho de uma gravura do século XIII

rácter deste espectáculo era o da graça, como se afirmou. Um personagem, com o nome de Compadre, comentava o fio do enredo, que se desenrolava em quadros de fantasia, sendo o primeiro num lugar paradisíaco, logo seguido por outro da rua. Tipos pitorescos de costumes tinham sempre lugar. Havia o Polícia, o Bêbado, a família que tinha ido para as hortas, etc. A personagem de Compadre possuía uma graça, de réplica sagaz, para comentar os acontecimentos do dia. Muitas vezes, as piadas eram inventadas por ele, sem conhecimento dos autores. Também as melodias cénicas criaram uma acentuação especial. Estilizavam o folclórico, popularizando um pitoresco descritivo da paisagem, ficando um regionalismo sofisticado.

Nos títulos destes espectáculos podemos ver, de certo modo, a sua expressão. Nos tempos de excitação e exaltação política apontemos estes nomes de peças que fizeram sucesso: "Ó da guarda", "Ali à preta", "Tim-tim por tim-tim", "Lisboa amada", "A cidade onde a gente se aborrece...".

Depois vem a série de revistas com os nomes onde a culinária servia de motivo: "Sal e pimenta", "Chá e torradas", "Chá das cinci", "Café com leite", "Cabaz com morangos", "Cozido à portuguesa", "Salada de alface", "Sardinha assada", "Água pé", "Tremoço saloio", "Vinho novo", "Isclas com elas", "Feijão frade", "Fava rica", "A ginginha", "Tripas à moda do Porto", Há os títulos que convidam ao divertimento: "Rambaio", "Balancé", "Pernas ao léu", "Sol e dó", "Há festa na Mouraria", "Há festa no Coliseu", "Arraial".

Actualmente, sob o signo do turismo temos: "Lisboa Nova", "Boa noite

Lisboa", "Lisboa à Noite", "Prá frente Lisboa", "Marcha de Lisboa", "Cidade Maravilhosa", "Cartaz de Lisboa", "Férias em Lisboa".

Um mundo de teatro mágico, que se espalha pela população alfacinha, povoando-lhe as noites com os fantasmas maravilhosos.

AZINHAL ABELHO  
(in "Teatro Popular Português" vol. V)

## OS ARREMEDILHOS E OS MOMOS

### Antepassados Medievais do nosso Teatro de Revista

#### O teatro dos jograis

**A** falta de textos também se faz sentir quanto às manifestações dramáticas de carácter profano que terão divertido os portugueses até ao fim do século XV. Também aqui teremos de recorrer a outros documentos para poder afirmar que floresceu em Portugal, antes de Gil Vicente, uma tradição espectacular laica cujas sedes foram a praça pública e a Corte e cujos actores eram os jograis.

Muito se tem falado, a propósito deste filão jogralesco, dos chamados "arremedilhos", supostas farsas características da cena portuguesa já desde o século XII, sempre na base de um documento de 1193 em que os bobos Bonamis e Acompanhado, para que se confirmasse uma doação a seu favor, prometiam a D. Sancho I "unum arremidilum":

*Nos mimi suprenominati debemus  
Domino nostro Regi pro rebotatione  
unum arremidilum.*



## COPIACAM DE

TODAS OBRAS DE GIL VICENTE, A Q VÁL SE  
REPARTE EM CINCO LIVROS. O PRIMEIRO HE DE TODAS  
suas cousas de deusaçam. O segundo as comedias. O terceiro as  
tragicomedias. No quarto as farsas. No quinto as  
obras mistas.



Empremosem a muy noble e sempre leal cidade de Lisboa  
em casa de Ioan Aluares mpreffor del Rey e nullo fenhor.

Anno de M. D. LXXII.

Foy esta pelos deputados do lreza Inquisiçam.

COM PRIVILEGIO REAL.

(1.)

Que coisa era o "arrimidilum", eis o que o documento não diz. Toda a especulação à roda deste suposto termo procede do significado que lhe deu Viterbo ao incluí-lo no seu "Elucidário" de termos arcaicos, qual sinónimo de entremez, farsa, comédia ou representação jocosa. O apoio que ilustres estudiosos, como Carolina Michaelis, Óscar de Pratt e, mais recentemente, Fidelino de Figueiredo, deram a esta tese tornaram-na intocável até aos nossos dias. Disse-se que os "arremedilhos" eram verdadeiras e próprias farsas em miniatura, dotadas de música e, sobretudo, de um "texto" escrito segundo o esquema do contraste, pelo que a recitação deveria ser confiada a um par de actores pelo menos. E acrescentou-se que esses actores teriam gozado de grande fama ao longo da Idade Média portuguesa, embora se não tenham achado citações de "arremedilhos" com o sentido que lhes é atribuído.

### O momo

Outro género dramático pré-vicentino representaria, ao lado dos "arremedilhos", quase todo o teatro medieval português: trata-se do "momo". Mas foi indevidamente que alguns estudiosos, historiadores e lexicógrafos aproximaram as duas expressões, pois a história do momo é bem diversa da que teria caracterizado as palhaçadas jogralescas dos bobos "remedadores".

Os momos não constituem uma ma-



Quadro da revista "Sonho Dourado", um dos grandes sucessos do princípio do século

nifestação tipicamente portuguesa ou, sequer, ibérica, devendo o seu estudo ser enquadrado no panorama mais vasto das mascaradas medievais, que tiveram em toda a Europa nomes ligados ao grego "mimos" (e depois "momos", personificação mitológica do escárnio e da reprovação), como um exemplo os "momes" e as "mome-ries" francesas medievais e as "momarie" venezianas de Quatrocentos.

Em Portugal o gosto pelo momo — mascarada pomposa apoiada na mímica muito mais do que na palavra — deve-se talvez à influência francesa. A primeira dinastia viera da Borgonha e é natural que os dois países mantivessem relações estreitas. Mas não é de excluir "a priori" a influência dos espectáculos ingleses da série "mumming-disguising-masque", tão afins do momo ibérico e, como ele, baseados no disfarce e na mímica silenciosa. Em Portugal, todavia, numa primeira acepção, a palavra "momo" não designou a representação dramática a que nos estamos referindo, mas sim a própria máscara e também o homem mascarado. O outro significado apareceu mais tarde. Em 1276, por exemplo, a infanta D. Mafalda, por testamento, legou ao irmão (D. Pedro) o seu "momum quadratum", ou seja, a sua máscara quadrada; e, cerca de 1413, conta Azurara, havia alfaiates e tecelões especializados que aprontavam librés e momos para "funções" na Corte, as quais, como ingrediente fundamental que eram de todas as festas do reino, muito teriam contribuído para o apuramento do momo-mascarada. Foi com momos que o infante D. Henrique celebrou, em Viseu, a Epifania de 1414 e o próprio D. Afonso V,

em 1451, por ocasião do casamento da irmã, a infanta D. Leonor, com Frederico III, organizou momos em Lisboa; D. João II, pelo seu lado, foi o actor principal dos que espantaram Évora em 1490, fielmente descritos por Garcia de Resende.

Nestas fantasiosíssimas ficções de uma sociedade chegada ao apogeu da sua trajectória, as alegorias medievais misturam-se com um exotismo evocador de mundos longínquos. Os temas, inspirados em romances ou poemas, ganham actualidade ao inserirem-se nas paisagens de aventura e conquista em que os portugueses andavam pelos fins de Quatrocentos e princípios de Quinhentos: a África, desvendada palmo a palmo e, por fim, circum-navegada, a Índia, maravilhoso campo de experiências a partir de 1498, e, depois, o Brasil, de grandes rios e árvores imensas. Dragões, homens, gigantes e demónios significam simultaneamente a luta do homem medieval contra o mal e o triunfo do homem moderno sobre os elementos. E a fórmula castelhana "justear del dia e momear la noche" define como nenhuma outra o ambiente e o alcance do momo. Os textos são reduzidos à expressão mais simples: desafios, embaixadas, mensagens, denominados "breves" ou "letras", são por vezes recitados, outras vezes entregues escritos à maneira dos breves régios de rolandiana tradição.

Para o Portugal dos séculos XV e XVI o momo não é um divertimento qualquer: é o espelho dos tempos, mas espelho em que não se vislumbra mais do que uma estilização, um pálido reflexo das formidáveis mascaradas que todos os dias deslumbravam o povo de Lisboa.

LUCIANA STEGAGNO PICCHIO  
(in "História do Teatro Português")



# Duas "revistas do ano" em 1852 e 1856

Quando a revista apegou em Portugal havia pelo menos já largos anos que bracejava pela Inglaterra e pela França.

Andrade Ferreira, no prólogo de "Os Melhoramentos Materiais", revista de 1859, que subintitulou de "Comédia Satírica e Fantasmagórica", definiu-a assim: "É um resumo dos acontecimentos que deram uma fisionomia especial ao decurso do ano, personificados ou simbolizados em figuras que a sátira encara pelo seu lado cómico". Pendo a crer, conta Sousa Bastos, atribuindo-a a Francisco Palha, que a primeira revista portuguesa subiu à cena em Dia de Reis de 1852, no Ginásio, e se intitulava "O festejo de Um Noivado". Eram três actos curtos, em prosa, entremeados de alguns breves números de música. O seu autor foi o actor Brás Martins, o do Santo António. Conheço dela apenas duas rúbulas, "O Candeeiro de Gás" e "O Candeeiro de Azeite", alusão à iluminação a gás que surgira pela primeira vez no D. Maria em 1850, com a estreia nesse teatro do "Frei Luís de Sousa". Logo no ano seguinte, no mesmo teatro, pelo mesmo tempo e possivelmente pelos mesmos intérpretes, porque o elenco não variou, subiu nova revista de Brás Martins, também em três actos, intitulada "Qual Deles o Trará?". Em 1854, ainda outra revista do mesmo, "Vingança do Cometa". De 1855, não tenho nota de nenhuma revista. É de 1856 a primeira que se imprimiu: "Fossilismo e Progresso", em três actos e seis quadros, de Manuel Rousado. Subiu também à cena no Ginásio, em 6 de Janeiro e, logo na primeira noite, ergueu larga celeuma pelas alusões transparentes e pela crítica acerada. Um dos motivos do escândalo foi a exibição do enviado do Brasil, Maciel Monteiro, depois barão da Itamaracá, que Isidoro caricaturou admiravelmente, vestido de casaca verde, calça de ganga, colete branco, lenço encarnado, sapato de laço, punhos desmesuradamente voltados, luvas amarelas e chapéu de palha. Realmente o ministro prestava-se à troça,

porque atravessava as ruas de Lisboa ridiculamente vestido, exibindo "uns amplos punhos voltados de tal abundância de fazenda que se diria que as fraldas da camisa lhe saíam a flux pelas mangas da camisa", como escreveu Andrade Ferreira na "Gazeta Literária do Porto".

JORGE DE FARIA

("Notas para a História de Revista em Portugal", in "Teatro Popular Português" Vol. V, de Azinhal Abelho)

## QUANDO AS "GIRLS" VIERAM PARA A REVISTA

**N**A "Água-Pé", que sucedera no êxito ao "Tiro ao Alvo" (duas épocas inteiras em dois teatros), apareceram pela primeira vez as "girls", tradução em estrangeiro, das históricas coristas, ensinadas por Francis.

A revista deixou de ser sátira, talvez porque a vida a exija em demasia. Deixou também de se cantar e, quando se anuncia um número de canto, aparece, em geral, um artista que não tem voz, e erguida no palco a haste negra de um microfone, como quem diz: — Façam favor de desculpar.

Quanto ao mais, a evolução vai seguindo naturalmente, acompanhando a moda, os gostos, os costumes. Das meias da Pepa Ruiz, à malha inteira da Mercedes Blasco, vai meio século; da malha inteira, que foi escandalosa e agora nos faz sorrir, até à perna toda nua, e ao resto, vai outro meio século. Nesta evolução do revestimento ao não revestimento das pernas está a história da revista do ano, como pode estar na noção da beleza plástica dos corpos. A corista que em 1910 teve o primeiro prémio de beleza seria rejeitada hoje por qualquer director de cena. As Sílfides destronaram as Vénus Calopigias e a nudez já não atemoriza ninguém.

Olhamos hoje uma "girl" a resvalar para o traje paradisíaco com os mesmos olhos desinteressados com que se miraram, em 1855, as botinas da Emília Cândida, na revista do Ginásio. O

prestígio do género mantém-se, porém, apesar de todos os transformismos do tempo.

GUSTAVO DE MATOS SEQUEIRA  
(da conferência "O Teatro de Revista", in "A Evolução e o Espírito do Teatro em Portugal")



## AS "BRINCAS" DE ÉVORA

*(Porque a revista, entre os vários elementos de que se compõe e que estão na sua origem, lançou mão de expressões teatrais populares, evocam-se aqui as "brincas" do Alentejo.)*

As brincas eram levadas a efeito por um agrupamento de indivíduos, regra geral trabalhadores rurais.

O tema escolhido era o mais diversificado, pois tanto focava a crítica social, história, geografia ou assuntos locais, etc.

Após o tema ter sido desenvolvido pelo decimeiro, quase sempre analfabeto, mas inspirado, o agrupamento entrava em ensaios, o que obrigava os seus componentes a um esforço enorme, não só pelas distâncias a percorrer de suas casas ao local da reunião (a bicicleta era ainda um transporte caríssimo para quem dispunha de tão magros salários) como pelo facto de os ensaios terminarem a horas impróprias para quem tinha de trabalhar ao nascer do sol.

Quanto ao processamento da representação, mais ou menos era o seguinte: o mestre rompia com a sua fala, dirigindo-se a uma das figuras do



grupo, após o que este respondia, mas pondo em jogo outro personagem e assim sucessivamente, até intervirem todos os do grupo. Antes da declamação, ou intercaladas por vezes, o grupo exibia as suas danças marcadas, acompanhadas pela orquestra, que se compunha de bombo e caixa de rufo (indispensáveis), castanholas e ronca.

A representação iniciava-se com o baile e todo o grupo se dispunha em círculo, só então dando lugar ao diálogo, no meio do maior silêncio, respeito e apreciação do numeroso público que rodeava e que se deslocava das suas longínquas quintas ao local da exibição.

O guarda-roupa raramente coincidia com o personagem fantasiado. Um fato antigo que tanto podia representar um cavaleiro da Idade Média como um planeta.

SILVA GODINHO

(in "Teatro Popular Português",  
Vol. VI, de Azinhal Abelho)

Palmira Bastos, a maior actriz portuguesa do nosso tempo, iniciou a sua carreira trabalhando em operetas, mágicas e revistas. Vemo-la aqui na caricatura da sua "Severa"



## Os pergaminhos da revista portuguesa



**A**LGUMAS enciclopédias bastante mais profanas, definindo a revista como uma peça cénica agradável à vista mas sem grande proveito para o espírito — expressões textuais —, encarregaram-se de criar a este género de espectáculo, com certo carácter oficial, uma pesada atmosfera de desconfiança manifestamente nociva ao seu prestígio e manifestamente contrária aos seus propósitos. O facto de, por vezes, a revista ter descido a um nível inferior não pode generalizar a circunstância de se admitir esse baixo nível como característica de tal forma de teatro. É certo que a revista sendo por natureza um espectáculo popular não guarda a transcendência da alta dramaturgia, embora sejamos forçados a admitir que, mais do que uma vez, à expressão "popular" terá sido atribuído — até por revisteiros menos exigentes — um significado que ela não pode conter; mas quando dizemos espectáculo popular não podemos, em síntese, querer significar outra coisa que não seja isto:

Chaby Pinheiro

um espectáculo vivo, alegre, espontâneo, pitoresco, claro nas suas intenções artísticas, simples na sua forma literária, acessível na psicologia das suas figuras, comunicativo no seu ritmo, na sua fantasia, no seu simbolismo, no seu sentido filosófico — e, por consequência, muito longe de qualquer interpretação espiritualmente depreciativa. Não desvirtuemos, porém, os seus objectivos, antes os integremos na sua tradição.

Se a revista, como peça cénica, constitui, fundamentalmente, uma sucessão de cenas representadas ou cantadas em que o autor, através de um risonho simbolismo e, por vezes, com um picante sabor irónico, procura focar determinados personagens e factos — em regra, as figuras do momento e os casos do dia, digamos assim —, certos autos de Gil Vicente (por exemplo o "Auto da Feira" ou o "Auto da Barca") têm de considerar-se, pela sua estrutura, pelos seus intuitos, pela sua feição popular, pelos tipos que neles passam, pela própria oportunidade dos acontecimentos que se permitem comentar, verdadeiras revistas do seu tempo, aliás, escritas por um homem de génio. Faltou, evidentemente, a esses autos, se os compararmos com os actuais espectáculos do género, o concurso duma maquinaria aperfeiçoada,



o jogo dos cenários, os efeitos de luz, a movimentação de numerosas massas corais; mas, como nas revistas de hoje, lá encontramos o "compère"; lá vemos o chefe de quadro; os números declamados, cantados e bailados sucedem-se num ritmo vivo; aparecem as rábulas; surgem as próprias apoteóses; e já não falo na graça, na intenção, no traço caricatural, no espírito crítico, na risinha e oportuna filosofia — qualidades que são, em grande parte, a alma e o sorriso deste género teatral —, porque, a este respeito, Gil Vicente é, não apenas cronologicamente mas até literariamente, o nosso primeiro revisteiro.

O que é fora de dúvida é que a revista tem o seu passado; mais, tem uma tradição portuguesa característica. Longe de ser uma espécie de nova-rica do teatro, com a sua linguagem pouco clássica e o seu falso espanto de tarlatana, é uma gentil dona, senhora de pergaminhos, com brasão no livro de oiro da nobreza artística e que, nem por mostrar quantas vezes as pernas até às redondezas da alma — ou talvez por isso mesmo —, tem deixado de merecer a corte de ilustres homens de letras. É certo que Junqueiro, por exemplo, ao recordar a "Viagem à volta da Parvónia", que escreveu para o "Ginásio", me dizia uma tarde: "Por essas e por outras, meu amigo, é que eu deixei crescer as barbas"; mas esta frase, reflexo (quem sabe?) de um vago despeito, talvez não signifique senão que ele — o genial poeta — não foi inteiramente feliz nessa aventura. Mas se dos autores passarmos aos intérpretes, verificaremos que grandes artistas não têm hesitado, igualmente, em dedicar-se ao teatro de revista. Os exemplos de Taborda, de Vale, de Ana Pereira, de Ângela Pinto, de José Ricardo, de Chaby, de Adelina Abranches, de Palmira Bastos, de Lucília Simões, de Maria Matos, de Amélia Rey Colaço e de tantos outros, grandes artistas de declamação, só para falar do que se passa em Portugal, são por de mais elucidativos. Quer dizer: a tradição literária e artística deste género de teatro pode bem calçar a sua luva branca, à semelhança da tradição que anima os outros géneros preconceitivamente reputados nobres.

LUÍS DE OLIVEIRA GUIMARÃES  
(in "Teatro de Revista", Conferência)

## O actor e a revista

PENSO que é de grande importância para os actores — especialmente para os jovens — o espectáculo de revista. Os mestres de teatro tiveram sempre como indispensáveis, para os comediantes, exercícios aturados de mímica, dança e canto, a fim de desenvolverem todos os órgãos de exteriorização, dando-lhes a elasticidade necessária para a criação de personagens. Barrault, por exemplo, inclui nos horários de trabalho dos artistas da sua companhia esses exercícios. À mímica de outra, a revista poderia ser, em Portugal, uma escola admirável se os actores, além de bem dirigidos, orientassem as suas intervenções no sentido de um aperfeiçoamento das suas plásticas vocal e física. A criação de *tipos*, a maior parte das vezes caricaturais, dá ao actor a facilidade e a espontaneidade do gesto e do movimento e da colocação de voz. A disciplina dessa facilidade e dessa espontaneidade, pela observação e pelo estudo, conduzirá o actor ao encontro dos personagens do teatro declamado.

O resultado, porém, da experiência da revista tem sido muito diferente, com a aquisição de vícios irremediáveis e incompatíveis com qualquer outro género de teatro, precisamente porque se desconhecem os benefícios que apontámos atrás. E é, agora, altura de aludir às excepções que a oportunidade da revista do Variedades me ofereceu.

Em primeiro lugar, Laura Alves. E porquê Laura Alves? Por não lhe encontrarmos, na comédia, qualquer influência defeituosa da revista, demonstrando raras qualidades de adaptação. Há, portanto, duas artistas independentes, que sabem usar da experiência e do *ofício* num lado e no outro. Da disciplina e do autodomínio que a comédia exige, resulta na revista a sobriedade que até a fantasia transbordante reclama. Pelo contrário, a mímica caricatural revisteira não perturba a comediante que, talvez por excesso de escrúpulo, tantas vezes pretende obter naturalidade, prejudicando a personagem em proveito da personalidade da pessoa-humana-actriz. A sua Existencialista ficará como um modelo

relevante do que afirmamos — e não se diga que o crítico também não gosta de admirar...

Finalmente, Vasco Santana, que continuo a considerar um caso único no teatro português e para quem já não são precisos para coisa alguma os "exercícios" de revista que me permiti aconselhar aos mais jovens. Tudo nele é a tal facilidade e espontaneidade que serve todos os géneros de teatro.

REDONDO JÚNIOR

(da crítica à revista "Mulheres... Há Muitas", de 1954; in "Pano de Ferro")

## OS TEATROS DO PARQUE MAYER

SEGUNDO Norberto de Araújo, nas suas "Peregrinações em Lisboa", o Parque Mayer substituiu, de certo modo, a velha Feira de Agosto, que existiu na Rotunda. O palácio onde hoje está instalada a representação diplomática de Espanha foi adquirido em 1920, quando das partilhas da família Mayer por Artur Brandão e, um ano depois, por Luís Galhardo, que fundou a Sociedade Avenida Parque.

O teatro mais antigo é o Maria Vitó-



Costinha — tal como sua mulher, Luísa Durão — foi um dos mais perfeitos rabulistas e "compadres" dos nossos palcos de revista (caricatura de Fernando Bento)



ria. Era ainda uma simples construção de madeira e serapilheira quando se inaugurou, na noite de 1 de Julho de 1922, com a revista "Lua Nova", em dois actos e onze quadros, da autoria de Ernesto Rodrigues, Félix Bermudes, João Bastos e Henrique Rolão, com música de Alves Coelho.

Nesse espectáculo, o primeiro de muitas centenas que durante quase meio século ali têm sido apresentados, foram vedetas Elisa Santos, Amélia Perry, Eva Viçoso, Clara Baptista, Mar-

garida Martins, Ilda Silva, Jorge Rolão, Joaquim de Oliveira, José David e Artur Rodrigues, nomes hoje esquecidos, figuras desaparecidas que, no entanto, fizeram de "Lua Nova" um estrondoso êxito popular. Era a jovem Carminda Pereira quem cantava a canção que deu nome à peça.

Depois, apareceram o Pavilhão Português — que pertenceu a Artur Aires — e o Alhambra. E, em 8 de Julho de 1926, com a revista "Pó-de-Arroz", abria as suas portas o Variedades, cons-

truído no local onde tinha existido um dos dois lagos dos Jardins Mayer.

Grandes figuras da cena portuguesa trabalham nos teatros do Parque Mayer, como Nascimento Fernandes, Palmira Bastos, Adelina Abranches, Maria Matos, Alves da Cunha, Silvestre Alegirim, Teresa Gomes, Amarante, Vasco Santana, Maria Lalande, Armando Machado, João Perry (pai), Carlos Leal, Villaret, para só falar de alguns que a morte levou e que deram vida a figuras ainda hoje recordadas por muitos com saudade.

Um dia, em que faziam mais chinfrim do que o habitual, Maria Matos chamou a atenção do contra-regra para o facto. Mas a resposta veio pronta, lá de trás: "Impossível! Hoje é domingo e, para mais, ganhou o Benfica!"

Maria Matos achou graça e, sorrindo, retorquiu compreensiva: "Então está bem... não há nada a fazer!..."

E o Vasco, o grande Vasco Santana, permanentemente bem disposto, de sorriso e resposta sempre prontos?

Um dia, findo o espectáculo, abandonava ele sem pressas o Variedades, na companhia do seu filho Henrique Santana, quando um provinciano, que o aguardara pacientemente, à entrada, junto à porta dos artistas, foi ao seu encontro.

Vendo que o desconhecido tardava em dizer o que queria, Vasco Santana animou-o com o seu habitual "Olé!..." e o provinciano, ganhando coragem, decidiu-se:

— Pois tome lá cinco escudos, que gostei muito de o ver, lá no palco, a representar.

— Obrigadinho! — retorquiu imperterbável o grande artista, metendo a moeda no bolso.

Henrique Santana, ainda muito jovem, quis intervir julgando ver na atitude do provinciano uma falta de respeito para com o pai.

Mas Vasco Santana agarrando-lhe o braço, acalmou-o:

— Henrique, estes cinco escudos são como que uma medalha: a da consagração popular. Para mim, têm mais valor do que muitas que tenho lá em casa.

E a pequena moeda foi debruada a cetim e colocada na vitrina onde Vasco Santana guardava as suas recordações.

ALBANO ZINK NEGRÃO  
(in "O Parque Mayer")

Hermínia Silva é tão grande fadista como modelar rabulista (caricatura de Fernando Neves)



Laura Alves, a grande comediante que há muito abandonou a revista, género onde alcançou grandes êxitos (caricatura de Fernando Bento)



José Viana é hoje considerado o melhor rabulista da nossa revista (caricatura de Fernando Neves)



Eugénio Salvador é o herdeiro dos grandes "compadres" de outros tempos (caricatura de Fernando Neves)



## O "COCHICHO DA MENINA"

"Pobre cochicho, quem te ouviu e quem te ouve!..."

*Olha o cochicho  
Que se farta de apitar,  
Repipi pipi pipi,  
E nunca mais desafina.  
Eh, rapaziada!  
Quem é que quer assoprar,  
Repipi pipi pipi,  
No cochicho da menina.*

Este foi o maior êxito de uma revista no Teatro Variedades. Cantou-o Maria das Neves, durante três dias... Eu estava lá, mas ainda na segunda fila! Nunca cheguei a saber o motivo por que no próprio dia da estreia, depois daquele êxito da linda marcha de Raul Ferrão, me mandaram decorar o número, pois teria apenas dois dias para substituir a sua intérprete, Maria das Neves, que foi uma das maiores e mais completas artistas do teatro musicado. Tinha legiões de admiradores. Lembrou-me de um a quem Teresa Gomes chamava "o Quilhordas d'Arrifana"; o pobre homem nem sequer era de Arrifana; o que ele era era chato... Maria nem o conhecia, mas arrasava-o com aquele sorriso. A ideia de substituir uma artista daquela categoria deixou-me assustada. Tomei conta do "cochicho da Maria", que cantei quase um

Beatriz Costa é hoje uma legenda do que foi a revista de entre as duas guerras... e foi a "menina querida" do nosso teatro ligeiro



ano em duas sessões (sem senhas...). Tinha noites de o repetir dez vezes, e até hoje muita gente pensa e teima que fui eu a sua criadora. Mas o seu à sua dona... Maria das Neves, a célebre criadora das "Carvoeiras", de Frederico Valério, que cantava, representava e era gente! Eu dei outro jeito ao número, que resultou muito bem. Mais para o lado da galhofa. Estava em cena a elegantíssima Georgina Cordeiro, num lindo vestido francês decotado até aos joelhos. Via-se um umbigo que faria o orgulho da Berta Cardoso, que, além de grande fadista, é competntíssima parteira. Numa das repetições

do número, resolvi improvisar um final, que muito divertiu o público:

*Olha o cochicho  
Que se farta de apitar,  
Repipi pipi pipi,  
E nunca mais desafina.  
É rapaziada!  
Quem é que quer assoprar,  
Repipi pipi pipi,  
"No imbigio da Jorgina"! (e metia lá o dedo.)*

BEATRIZ COSTA

(in "Sem Papas na Língua")

## Depoimentos

### BEATRIZ COSTA A vedeta popular

"Para mim, o teatro de revista foi sempre um teatro muito importante e muito difícil... até porque vem desde a mais longínqua tradição bufonesca popular e, até, do próprio Gil Vicente. Mas, hoje, o novo "exemplar" teatro de revista sofreu um "colapso" com a morte dos grandes autores da época d'ouro da revista. De resto, a morte da genuína revista portuguesa desde há muito que se processava: o afastamento de grandes escritores que não desdenharam escrever para a revista e as imposições da censura dos anos 30 até há pouco.

Hoje, a revista está demasiado política e demasiado pornográfica. A crítica... política é necessária e faz parte da revista... mas é preciso do-

seá-la. As piadas picantes, apimentadas também fazem parte da revista: mas uma coisa são a graça picante e a piada, outra coisa são a "bojarda" e o palavrão. Não sou puritana, nem mesmo nada que se pareça com isso, mas fico muito triste e desagradada quando hoje vejo, na boca de actrizes, o palavrão contundente: é tão feio o palavrão na boca de uma mulher! E, então, quando vem acompanhado de gesto! Antigamente, éramos só "brejeiras".

Depois, na revista, houve sempre e ainda há grandes actores. Para só falar dos do meu tempo recordarei: o Nascimento Fernandes, o Amarante, o Vasco Santana, a Satanela, a Irene Isidro e a Aida Baptista que ainda hoje animam a revista no seu melhor estilo de representação, a Teresa Gomes, a Maria das Neves, o Carlos Leal... Eu sei lá! E, até, os grandes

que por vezes fizeram revista, como a Lucília Simões, o Erico Braga, o Villaret e a Maria Matos. Ah! A Maria Matos! A maior actriz que eu já vi até hoje... e olhe que tenho visto as maiores de todo o mundo.

Que saudades, meu filho, que saudades!

### LUÍS OLIVEIRA GUIMARÃES (Autor de mais de 25 revistas)

Se, um dia, entre nós, se fizessem eleições para apurar quais os géneros teatrais preferidos pelo público português, estou certo que um dos mais votados, senão o mais votado, seria a revista.

Adivinho a objecção. Entretanto, não devemos ver, nessa preferência, um sintoma de incultura e de pobreza de espírito. Se desbravássemos as raízes da sua árvore genealógica,



## ADELAIDES E CARTOLINHA

Letra de Eduardo Schwalbach  
Música de Alves Coelho.

CORO

Entre piadas, entre picuinhas,  
Quer para elas, quer pròs seus alcaides,  
Vão as gentis e belas Cartolinhas  
Co'os lindos e dengosos Adelaides.

ADELAIDE

Ó Cartolinha, meu amor,  
Ser, quero, a jóia do teu engaste...



Corina Freire — "o mais lindo sorriso de Paris" —, actriz e cantora, foi a primeira portuguesa a trabalhar no Olympia de Paris e a cantar para o Príncipe de Gales, depois, Duque de Windsor

veríamos raízes da revista entrelaçadas em Aristóфанes e Gil Vicente. Por sua vez, uma revista — uma revista bem feita, evidentemente — é um espectáculo em que se pode dar ao grande público, com maior sentido de comunicabilidade, uma lição de crítica, de cultura, de cor, de ritmo, de bom gosto. De onde se conclui que a revista é um género teatral difícil. Eu, que melhor ou pior cultivei todos os géneros teatrais (excepto a ópera), estou com André Brun quando dizia: "Não há mais trabalhosa tragédia do que fazer uma revista agradável."

Não considero, portanto, a revista um género inferior. A circunstância de, por vezes, a revista haver descido a um baixo nível, não pode generalizar o facto de se admitir esse baixo nível como característica de tal forma de teatro.



Alfredo Ruas e Laura Costa

CARTOLINHA

Antes eu quero ser a flor,  
E tu, Ad'laide, a minha haste.

ADELAIDE

Ai, como tu a homem cheiras!  
E como pegas na badine!

CARTOLINHA

São de mulher essas olheiras,  
Esse carmin e a veloutine!

ADELAIDE

Tu d'homem e eu de mulher  
Era galinha!  
Bastava a gente q'rer  
Ó Cartolinha!!

CARTOLINHA

Que graça, Ad'laide, t'ria  
Para brincar!  
Inda havemos um dia  
D'exp'rimentar!

ADELAIDE

Da cinturinha para baixo  
D'uma campainha tens o aspecto,

CARTOLINHA

E eu não sei bem o que em ti acho,  
Mas não te acho um homem completo.

ADELAIDE

Co'a tua saia posta a jeito  
Todos me comem por mulher!

CARTOLINHA

Co'as tuas calças a preceito  
D'homem eu faço se quiser!

ADELAIDE

Tu d'homem e eu de mulher  
Era galinha!  
Bastava a gente q'rer  
Ó Cartolinha!!

CARTOLINHA

Que graça, Ad'laide, t'ria  
Para brincar!  
Inda havemos um dia  
D'exp'rimentar!

## O FADO DO 31

Letra de Luís Galhardo, Pereira Coelho e Alberto Barbosa.

Música de T. Delnegro e Alves Coelho.

Grande sucesso do actor Estêvão Amarante na revista "O 31".

À porta da Brasileira  
Dois bicos encontram dois,  
Ficam os quatro e depois  
Lá começa a chinfrineira!  
Azeda-se a cavaqueira!  
Vai aumentando o zunzum,  
Vem bomba, rebenta e pum...  
E agora aqui o vereis  
24 e 26  
29 e 31!

Ah!  
Olariló, lá, ai!  
Como este não há nenhum  
Tudo bate em Portugal  
O Fado do 31!

II

Um homem que quer sarilhos  
Por um motivo qualquer  
Discute com a mulher  
E dá castanha nos filhos!  
A tia nos mesmos trilhos,  
Também não fica em jejum,  
A sogra leva um fartum...  
Desata tudo ao biscoito...  
24 e 28  
29 e 31





Carlos Candeira, galã dos anos 20, foi o famoso criador do dueto "Adelaides e Cartolinhas"

## RITA E MANECAS

Letra de Luís Galhardo, Alberto Barbosa  
e Xavier de Magalhães  
Música de Raul Portela e Luís d'Aquino

### I

#### MANECAS

Minha flor, minha linda Rita,  
Inda há-de vir a ser rainha!  
Não mereces, cara bonita,  
Ser assim tão pobrezinha...

#### RITA

És tão bom, és tão meu amigo,  
Que eu, ao frio e até com larica,  
Se em teu peito encontro um abrigo  
Julgo logo ser muito rica.

(Refrão)

Vem, vem junto a mim,  
Dar-me o calor  
Da tua mão.

#### MANECAS

Vem encher-me assim  
Mimosa flor  
De amor  
O coração!

#### OS DOIS

Sós no mundo os dois  
Sem nada ter  
Nem pai nem mãe!  
Tu verás depois  
Que bom vai ser  
Viver  
Sem mais ninguém!

### II

#### MANECAS

Se eu pudesse dava-te tudo  
Bons sapatos, cetins e jóias  
Um vestido todo em veludo  
Automóveis e tipóias.

#### RITA

Ai! Manecas eu bem conheço  
Teu pensar que não tem bravatas  
Mas crê tu, que eu dou mais apreço  
À bondade com que me tratas.

(Refrão)

Vem, vem junto a mim  
et., etc.

### III

#### MANECAS

Apesar de ser fraco e pobre  
De ciúmes eu fico louco  
E até sinto que sou mais nobre  
Quando alguém de ti faz pouco.

#### RITA

Não és pobre, não meu Manecas  
Vales mais do que os homens todos  
Que não passam duns alforrecas  
E tu tens meu bem alma a rodos

(Refrão)

Vem, vem junto a mim  
et., etc.

Vasco Santana e  
Mirita Casimiro —  
que, na vida real,  
foram marido e  
mulher — consti-  
tuíram um dos  
mais queridos pa-  
res da nossa revis-  
ta

## BAILE DE RODA MANDADO

Era uma dança de arraial.

Mas, do terreiro passou ao palco e, hoje,  
é um espectáculo cénico, com todos os re-  
quisitos de teatro musicado e muito usado  
na revista.

A voz do mandador tem improvisos, o  
que torna este Baile uma função nova, com  
matizes diferentes, todas as vezes em que se  
exibe, constituindo um exercício de regalo.

*Está uma roda parada  
Há falta de mandador  
Mas agora cheguei eu  
Siga a roda com valor.*

*Lá vem o homem dos nabos  
Com trezentos mil diabos  
Com o seu burrinho coxo  
A moça que o brajeira  
Disse-lhe por brincadeira  
Que o seu nabo era roxo.*

*Baile de roda bem mandado  
Não vai só no tocador  
Vai também no pateado  
E na voz do mandador.*

*Toda a moça que é bonita  
Que não chora e que não grita  
Não havera de nascer  
E como a pêra madura  
Da quinta do padre cura  
Que todos querem comer.*

*Puladinho e chegadinho  
Siga o baile e siga bem  
Dá-lhe agora um abracinho  
Ninguém viu...  
Não viu ninguém.*







Nicolau Breyner... o talento, a versatilidade e a imaginação ao serviço da revista actual



Humberto Madeira saiu da rádio para os palcos de revista onde a sua morte causou um vácuo insubstituível



Ivone Silva, a grande rabulista e vedeta popular dos nossos dias

*Certo, certinho  
Quem se engana paga o vinho  
Já morreu a minha gata  
Que era mãe do meu gatinho  
Baila o gato, baila o cão  
Cada carta meio tostão  
O meu cão mordeu no teu  
Cada carta meio tostão  
O meu cão mordeu no teu  
E essa culpa não tive eu.*

*Eu contigo quero figos  
Eu contigo quero passas  
Eu quero fazer contigo  
Mas quero que tu me faças.*

*Ontem à noite à meia-noite  
Ou meia-noite seria  
Ouvi cantar o meu galo  
No teu poleiro Maria.*

*Ó menina da cidade  
Que lhe importa o que eu trago  
O tempero da panela  
A cebola mai lo nabo.*

### COMPADRIO DE GRUPELHOS

É perfeitamente imoral que não aflija ninguém a obscenidade, inteiramente destituída de nobreza "escatológica", que se consente aos revisteiros, e que não seja possível tratar a sério, "sem obscenidade", os mesmos temas. Porque não há-de conseguir-se que a gente que trabalha para o teatro, que faz dele a sua vida, melhora, na medida do possível, a sua consciência cultural e social de quanto ao teatro devem? Porque não há-de conseguir-se que desapareça ou se desmascare o compadrio de meia dúzia de grupelhos, que, com a sua incompetência gananciosa, têm dominado os destinos do pouco teatro que ainda sobrevive?

JORGE DE SENA  
(do artigo "Sobre a Crise do Teatro em Portugal", in "Estrada Larga", Vol. II)

Na Revista à portuguesa o texto versa, com sátira contundente, o calendário quotidiano, comentando com cantigas de maldizer e comparticipando com escárnio das inquietações colectivas. E de tal jeito interpreta a fórmula que o espectador se identifica com o papel de homem da rua que há em todos nós. O assistente evade-se e comparticipa das chalaças, das piadas, das mofas e dos dichotes, que até gos-

taria talvez ele próprio de as ter atirado à cara do antagonista, como símbolo de oposição, ao que está estabelecido. Assim, ele é o homem que se queixa da carestia da vida, o sacrificado dos impostos, o esquecido dos poderes, o maltratado, o espezinhado que Bordalo Pinheiro encarnou na caricatura do zé povinho. Este homem paga e não bufa, reclama e ninguém lhe responde, grita e ninguém lhe acode. O palco da Revista serve para esta entidade popular apresentar as suas queixas e a cena torna-se em púlpito e pelourinho. Aqui, então, se fazem e desfazem reputações, se guinda à fama, se achincalha o génio ou se desfaz a glória, ante o gáudio e os aplausos duma assembleia.

Por isso, desde que surgiu, foi o género de Teatro mais temido e vigiado pelos dirigentes contra os dirigidos. Uma piada pode fazer perigar a ordem? A representação proibida da "Viagem à Volta da Parvónia" assim nos diz qualquer coisa.

Até o prof. Marcello Caetano numa das suas "Conversas de Família" (em 22 de Outubro de 1971) comenta:

"Vamos hoje conversar acerca do custo da vida.

É um assunto que está a preocupar toda a gente, e com razão. Constitui tema de conversas e de artigos nos jornais, dá matéria para o teatro de revista."

AZINHAL ABELHO  
(in "Teatro Popular Português", Vol. V)

## REVISTA À PORTUGUESA

### O GÉNERO DE TEATRO MAIS TEMIDO E CENSURADO

Revista à portuguesa, assim chamada, porque o estilo de Teatro se diferencia de qualquer congénere de importação, onde o enredo do poema deriva para a fantasia mágica, apropriada às encenações e montagens.





Aida Baptista, grande rabulista e vedeta dos nossos dias, no número "A República... Esfarrapada", enorme sucesso de uma revista de 1971.

Dois momentos da revista "Vota, Vota, Camarada Zé",

Palco", "Cenas de Lisboa", "O Vale de Lisboa", "Juízo do Ano", "Tim Tim por Tim Tim", "Sal e Pimenta", "Talvez te Escreva", de António Sousa Bastos; "Porto por um Canudo", de Sá de Albergaria; o "Porto em Camisa", de Sousa Rocha; o "Reino da Bolha", "Aguilhas e Alfinetes". "O Dia do Juízo", "Verdades e Mentiras", "Ovo de Colombo", de Eduardo Schwalbach; "À Procura do Badalo", de Baptista Dinis, "O 31", de Luís Galhardo, Pereira Coelho e Alberto Barbosa; "Não desfazendo" e a "Revista de Praxedes", de André Brun; "O Diabo a Quatro", "Maré de Rosas", "Capote e Lenço". A "Lua Nova" da parceria de Ernesto Rodrigues, Félix Bermudes e João Bastos; "O Cabaz de Morangos", de Lino Ferreira, Silva Tavares, Luna de Oliveira e Acúrcio Pereira; "Água-pé", de Luís Galardo, Xavier de Magalhães e Alberto Barbosa; "O Sete e Meio", de Pereira Coelho, Gustavo de Matos Sequeira, Vasco de Matos Sequeira e Luís de Oliveira Guimarães. E quantas, quantas outras: "A Rambóia", "Trolaró", "Cozido à Portuguesa", "Siga a Dança", "O Pica-Pau", "Arre Burro", "O Mexilhão", "A Sardinha Assada", "Retiro dos Pacatos", "Balancé", "O Jogo do Diabo", "Enquanto Houver Santo António". E devem citar-se alguns autores notáveis no género, como, por exemplo, Almeida Amaral, Álvaro Santos, Amadeu do Vale, Aníbal Nazaré, António Cruz, Arnaldo Leite, Ascensão Barbosa, Carlos Lopes, Feliciano Santos, Fernandes dos Santos, Henrique Roldão, Henrique Santana, José e Luís Galhardo, Lourenço Rodrigues, Pedro Bandeira, Rodrigo de Melo, Santos Braga.

(da "Grande Enciclopédia Lusó-Brasileira")

## CADA PAÍS TEM O TEATRO QUE MERECE

A poesia portuguesa, a novelística, a ensaística, da nossa época, apresentam-se temporalmente irresponsáveis — com raras excepções, na poesia, nenhuma no romance, nenhuma nos ensaios, que ninguém escreve. Que se pode exigir do teatro? Cada país tem o teatro que merece, acho que já o escrevi algures. Se o tempo vai sendo em Portugal mero conceito meteorológico, como é que nas tábuas de um palco, entre ilusões de cor e de movimento, se pode propor um diálogo de mútua exaltação, onde a presença colectiva do espectador encontra imagem que o alarme e satisfaça? O tempo que os une, se não é sabido nem de uma banda nem de outra, acaba por desaparecer. Inexistente a sua função de guiar os homens, dando-lhe conhecimento de si e do mundo, acaba o teatro. Tal e qual como se está a ver.

JOSÉ AUGUSTO FRANÇA

(excerto do artigo "Notas sobre poesia e teatro histórico", in "Estrada Larga", Vol. II)



## A REVISTA: ALGUNS TÍTULOS E ALGUMAS FIGURAS

**D**E tantas e tantas revistas representadas, se muitas se diluíram na névoa do tempo, muitas houve — cumpre acentuá-lo — que ficaram na História, ou pela sua graça, ou pela sua realização, ou pelo seu espírito renovador, um autêntico acontecimento. Citaremos por exemplo, o "Micróbio" e o "Ano das Pontas", de Francisco Jacobety; a "Lisboa em Camisa", de Ernesto Desforges; "Coisas do Arco-da-Velha", de Baptista Machado; "Pim-Pam-Pum", de Argus; "Lisboa no



# OS EQUÍVOCOS DO DR. REBELO

AUTORES, boletim interno da Sociedade Portuguesa de Autores, nova série, n. 81, Janeiro-Março de 1976

Ao abriremos o saco pardo que a Sociedade Portuguesa de Autores nos vai enviando trimestralmente, depará-mos com o boletim em novo formato e arranjo gráfico, assinado por Bernardo Santareno.

É bem curioso referir que este boletim permanece chato, almanaqueiro, provinciano. É verdade e é pena, e é pena que seja verdade, como disse Shakespeare noutros propósitos. Mas é assim, desesperantemente assim: não há nada a fazer. Parece que o boletim dos autores poderia e deveria dar um exemplo de força, de lucidez, de cultura, de imaginação; engano, mero engano. Qualquer brochura ligada à farmacopeia ou à lavoura supera o boletim dos autores, honra à coerência lhes seja feita.

São isto, todavia, bagatelas consuetudinárias, o boletim poderia mesmo mencionar, em epígrafe, o famigerado em casa de ferreiro, espeto de pau, e tudo estaria esclarecido e certo: porque mau, ninguém o lê, mesmo no seu circuito interno, e porque ninguém o lê, para quê fazê-lo melhor; é uma luta sublime, por abstenção! — como diria o Eça.

Já, porém, não é bagatela o que Luís Francisco Rebelo nos diz, ao dar cumprimento à disposição estatutária do Centro Português do Instituto Internacional do Teatro, em que este se obriga a divulgar, no nosso país, a mensagem que Eugène Ionesco escreveu neste décimo quinto ano em que se comemora o Dia Mundial do Teatro. Porque Luís Francisco Rebelo invoca a cláusula para a divulgação da mensagem, supomos, e, hélas, se calhar esta-



mos na razão, que as palavras de Ionesco são publicadas por norma, nanja por desejo.

É estranho, é esquisito. Porquê? Ora Rebelo explica-nos porquê. Cedamos-lhe a palavra: "(...) A publicação dessa mensagem deve ser acompanhada de uma breve comentário e a sua leitura de uma discussão crítica, chamando a atenção para as suas ambiguidades e contradições."

Isto é, na verdade, delicioso: quando Rebelo publica, por obrigação estatutária, um texto de outrem e lhe apõe reservas públicas, incitando sobre ele um debate e clamando contra as suas ambiguidades e contradições, poderia pensar-se que se tratava da letra de um decreto, do arazoado de um acórdão, da introdução de uma tese, de um discurso ou de um balanço comercial, não, por certo, de uma mensagem. As reservas à mensagem são a adição, no remédio, das tóxicas e da caveira. Rebelo publica a mensagem, mas adverte o incauto: atenção, perigo de morte! O leitor, desprevenido, atiraria fora a mensagem, não fora, na circunstância, o ridículo imediato do conselho, a gafe monumental da apóstrofe. Esta, fran-



Ionesco e Luís Francisco Rebelo: duas concepções diferentes sobre o teatro comprometido

camente, só do autor de "O Dia Seguinte", sob a complacência directiva do progenitor de "António Marinheiro".

Vejamos a razão das reservas.

Diz Ionesco: "O teatro popular comprometido, orientado, dirigido, ditado pelos representantes do Estado, pelos políticos, não é um teatro popular, mas um teatro concentracionário, impopular. (...) Os ideólogos da política quiseram apoderar-se do teatro e utilizá-lo em proveito próprio como um instrumento. Mas a arte não é nem deve ser uma questão de Estado. É um pecado contra o espírito colocar entraves à espontaneidade criadora. O Estado não é mais que uma superestrutura artificial da sociedade. O Estado não é a sociedade, mas os políticos querem utilizar e controlar a criação dramática para a sua propaganda. O teatro pode, com efeito, ser um dos instrumentos sonhados por qualquer propaganda para o que se chama 'educação política', isto é, manipulações e lavagens de cérebro.

"(...) Nada impede o cidadão de se comprometer politicamente como entender. Mas, na sua qualidade de artis-



ta, que tudo põe em causa, deve ser livre. E isto porque a tarefa urgente dos artistas e dos autores dramáticos de todos os países é despolitizar o teatro, ou antes, não ligar nenhuma ao Estado ou aos sabichões que os querem aliciar."

Atentemos agora no que, nestas palavras, desagradou a Rebelo. Citemo-lo:

"Pois é este teatro que Ionesco, em nome da liberdade, quer impedir, ao confundi-lo, ambigualmente, com o teatro de propaganda, ao chamar-lhe 'concentracionario' e acusá-lo de 'manipulações e de lavagens de cérebro' e, sobretudo, quando então já sem nenhuma espécie de ambiguidade declara que 'é tarefa urgente despolitizar o teatro!'"

Rebelo considera, portanto, que Ionesco sofre de ambiguidade quando cataloga o teatro que serve o Estado, de teatro de propaganda. Pois o que será?

Mas Rebelo vai mais longe: "O teatro didático, o teatro ideológico, o teatro político — não há que ter medo de o designar pelo próprio nome — constitui veículo indispensável para a formação de uma consciência sociocultural alargada às mais amplas camadas populacionais." Os itálicos são nossos.

Receamos que Rebelo não haja compreendido Ionesco: é que precisamente esta explicação é a ampliação daquilo que Ionesco refere como propaganda, manipulação e politização do teatro.

Quando Rebelo afirma que, "entretanto, cabe ao teatro um papel de primeira importância na construção de uma sociedade em que o homem não mais seja explorado pelo homem", é ainda, e precisamente quase pelas mesmas palavras, o que Ionesco nega ao enfatizar a necessidade de despolitizar o teatro. Quando Rebelo insiste no teatro como veículo didático, ideológico e político, insiste na antítese de Ionesco. Este apela, a nível mundial, para que a arte dramática deixe de estar ao serviço do Estado, logo, obviamente, ao serviço da propaganda, do pensamento concentracionário de uma clique, de um "comité" central qualquer, de uma *troupe* oligárquica em fase de expansão imperialista.

O equívoco de Rebelo é explícito: ele confunde Estado com sociedade, liberdade com dirigismo, ou amplas liberdades, isto é, liberdade quanto bas-

te, como nos remédios, teatro com veículo integrador dos "homens na cidade", teatro-manifestação-política com teatro-ferramenta dos oligarcas políticos que o prostituem, confunde, ainda, despolitizar o teatro, "não ligar nenhuma ao Estado ou aos sabichões" com a barreira, feita com uma qualquer lixívia, que retiraria às peças todo o seu conteúdo político!

Tão grande incompreensão feita com a limalha de conceitos bastante simples, faz pensar em que motivos se apoiaria Rebelo para, de forma tão flagrante, inverter, jogar, subverter, os conceitos de Ionesco.

Numa girândola final, este advogado ilustre, diz ao pobre Ionesco: "Seria fácil responder que o teatro, nas suas formas superiores, é sempre político (...)". E cita Ésquilo, e Sófocles, e Aristófanes, e Shakespeare, e Molière, e Lope de Vega, e Gil Vicente — "nunca o teatro político recusou a 'espontaneidade criadora', o 'livre desenvolvimento da imaginação'!

Não nos parece e nem deveria pare-

cer a Rebelo, que o conteúdo político dos autores que citou tenha sido encomendado pela comissão cultural do partido, via comissão política. O político destes autores é o exercício antípoda da encomenda, da panelinha, dos secretariados de informação das ditaduras. Precisamente, dr. Rebelo, o que Gil Vicente e Aristófanes, e Sófocles, e Ésquilo disseram nas suas peças foi: abaixo a prepotência dos ditadores! Abaixo os tiranos e a sua corrupção! Abaixo a injustiça! Abaixo as liberdades medidas, mesmo que amplas! Abaixo os coros aziagos de corvos insensíveis dos oligarcas, substituindo a palavra que deveria estar ao serviço da isegoria, da isonomia, da filantropia e que a colocam, antes, ao serviço da tirania!

O próprio Ionesco termina a sua mensagem, incitando: "Abaixo as ordens dadas aos criadores! Abaixo as instruções recebidas dos governos!"

Rebelo e os Mutis não gostaram. Puseram reservas. Pudera...■

JORGE GUIMARÃES

## livros

# "O POETA EMPRESTA A VOZ A QUEM NÃO A TEM"

FOGO PRESO

Miguel Torga, Abril de 1976, Edição do Autor, 130 pág., 80\$00.

Páginas de circunstância, como lhe chama o Autor, e da circunstância política, portanto de amarração a um caos onde a *pirotecnia* prende o seu fogo à mecânica das rodas giratórias, que impedem a libertação de Torga nos céus da liberdade total e criadora.



Miguel Torga: um homem seco e difícil

Trata-se, com efeito, de algumas tomadas de posição em circunstância, geralmente à volta das "eleições" presidenciais que antecederam o 25 de Abril e, após esta data, de outras asunções de cariz político também, estas últimas sob o aguilhão da cabala



gonçalvita-comunista.

Pontuam tais atitudes políticas, declaradamente antifascistas, e nas datas próprias, algumas entrevistas, pequenas conferências, uma carta-artigo enviada a Natália Correia pela roda transmissora de "A Capital" e até um telegrama-mensagem endereçado ao PS aquando do seu Congresso. Enfim, trata-se quase de um curriculum das atitudes públicas de Miguel Torga face às pressões governativas da ocasião, à jactância concentracionária, discricionária, totalitária, que tem sido a grande tentação que neste século instigou os governantes, fascistas ou comunistas.

Face a este curriculum, o menos que se poderia fazer seria tirar o chapéu, o mínimo que se poderá dizer será exactamente, como dizem os franceses, "chapeau". Na verdade Miguel Torga tomou, nas alturas próprias, a palavra que achou devida: situando-se muito cruamente na margem esquerda do rio português e sempre defendendo "um mundo inequivocamente livre, onde cada qual tenha vergonha da situação diminuída do semelhante, e ninguém se sinta privilegiado e se esbarre com uma sombra que não seja a sua", ou, entre queixoso e resignado pela ultrapassagem da circunstância dizendo, "por obrigação e por extenso", o que "já o tinha dito antes gratuita e sobriamente", "que remédio senão empunhar essa esperança", a de quem leu nas **entrelinhas** a mensagem gratuita e sóbria, "e transformá-la em bandeira de advento próximo! E bandeira rubra, se possível, como o sangue ardente e solidário que lhe corre nas veias". Bandeira rubra com o emblema que cabe na divisa anteriormente transcrita.

Torga é um homem seco, um homem difícil. E é na suqualidade de cidadão que fixa os vários clichés das atitudes políticas assumidas, numa espécie de registo que contornaria a gratuitidade pelo carreiro do dever do homem público: "Mais do que a doutrina que exponha e o brilho literário que exhiba, é o aval do seu nome que está em jogo. E tem de fazer das tripas coração. (...) Pondo em termos peremptórios coisas que eram de menor evidência, coagido a falar do que lhe não vai na índole, animado de uma militância que, no fundo, não lhe apetece (...). E remata o incómodo provocado pela aspereza do dever: "Ao fazer-se homem público o poeta empresta a

voz a quem a não tem e arrisca-se a ficar sem voz e sem eco."

Homem seco e difícil, ficam a nimbá-lo o retrato estas palavras cruas, desabafo inerente de alguém cujas atitudes políticas jamais sofreram qual-

quer obnubilação ou desvio, o que ultrapassa, infelizmente, aquilo que se poderá dizer de grande parte dos intelectuais portugueses.

JORGE GUIMARÃES

## José Martins Garcia

# TODOS OS TOTALITARISMOS EXTERMINAM A LIBERDADE INDIVIDUAL

**"A infiltração de elementos camuflados que vão sabotando o trabalho dos que ainda trabalham — isso a que se chama "submarinos" — não constitui um fenómeno específico do jornalismo." Todo o desassombro de Martins Garcia — a que nos habituou —, nesta pequena entrevista que nos concedeu, por ocasião do lançamento do seu último livro.**

José Martins Garcia é escritor e jornalista. Nasceu na ilha do Pico, nos Açores, em 1941. Professor da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e director-adjunto do "Jornal Novo", Martins Garcia é autor de um ensaio, quatro obras de ficção, uma peça de teatro e várias antologias.

Falámos com ele por ocasião do lançamento do seu último livro — "Cultura, Política e Informação".

V.M. — Qual, no seu entender, o papel possível do escritor ante o perigo do totalitarismo?

J.M.G. — Uma opinião que julgo ter deixado bem claramente exposta em todos os meus escritos — mas em todos, os de antes de Abril de 1974, como os posteriores a esta data — é a de que a actividade criadora é incompatível com qualquer forma de totalitarismo. Infelizmente, certas experiências destinadas a fabricar o homem — em nome de uma casta, de uma raça, ou de uma classe — levam-me, no subtítulo do livro que acabo de publicar, a falar de "totalitarismos", no plural.

Todos os totalitarismos, os passados como os presentes, os de Leste como os de Oeste, comungam na ânsia de extermínio da liberdade individual, na supressão da responsabilidade pessoal, na destruição dos traços distintivos entre os homens e as nações. Todos se assemelham naquilo a que costume chamar o ódio à diferença. É totalitária uma comunidade fechada que se supunha a única sociedade detentora da "verdade", como é igualmente totalitário o imperialismo mascarado de ideais "libertadores". Paradoxalmente, uma aldeola retrógrada é tão totalitária e tão anticientífica como o imperialismo que, exterminando as diferenças, suprime fronteiras e cria uma "unidade" artificial, sempre em risco de esboroar-se. É tão totalitário o gesto de um feiticeiro tribal como a transferência forçada dos tártaros da Crimeia, ou o ódio de Adolfo Hitler aos indivíduos de pele mais escura.

Os totalitarismos são, ao fim e ao cabo, produtos engendrados por uma velha doença humana que se chama



“verdade”. A “verdade” gera a intolerância. A “verdade” mascara, no plano ideológico, os motivos económicos que provocam as guerras. Ora, a educação que nos é dada, apelando continuamente para a “verdade”, mais não faz que criar combatentes iludidos, cruzados que a si próprios se mistificam. A “Pátria”, no sentido nacionalista do termo, não terá sido apregoada como “verdade”? E agora, no pólo oposto, não se apregoa o “materialismo dialéctico” como uma “verdade”? Pergunto: que método, que saber, que crítica serão necessários para anular o veneno da “verdade” e impedir a mobilização da “carneirada”, que sempre vai docilmente atrás das forças manipuladoras?

Ora, é esta luta inglória contra a mistificação que constitui, em meu entender, o terreno próprio do escritor e, de um modo mais amplo, de toda a actividade criadora.

Um escritor é, fundamentalmente, um criador de problemas. Lá, onde vigora o formalismo, o escritor pode encontrar motivos para uma gargalhada... ou para uma lágrima. Um escritor é — ou deverá ser — um homem que está contra. Contra o aspecto convencional da existência, contra a mumificação da vida, contra a “verdade”, contra a arrogância do saber acabado. Onde o saber quer ditar a última palavra, cabe ao escritor contestá-la. Porque nada é perfeito, porque nada está completo.

Em Portugal, onde o “fascismo” ce-deu lugar ao gonçalvismo, confesso nada me ter custado manter-me contra. Detesto os herdeiros, principalmente os apressados. Detesto a propriedade abusivamente privada, mesmo que o proprietário se chame Estado. E detesto, muito especialmente, certos escribas cujas penas estão sempre dispostas ao elogio. Não se pode ser escritor e ter as mãos levantadas em aplauso.

## OS “SUBMARINOS”

V.M. — Que missão atribui aos jornalistas, ante o perigo totalitarista veiculado por “submarinos” antidemocratas?

J.M.G. — A infiltração de elementos camuflados, que vão sabotando o trabalho dos que ainda trabalham — isso a que se chama “submarinos” — não constitui um fenómeno específico do jornalismo. Acontece, simplesmente, que, no jornalismo, onde as palavras

José Martins Garcia quando autografava um dos exemplares do seu último “Cultura, Política e Informação”. Pertença, este, do capitão Tomás Rosa, ministro do Trabalho



“duram” um pouco mais que na intervenção oral em assembleias e comícios, se nota mais facilmente a existência desses elementos infiltrados.

Mas estou em crer que o fenómeno é geral. Não há comissão, “comité” ou agrupamento onde não se infiltrem agentes... sabe-se lá se duplos, se triplos. Nos tempos da PIDE, quantas denúncias se deram entre correligionários, até dentro da mesma família? ...

O Estado policial — seja qual for o sinal com que se nos apresenta — tem necessidade de criar uma grande desconfiança entre as pessoas. Uma peça de Brecht — “Miséria e Terror no Terceiro Reich” — é, nesse aspecto, bastante elucidativa. São igualmente importantes, do mesmo ponto de vista, alguns relatos de Soljenitsine, de Gigenko, de Sakharov...

Ora, nós sabemos que há, em Portugal, forças apostadas na reconstrução de um Estado policial. A infiltração executada pelos tais “submarinos”, mesmo que se destinasse unicamente à criação de um clima de desconfiança, já seria uma vitória das forças antidemocráticas. Consequentemente, o plano totalitário de certos senhores parece caminhar bem, sem que se note uma intervenção decisiva de quem tinha obrigação de o fazer. Aqui levanta-se o grave problema da cumplicidade e da inerente corrupção. Isso não me espanta! Só na barafunda portuguesa é possível, por exemplo, que um partido esteja no Governo e desenvolva, fora dele, uma actividade destinada a derrubar esse mesmo Governo. É mais uma das nossas originalidades!

V.M. — Tem o escritor alguma missão especial a desempenhar na actual sociedade portuguesa?

J.M.G. — Não gosto da palavra “missão” quando se quer referir a atitude do escritor perante a sociedade. O termo está imbuído de “apostolado” e, pelas minhas palavras anteriores, qualquer pessoa poderá adivinhar com que náusea eu encaro os “apostolados”...

Perante a actual situação portuguesa, o escritor não arregimentado pode pouco, provavelmente menos que nunca. A palavra escrita exige um grande esforço de leitura, principalmente para aqueles que nunca foram leitores assíduos. A televisão é, nesta circunstância, um poderoso veículo de abastardamento. O receptor da mensagem televisiva não é obrigado a prestar uma atenção intensa ao palavreado e à imagem que lhe oferecem. A mensagem chega-lhe, por assim dizer, mastigada. Em termos de eficácia, nenhum escritor, por mais lúcido, por mais crítico, pode competir com a perversão acarneirante, difundida pela RTP.

## O BOICOTE NAS EDITORAS

Por outro lado, onde estão os editores que favoreçam o livro português? E que livro português? Salvo as tais honrosas excepções o editor português publica os autores que se apoiam numa vasta máquina propagandística, como a RTP, a Radiodifusão e os jornais.

O “castigo” reservado aos editores



que não alinhem com o social-fascismo pode tornar-se catastrófico do ponto de vista económico. O boicote às sobras incómodas começa, assim, no editor, conta com os "submarinos" das distribuidoras, depois com o silêncio dos meios de comunicação.

Um editor "contestatário" que me publicou dois livros, e que é uma pessoa experiente na matéria, confessou-me, um dia, o seu desalento nos seguintes termos: "Não se pode remar sempre contra a maré!" Outro editor publicou-me um livro em Abril de 1975. Nunca foi posto à venda, pois o editor começou a alegar dificuldades económicas. Ora, acontece, pura e simples-

mente, que "O Jornal do Fundão" — ligado à editora em causa — passou a apresentar um nítido pendor social-fascista, fenómeno a relacionar com a tal ofensiva dos "submarinos" de que falava há pouco. A contaminação atingiu um grau profundo, aliás concordante com a vida política portuguesa.

Apresento estes exemplos para mostrar como é difícil a vida do escritor que não se incline diante do social-fascismo. Neste campo, não houve qualquer influência do 25 de Novembro. Antes parece que o monopólio "cultural" da mediocridade se acentuou! ●

F.S.



Vergílio Ferreira: a liberdade de pensar, criar e publicar

## "Rápida a Sombra", de Vergílio Ferreira

### A MORTE É FASCISTA ?

Não fora a "corajosa" crítica literária de João Gaspar Simões e o último e senão o melhor dos romances de Vergílio Ferreira, "Rápida, a Sombra", só mereceria enxovalhos inclassificáveis, especialmente provindo de colegas das letras que exercem, também, o mister de, nos jornais, "observarem" as obras dos seus pares. Quero com isto referir que li os mais suaves testemunhos críticos a um livro de rara qualidade e desengajamento de ideias. Houve mesmo um escritor da nossa praça que per-

guntava num matutino (isto passava-se em pleno regime gonçalvista) a Vergílio Ferreira, por que razão se conservava vivo um autor que se atrevia, depois do 25 de Abril, a abordar o tema da morte.

Convém recordar o que deve ficar na História do inclassificável e, se avivo este assunto, é por um impulso de repugnância que a memória jamais olvidará. Portanto, para esse escritor da nossa praça (provavelmente MUTI), o problema da morte tornou-se reaccio-

nário após o advento do 25 de Abril. Quem morrer agora é contra-revolucionário e, se meditar na morte, pelo menos fascista.

Daqui o meu bravo a João Gaspar Simões, que classificou o livro como uma das obras grandes da nossa literatura, que cada vez mais se tornarão raras neste clima de coisas mentais e não só... E os meus parabéns a um escritor, Vergílio Ferreira, que não desistirá de aprofundar os seus temas mais urgentes, seja em nome do que for, senão a liberdade de pensar, criar e publicar.

É "vital" ler-se "Rápida, a Sombra". ● DÓRDIO GUIMARÃES

## OS DEZ MAIS

Os dez livros mais vendidos em Portugal, na última semana. Esta rubrica, isenta de qualquer intuito o publicitário, é elaborada com base em informações prestadas pelas principais livrarias de Lisboa e Porto. (Entre parêntesis, as classificações da semana passada).

Título	Autor	Editor	Preço
1 (1). Moçambique, Terra Queimada	Jorge Jardim	Intervenção	200\$00
2 (2). Portugal depois de Abril	Avelino Rodrigues e outros	António dos Reis	100\$00
3 (5). Constituição Política	----	Imprensa Nacional	20\$00
4 (4). 26 Anos na União Soviética	Chico da Cuf	Afrodite	140\$00
5 (-). Até na Prisão Fui Roubado	Artur Agostinho	Área	80\$00
6 (6). Portugal: nem Tudo Está Perdido	Cap. Henrique Fernandes	Ulmeiro	90\$00
7 (-). Cenas Parlamentares	Victor Silva Lopes	EDP	120\$00
8 (-). A Burla do 28 de Setembro	António Maria Pereira	Bertrand	150\$00
9 (-). A Democracia Socialista	Vitorino Magalhães Godinho	Bertrand	30\$00
10 (8). Do General ao Cabo mais Ocidental	Álvaro Guerra	Afrodite	120\$00



## “Relações Escaldantes”

### NOVA RELIGIÃO DE UM POVO DE EXCESSOS?

“Relações Escaldantes”, realização de James Young. Produção norte-americana de 1975. Interpretado por Talie Cochrane, Margie Lane e Billy Busy. Distribuído em Portugal pela Deva Filmes. Em exibição no Cinebolso

Que géneros de cinema de pornografia pode haver? Ora bem, existem filmes (meramente) pornográficos, filmes de teor pornográfico e filmes de tese pornográfica. Como é lícito, exclui-se o cinema erótico ou de conteúdo erótico. Temos, definitivamente, de separar os termos e conceitos de erotismo e pornografia.

Enquanto o erotismo é tudo quanto concerne à ciência do amor, à arte de amar, à sensualidade e sentimento do acto de amar e, porque não, de fazer amor, a pornografia, por outro lado, é tudo quanto de mecânico, grosseiro, indiferenciado e gratuito tem a atitude de amar e de fazer amor. Todas as diferenças, portanto, que vão da inteligência ao instinto, da paixão ao desprezo, da sabedoria ao animalesco.

Este “Relações Escaldantes”, que nos vem da América 75, é um filme tipicamente pornográfico. Talvez mesmo o primeiro que, no género, vemos nas nossas salas de espectáculo depois do 25 de Abril. Grande metragem daqueles filmes que, outrora, se obtinham às escondidas e se projectavam em privado, nas casas, em serões de remanso burguês. Toda uma clandestinidade de sexo que reunia pessoas numa semiobscuridade de congeminações políticas e revolucionárias.

O certo é que longas filas se fazem na bilheteira do Cinebolso para as cinco sessões diárias da película. Das antigas catacumbas salta gente para a luz do dia, para os grandes estádios, santuários, cinemas. Nova religião ou novo prostíbulo de um povo de excessos? Mas não tornemos grave um assunto que, no fundo, é hilariante. Sim, porque a pornografia sempre me arran-

cou um irreprimível ataque de riso. E, nestes tempos que vão correndo, faz tanta falta rir... Brinquemos, pois, com a pornografia, que ela não faz mal a ninguém... desde que não se abuse, claro. ● DÓRDIO GUIMARÃES

## “Malícia de Vénus”

POUCO MENOS QUE UM MAGAZINE PORNOGRÁFICO

“Malícia de Vénus”, realização de Max Dillmann, segundo o romance de Masoch. Interpretado por Laura Antonelli, Rex Duval e Renato Kasche. Produção italiana, distribuída em Portugal por Filmes Ocidente. Em exibição nos cinemas Castil, Estúdio 444 e Lido

Masoch ao escrever a “Vénus de Kasabaica”, embora supondo que de-

sencadearia um novo sentimento amoroso — o masoquismo —, nunca previria que pudesse inspirar a transposição do seu romance ao cinema e, especialmente, nos termos em que se processou.

Além de todo o vigor da sua obra se liquefazer numa melada pretensamente erótico-agressiva, o espírito irreverente e analítico que trouxe algo de novo ao amor desfaz-se numa mixórdia gratuita e oportunista. Efectivamente, nem sequer valeria a pena alinhar dois parágrafos dedicados a este filme, não fora constatarmos que esta película de mau gosto mereceu do seu distribuidor a exibição simultânea em três cinemas da capital.

Porque abusar-se em impingir a um público discutivelmente desprevenido, filmes deste jaez, que pouco menos são que um magazine pornográfico, dos que se podia adquirir avulso em qualquer esquina? E porque a boa pornografia me pode merecer respeito, insurjo-me contra a má, que nem sequer excita uma imaginação incipiente. Enquanto a leitura de Masoch contunde algumas fibras do nosso senso, mercê da qualidade da escrita e da profundidade dos sentimentos, a visão deste filme entedia-nos e amolece-nos os sentidos, tornando-nos indiferentes até aos estereotipados encantos de uma Laura Antonelli, que, à custa de não se



Laura Antonelli entre os homens. Uma cena de “Malícia de Vénus”



saber despir e mexer, transforma-se num desarticulado manequim de montanha.

Agora, que três cinemas projectem estes mal cozinhados quilómetros de celulósido, dando-nos gato por lebre, é que não, senhores distribuidores! D. G.

## PORNOGRAFIA POLÍTICA NO ESTORIL

O cinema como forma de intervenção... No Pavilhão dos Congressos do Casino Estoril, decorreu uma "Mostra Internacional" do dito cinema de intervenção. Filmes franceses (pois claro!), bolivianos, uruguaios, peruanos, chilenos, porto-riquenhos, brasileiros, cubanos, argelinos, haitianos, albaneses, omanitas, palestinianos, saharis, eritreus, vietnemeses, angolanos, guineenses, tunisinos, senegaleses, namibianos, do Níger, dos Camarões, espanhóis, corsos, irlandeses, soviéticos, portugueses. Muitos filmes, muitos punhos erguidos, muitas lutas, muitos combates. Na presença de um público seleccionado (a começar pelo preço dos bilhetes e pelo local de exibição), todo de "esquerda", como convém. Cá fora, muitos automóveis, variadas marcas que não discriminamos. Enfim, a esquerda rodoviária presente.

Deram-lhe um nome — cinema de intervenção. Antes do mais: cinema, arte de intervenção, o que é isso? Que arte, que cinema, não é — sendo arte, sendo cinema — de intervenção? Ou intervenção é apenas quando o berro e o punho erguido (não temos nada contra o berro e o punho erguido, note-se) entram em cena, mais ou menos minutos na montagem, na projecção? Que diferença, entre isto, esta simbologia, e os abundantes símbolos fálicos do mau "porno"?

Chatamente repetidos, todos estes filmes tiveram, salvo raras excepções, algo de comum: o papel químico. Ficámos a saber que "este" cinema político é tão mau cá como na estranha. E a conclusão, esta, que tiramos, fica sendo a nota positiva do folclore revolu-

cionista do Estoril: não devemos ter complexos de inferioridade mais ou menos provincianos. As moscas serão de nacionalidade diferente mas o poiso é semelhante.

No meio da cconfrangedora miséria "revolucionária", surgiu, às tantas, o "escândalo". Que apenas o foi em consequência do sectarismo transbordante no Casino. Porque, no fundo, o "escândalo" identificava-se plenamente com tudo o que se passou nas salas do Casino, estava na sua linha de continuidade, limitava-se a ser uma mosca diferente, da mesma espécie embora. O "escândalo" teve um nome: "Ofensiva Popular", pretensamente anárquico, pretensamente ante-social-fascista, igualmente populista, igualmente (falsa) intervenção — logo seguido do "Requiem pelos Assassinos". Os dois filmes de António Faria, que levaram os simpatizantes do PC a abandonar a sala, motivaram assobios e alguns protestos nas galerias, foram, além de maus (política e cinematograficamente) — mas nisso igual aos outros —, uma pedrazinha a provocar o ondular concêntrico num charco fétido.

Apesar da inocuidade das fitas, a capoeira cacarejou. Aí o seu mérito, único. Porque, quanto ao resto: não há uma oposição ao fascismo social, no cinema, na arte, na cultura, na política,

na vida, sem uma ruptura total, sem uma passagem para um campo que lhe será necessariamente antagónico. É por isso que a oposição a esse tipo de fascismo que, tal como o hitlerismo, se mascara com uma fraseologia social, é por essência revolucionária. Como é, hoje, essencialmente democrática.

Ora, um filme que põe em causa figuras militares democráticas, que contesta um exército ao serviço da democracia, em nome de um pretensão revolucionarismo, não é nem um filme revolucionário, nem um filme democrático. Apesar do seu paleio, poeira para os olhos, continua a ser um filme social-fascista.

E aqui põe-se uma outra questão. A generalidade dos filmes portugueses apresentados integrava-se numa linha ideológica subversiva, inserida no processo que levou ao 25 de Novembro. E esses filmes, de claras conotações partidárias, ao serviço da propaganda de determinadas forças políticas, com ataques cerrados aos partidos democráticos (tratados de fascistas), foram subsidiados (excepto, ao que supomos, os dois filmes de António Faria) pelo Instituto Português de Cinema. Isto é, pela bolsa dos contribuintes. Em nome da democracia, em nome da cultura democrática: basta!

AFONSO MANTA

## Teatro No Maria Vitória UMA REVISTA REMOÇADA

Nos primeiros dias de Novembro passado, estreou-se, no Maria Vitória, uma revista intitulada "Força, Força, Camarada Zé". Não tínhamos chegado, ainda, ao 25 daquele mês e o original de Anibal Nazaré, que morrera pouco antes, era todo dirigido para a defesa do partido Socialista e da "frente" que ele constituía contra o gongalvismo. Era uma opção e não admirava que assim fosse, na medida em que tudo na vida portuguesa se partidaria (se partidariou) e o próprio teatro musicado acusava tal estado de espírito, com várias revistas "pêcêpê" e de extrema-esquerda.

O espectáculo, pela sua qualidade

artística e pelo cariz ideológico atrás apontado, logrou alcançar o favor de grandes massas populares, do grande público, em suma, que, durante sete meses, acorreu a ver o que lhe interessava. A revista tinha cinco ou seis números de real qualidade, mas, tal como acontece com tudo quanto se escreve sobre o imediato, envelheceu rapidamente, tanto mais que é certo ocorrerem, entre nós, os acontecimentos a ritmo vertiginoso. Daí à tentação de restaurar o "Força, Força, Camarada Zé", acrescentando-lhe cinco números novos e actualizando outros cinco, foi um passo.

Assim, refrescado ou quase inteira- >



mente renovado, o original surgiu novamente no palco do Maria Vitória. E, mais uma vez, na peugada da actualidade, os autores caíram numa linguagem mais desenvolta, não escondendo, aqui e além, uma certa animosidade contra o PCP e partidos mais à esquerda, naturalmente ainda ressentidos com o que aconteceu pouco depois da estreia do primitivo original. Nisso, os autores mais não fazem do que seguir na cola do público em geral, talvez lembrados de que estão a fazer um produto que é preciso vender.

É forçoso reconhecer, no entanto, que a primitiva qualidade artística se mantém, quer dizer, um número substancial de originais é feito com imaginação, graça e sentido crítico.

Tendo a revista, no plano ideológico, derivado um pouco mais à direita, passará a agradar a novas camadas de público e a desagradar a outras, para quem as alianças partidárias ou a absolvição de certos pecadores são factores a defender, antes de tudo.

Também o naipe de intérpretes se renovou com os nomes de Maria Dulce, Manuela Maria, António Semedo e Luís Mário. Maria Dulce reedita números que pertenceram a Florbela e Zita Duarte, emprestando às interpretações o seu cunho pessoal. Em "O Festival da Canção", "Travesti", em que os au-

tores, pela boca da actriz, dão justas "porradas" na cabeça de Carlos do Carmo, Dulce sai-se à perfeição. E, por contraste físico, na elegância e na observação do recorte psicológico, também nas "Três Marias", satirizando Natália Correia, a actriz se mostra boa compositora de tipos. Manuela Maria produz o trabalho sério e correcto a que nos tem habituado; Santana reedita êxitos anteriores, agora acrescentados com o chiste da "Carochinha" e de "Notícias e Aneotas". Finalmente, Salvador continua a ser, na meia dúzia

de rábulas que lhe cabe defender, um actor de primeira grandeza e um profissional que dá gosto ver trabalhar. A voz, a elegância e a beleza de Cidália Moreira dão o restante, no muito de bom que este "Vota, Vota, Camarada Zé" possui. Mas que continua um pouco envelhecida e, portanto, a precisar que os autores nos façam chegar um novo original, que entre pelo Verão dentro e nos ajude a manter o bom humor indispensável aos dias que correm. ●

JOSÉ NORDESTE

## "Círculo de Giz Caucasiano"

### Uma dura prova para o Grupo 4

Lisboa tem, desde há dois dias, um novo teatro. Trata-se da sala que o Grupo 4 fez construir na Praça de Espanha e que foi inaugurada com uma peça de grande nível, o célebre "Círculo de Giz Caucasiano", considerada como das mais representativas obras de Bertolt Brecht e, portanto, do chamado teatro dialéctico.

O novo recinto, que funcionará como uma espécie de centro cultural, é de linhas modernas e possui todos os requisitos indispensáveis ao cumprimento da missão que se propõe realizar.

Quanto à obra de estreia, é mais

uma dura prova a que o Grupo 4 vai sujeitar-se, pois este texto de Brecht exige muito de quem o encena e interpreta. O principal responsável por essa tarefa é João Lourenço, que comandou um numeroso elenco, no qual se incluem alguns nomes ilustres da cena portuguesa, como é o caso de Josefina Silva, Carmen Dolores e Costa Ferreira, para já não falar dos mais novos, como, por exemplo, Henriqueta Maya, Irene Cruz, Morais e Castro e Rui Mendes. ●

Uma cena do "Círculo de Giz Caucasiano". A realização plástica é de João Vieira



Uma cena da revista do Maria Vitória





## "JOK" da Moldávia OS AMIGOS SÃO PARA AS OCASIÕES

Já sobem a alguns milhares, nestes dois últimos anos, os artistas soviéticos que vêm trabalhar a Portugal, enviados pelo seu governo, em campanha de simpatia, de estímulo ou amparo ao redor de um partido. Foi agora a vez do grupo Jok, da Moldávia, ter dado o seu óptimo contributo.

Vinda directamente de Moscovo, com a única finalidade de fazer uma "tournée" em Portugal, esteve entre nós a Companhia Académica Estatal de Dança da República Socialista Soviética da Moldávia, mais simplesmente chamada Jok.

Durante duas semanas, de norte a sul do País, os soviéticos bailaram para o nosso povo, tendo começado no Coliseu dos Recreios em Lisboa, em atmosfera de triunfalista punho direito erguido e cerrado. A assistência, na estreia, era manifestamente composta por amigos, o que não admira, pois "os amigos são para as ocasiões".

A este propósito, vale a pena salientar que já sobem a alguns milhares nestes dois últimos anos, os artistas soviéticos que vêm trabalhar a Portugal, enviados pelo seu governo. E chegam sempre, como é fácil comprovar, nos momentos próprios, como auxílio à criação de uma campanha de simpatia, estímulo ou amparo ao redor de um partido.

Bom, mas isto talvez não interesse muito, nesta coluna, onde o que deverá dizer-se é se o espectáculo é bom ou mau. E é, na realidade, bom. Os artistas soviéticos gozam de um grande grau de profissionalização e têm escola. Quer dizer, o seu folclore sofre o tratamento adequado e os intérpretes possuem a técnica necessária (e boa) para interpretarem bem as suas danças. Depois, há a textura do próprio programa, onde as peças alegres alteram com as líricas e, nestas, são intercalados quadros humorísticos de dança, que não têm nada a ver com o folclore, mas ajudam a criar um clima de agradável distração. Há também que contar com os trajes, sempre ricos, variados e de bom corte.

A orquestra, um pequeno grupo de

dezaesseis instrumentistas, não era de grande qualidade, mas deu ao espectáculo o suficiente suporte sonoro.

É curioso destacar um pormenor: nos quinze números que constituem esta actuação de Jok alguns são já conhecidos. O que se explica. O grupo de que nos ocupamos vem da Moldávia, região que, em tempos, pertenceu à Roménia. Ora, aqui há meses, esteve em Lisboa um grupo folclórico romeno, cujo programa era, em parte, semelhante ao de Jok. Só que o instrumento de sopro típico, com o qual o instrumentista imita os pássaros, era muito mais bem tocado pelos romenos. Em compensação, as "Núpcias Moldavianas" trazidas pelo grupo soviético são mais espectaculares, mais completas no desenvolvimento cénico dos russos.



Jok: os homens possuem sempre, nestas danças, uma actuação mais virtuosística e espectacular

Concluindo, diremos que Jok preencheu duas horas de agradável espectáculo visual, numa mensagem de alegria e virtuosismo bailatório que não é de mais enaltecer. ■

JOÃO NORDESTE

## TV

### O mesmo selo na origem dos deslizos

"OS DESPAUTÉRIOS DA TV" é a expressão, ainda assim cortês, que uma leitora utiliza, em carta que remeteu ao signatário desta crónica semanal, para castigar os deslizos, os voluntários ou involuntários pecados da RTP — ou cometidos em seu nome, e pode supor-se que perante a sua passividade, por funcionários ou colaboradores da empresa pública que neste país usa e

abusa da concessão exclusiva da rede de televisão.

Despautérios são, para a telespectadora epistológrafa, os deslocados e regra geral pretensiosos "prefácios falados" impingidos a propósito ou despropósito da projecção dos filmes de fundo, seja qual for a sua origem e a época em que foram produzidos; a presença frequente, na apresentação dos noticiários da hora do almoço, de um locutor de "voz irritantemente metálica, distorcida, ainda por cima, por evidente falta de dentes", o que, na sensata opinião da nossa leitora, "torna o espectáculo duplamente desagradável — dos pontos de vista auditivo e visual"... Mas se, para algumas das falhas ou desleixos, a nossa correspondente encontra, generosa, o lenitivo de uma



desculpa, para outros recusa-se a procurar, sequer, uma razão para perdoar, e exorta-nos a referi-los, “energicamente”, sob pena de ficarmos a ser considerados cúmplices dos “desmandos” que eles representam!

Um deles (vão passados quinze dias!), vamos deixá-lo passar à história, até porque se tratou de malfetoria inspirada por estreito sectarismo amparado em vesga ignorância: a exaltação do papel desempenhado na segunda guerra mundial pela União Soviética, com o “esquecimento” da contribuição que a própria URSS deu a Hitler e à Alemanha nazi para que a fizesse deflagrar, e dos proveitos territoriais (e eminentemente colonialistas) que o imperialismo moscovita extraiu do conflito — constituiu trapacidade tão transparente que não faltaram vozes prontas a denunciá-la e a exprobrá-la. Não vale por isso a pena voltar ao caso, por agora.

Mas outro delito de mau gosto, que para muitos terá sido grosseira provocação, merece ainda um reparo — e não nos furtamos a secundar a indignação da nossa leitora e atenta telespectadora... Aconteceu, precisamente, a 13 de Maio, e terá sido assim uma espécie de “contrapartida espertalhona” às transmissões que, parece que para “inglês ver”, a RTP fizera directamente de Fátima. No julgamento primário de certos responsáveis da nossa TV, as imagens e as palavras retransmitidas da Cova da Iria “desequilibraram” o fiel da balança dos isentos programadores, exigindo-se a apartidária reposição das coisas “en su sitio”: nada mais oportuno, portanto, do que desenterrar dos arquivos a evocação filmada da epopeia revolucionária de Camilo Torres, o “herói colombiano” que na voz de outros padres e leigos progressistas de pendor conhecido se tornou pretexto para veementes e descabelados ataques à Igreja... O itinerário de uma apostasia — ainda por cima condimentada com todos os temperos de que o internacionalismo revolucionário se serve para fingir de sentimental — era a oportuna resposta a Fátima. E foi.

Curiosamente, os despautérios na TV trazem todos a mesma marca, o mesmo selo de origem. Coincidências? Talvez não...

Mas com o fazermos o gosto à leito-

ra que nos escreveu um SOS desalentado, ficou a faltar-nos espaço para comentar nova rubrica, que apareceu como promessa de “p’rafrentismo”, tendo como alavanca Artur Portela Filho e como potenciais imolados ao sacrifício umas tantas figuras nacionais e até estrangeiras que, por fás ou por nefas, o “leão” Portela estimaria desossar em público.

“Diálogo em directo” se chama o programa. Primeiro condenado ao martírio, Diogo Freitas do Amaral. E o CDS, claro. O “vernissage”, foi no sábado, 15. Para os sábados seguintes ficaram anunciadas as “reprises”, sem-

pre com o mesmo “leão” triturador, semana a semana mais nutrido pela fatal deglutição das cândidas ovelhas que lhe consintam o rilhar do dente...

A amostra foi edificante, elucidativa de um estilo e dos propósitos que o animam. Portela não ganhou, mas perseverou em fazer figura disso — rindo, em vários escalões que foram do sorriso pérfido à gargalhada inopinada. Para não podermos vir a ser acusados de julgar o todo pela parte, quedamo-nos por este singelo apontamento. Mas voltaremos ao assunto. Portela mereceu-o, porque é enorme, e inesgotável. ●

S. L.



## LIVRARIA «O SECULO»

ÚLTIMAS NOVIDADES LITERÁRIAS

REVISTAS NACIONAIS E ESTRANGEIRAS

VISITE A NOSSA SECÇÃO INFANTIL E JUVENIL

SERVIÇO RÁPIDO DE ENCOMENDAS

LIVRARIA ENCONTRA-SE ABERTA DAS 9 ÀS 19 HORAS

RECEPÇÃO DE ANÚNCIOS

ROSSIO, N.º 23



## CRIANÇAS: SEXO À ESCOLHA



Aspiração de sempre de muitos casais, será agora possível escolher o sexo do nosso filho? Explorando os complexos mecanismos da concepção, a ciência aperfeiçoou um "modo de emprego" de resultados promissores.

"Preferem um rapaz ou uma rapariga?" Velho problema dos casais que tem feito a fortuna de muito charlatão. Também os cientistas se vêm debruçando, desde sempre, sobre este assunto, numa tentativa de reunir e interpretar os factores que maior influência têm na determinação natural dos sexos. Neste momento, as pesquisas estão já suficientemente avançadas para que, na sequência da comunicação feita por Bernard Ségué, especialista de biologia da reprodução, à Academia de Medicina francesa, seja possível reunir os seguintes dados:

**Factores que influem na quantidade e qualidade dos espermatozoides.**

Sendo sensivelmente mais numerosa a concepção de fetos masculinos do que de femininos, é necessário admitir que os espermatozoides Y (rapazes) são mais numerosos — e, sobretudo, mais rápidos — que os espermatozoides X (raparigas). Em contrapartida, são mais frágeis: os embriões que não atingem o final da gestação são, na maior parte dos casos, do sexo masculino. Por outro lado, parece que todas as anomalias do esperma — oligospermia (pequena quantidade), astenospermia (fadiga do espermatozoide), teratospermia (deformação do espermatozoide) — favorecem, de um modo geral, o nascimento de raparigas. Dois investigadores franceses, Gueguen e Legros, já quase conseguiram explicar por que mecanismo, pelo menos no que diz respeito à teratospermia, a maior parte dos espermatozoides deformados produzem embriões masculinos, embora a gravidez termine, frequentemente, por um aborto ou por um nadomorto. Em

contrapartida, os embriões femininos produzidos nas mesmas condições resistem habitualmente: as raparigas nascem sem qualquer deformação.

A teratospermia ocupa um lugar muito importante entre os factores de determinação do sexo, tanto mais que apenas um homem em cada cinco possui um esperma normal.

Quanto à astenospermia, basta sublinhar que a frequência das relações sexuais dá origem a alterações quantitativas e qualitativas do esperma, favorecendo, assim, o nascimento de raparigas.

**Outros factores importantes:** as circunstâncias que rodeiam as relações sexuais.

Em primeiro lugar, a data da ovulação. Suponhamos que a relação ocorreu pouco antes da ovulação: os espermatozoides "esperaram" pouco pelo óvulo; quando este surge, os Y mais numerosos e mais rápidos, têm maior hipótese de fecundá-lo do que os X. Neste caso nascerá um rapaz. Pelo contrário, se a relação sexual teve lugar muito tempo antes da ovulação, a oportunidade pertence aos X, mais resistentes, os únicos sobreviventes. Neste caso, nascerá uma rapariga.

Determinando o momento da ovulação, graças à curva das temperaturas, o alemão Haitzol conseguiu obter 80 por cento de resultados correctos na determinação voluntária dos sexos. Bernard Ségué desencadeou artificialmente ovulações, não autorizando mais do que uma relação sexual no momento em que aquelas se produzem: obteve, assim, 77 rapazes em 100 casos.

Se se pretende ter um rapaz, deve-se fazer amor; mas é melhor fazê-lo bem feito. Se a mulher atinge o orgasmo, a vaso-congestão do terço externo da vagina desaparece rapidamente. Por outras palavras, o esperma permanece

pouco tempo em contacto com o colo uterino: a oportunidade pertence, assim, ao mais rápido — o espermatozoide Y. No caso contrário, os X, mais lentos, terão a maior viabilidade. Por esta razão, afirmamos que a ausência de orgasmo é favorável à concepção de raparigas.

Pelo mesmo motivo, uma introdução profunda quando do acto sexual permite um contacto rápido entre o esperma e a região aonde chega o óvulo, favorecendo os "sprinters" Y.

Por fim, vejamos qual o papel desempenhado pela acidez vaginal. Quanto mais forte ela for, mais rapidamente morrem os espermatozoides: os X, mais resistentes, terão maiores oportunidades. Assim, uma alcalinização artificial favorece o nascimento de rapazes.

Uma terceira série de factores finalmente intervem após a fecundação: trata-se dos factores imunológicos maternos. A gravidez, com efeito, pode considerar-se como o "enxerto" no organismo da mãe de um corpo estranho que, normalmente, deveria ser rejeitado. Se isto não sucede é porque, parece, uma espécie de barreira protege o feto. Ora, por razões ainda não totalmente conhecidas, o feto masculino está menos protegido e é, portanto, mais facilmente rejeitável.

Assim, mercê de uma pesquisa constante, de estudos aturados, o mecanismo natural da determinação dos sexos comporta cada vez menos mistérios. Os biólogos encaram mesmo a hipótese de lhe juntarem possibilidades suplementares de escolha, desta feita artificiais. Por exemplo, "enxertar" determinadas genes, de forma a fazer nascer, a pedido, crianças superdotadas. Ciência ou ficção? Fronteiras futuramente muito difíceis de estabelecer. ■



## PORTUGAL ENTRE OS POBRES

A IV Conferência da Comissão das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento, que decorreu na semana passada no Quênia, teve um significado especial para Portugal: pela primeira vez, abertamente, o nosso país colocou-se entre os que lutam pelo estabelecimento de uma nova ordem económica internacional.

A IV Conferência da UNCTAD (Comissão das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento), realizada em Nairobi, no Quênia, à qual esteve presente o ministro português do Comércio Externo e do Turismo, foi dominada pela discussão das relações económicas internacionais.

Os países de grau inferior de desenvolvimento económico, particularmente os países do chamado "Grupo dos 77", puseram uma vez mais em causa a velha ordem económica internacional, exigindo a abolição do sistema de troca desigual, isto é, a abolição das relações de exploração a nível internacional.

Portugal, que atravessa uma fase de graves dificuldades económicas, está totalmente interessado em que a luta dos países pobres por relações económicas internacionais mais justas obtenha resultados positivos. Inevitavelmente, Portugal colocou-se ao lado de quantos exigem das grandes potências um tratamento de igual para igual, sem hegemónismos nem dependências.

O ministro Jorge Campinos, ao dar a adesão do Governo Português a esta justa causa, deu uma dimensão nova à política estrangeira do nosso país: Portugal afirma-se disposto a lutar, ombro a ombro com outros países, pela solução dos problemas concretos que se nos põem. Por uma vez, não nos comportámos como pedintes às portas das capitais do mundo. Da mendicidade à luta: retrato de uma nova diplomacia num país que se quer novo?

Haverá quem não goste. Por exemplo, as grandes potências. O delegado soviético, Nicolai Patolitchev, acusou em Nairobi "alguns países" de provocarem uma "guerra económica". Todos os dominadores têm a tendência

para acusar os oprimidos de belicistas, ocultando que a sua opressão é já uma forma de "guerra".

Acusar hoje os países pobres, como Portugal, de pretenderem uma "guerra económica", significa defender declaradamente o *statu quo* nas relações económicas internacionais: isto é, a exploração e a dependência.

A conferência da UNCTAD é um facto internacional de relevante significado, inserindo-se nos esforços em que

os países não desenvolvidos industrialmente estão empenhados para a construção de uma nova ordem económica internacional.

A presença do ministro do Comércio Externo português, dr. Jorge Campinos, conferiu-lhe, para nós, um significado particular — pelo que nela disse, pela análise da situação portuguesa que ousou fazer (estamos pouco habituados à linguagem da verdade), como ainda pelo apoio dado a um combate de incomensurável alcance.

Grande parte dos delegados dos países presentes na Conferência expuseram as preocupações das nações pobres (somos uma delas) a respeito das relações económicas internacionais que consideram injustas.

O fosso entre os países industrializados e o mundo subdesenvolvido tem

### A crise que temos **FALAM OS NÚMEROS**

O ministro português do Comércio Externo e do Turismo, dr. Jorge Campinos, no seu discurso proferido em Nairobi, expôs aos delegados da UNCTAD o quadro da actual situação económica do nosso país. A brutal linguagem dos números, na sua simplicidade fria, merece a leitura atenta:

"Um decréscimo da produção em 1975, aumento do desemprego, ultrapassando os 10 por cento da população activa, manutenção das pressões inflacionistas dos últimos anos e, por fim, importante défice da balança de pagamentos.

"Este último aspecto, que se reveste de uma gravidade sem precedentes no meu país, está estreitamente ligado às preocupações desta Conferência e merece, por isso, uma referência mais detalhada.

"Portugal conhece há muito um desequilíbrio considerável na sua balança comercial. Contudo, até 1973, esse défice era largamente compensado pelo paga-

mento de serviços, nomeadamente os provenientes do turismo, e pelas transferências, privadas, como as transferências dos emigrantes portugueses. Tal situação, em virtude de causas múltiplas, tanto políticas como económicas, foi radicalmente atingida com a revolução do 25 de Abril. Em 1974, o aumento das importações foi de 61 por cento. Em 1975, tivemos uma quebra de 25 por cento nas exportações. Nestes dois últimos anos, o decréscimo do saldo positivo dos invisíveis correntes foi de 36 por cento.

"Por consequência, o Governo Português foi obrigado a financiar, durante este período, um défice global da balança de pagamentos de cerca de 1,5 biliões de dólares, quer pelo recurso às reservas quer por empréstimos obtidos nos mercados de capitais ou junto de organizações financeiras internacionais.

"Por outro lado, as medidas de desenvolvimento económico adoptadas pelo VI Governo provocaram um mais largo



vindo a alargar-se. O sistema internacional vigente determina que os países de desenvolvimento económico atrasado — de maneira geral, todos os produtores de matérias-primas — se encontrem em relações de dependência, pois têm, obrigatoriamente, de escoar os seus produtos, a baixo preço, na direcção das grandes metrópoles, e importar destas, a alto preço, os produtos de tecnologia avançada. Os défices que, deste modo, se criam nas balanças de pagamentos dos países produtores de matérias-primas, bloqueiam, a par de outros factores, as possibilidades de desenvolvimento das economias nacionais e, por extensão, a sua independência.

Desde os fins da segunda guerra colonial — quando, mercê da descolonização que lhe foi consequente, os países do Terceiro Mundo ascenderam às independências políticas — um passo foi dado para a criação de uma ordem internacional de tipo novo, uma vez que os vínculos directos da dependência política tinham sido destruídos.

recurso aos mercados externos. Daí que a dívida pública externa, no fim do ano transacto, rondasse os 900 milhões de dólares, o que corresponde a 7 por cento do produto interno bruto."

"Com a realização do processo descolonizador, que foi uma das prioridades da revolução de 25 de Abril de 1974, Portugal deixou de ser um país exportador para se converter num país importador de matérias-primas. Estas importações comportam os produtos alimentares, de que a nossa economia é altamente deficitária, bem como matérias-primas destinadas a algumas das nossas principais indústrias de exportação, nomeadamente os têxteis de algodão e de sisal. A indústria têxtil representa um quarto do total das nossas exportações. No sector da alimentação, compramos no exterior perto de 50 por cento do total do País, isto é, um quarto das importações.

"Nestas condições, sofremos de maneira extremamente intensa as flutuações excessivas dos mercados de produtos de base. Portugal está por isso interessado na estabilização do comércio dos produtos de base, a nível de preços remunerados para os produtores e equitativos para os consumidores."



Jorge Campinos: por uma nova ordem económica internacional

## "Não se trata de dar alguns retoques na velha ordem"

"São estes princípios (a independência nacional, a vantagem recíproca e a igualdade soberana) que Portugal desejaria ver presidir no estabelecimento de uma nova ordem internacional. Para nós, não se trata unicamente de dar alguns retoques na velha ordem, mas sim, pelo contrário, transformá-la inteiramente, criar uma nova ordem económica internacional.

"Na nossa opinião, isto deve ser feito, preferencialmente, no quadro da Organização das Nações Unidas. Portugal entende que o reforço das interdependências na comunidade internacional contemporânea supõe a participação activa de todos os países, independentemente das suas dimensões geográficas, do nível do seu desenvolvimento económico ou dos seus sistemas sociopolíticos." (Do discurso do dr. Jorge Campinos na IV Conferência da UNCTAD, em Nairobi.)

No entanto, os figurinos de descolonização que, de maneira geral, se impuseram, fizeram perdurar os laços de dependência e estrangulamento económicos existentes entre as antigas potências coloniais e os países recém-nascidos — com a agravante de, nalguns deles, em virtude de todo um processo

histórico, não haver ainda uma consciência nacional.

## EMBATE FRONTAL

Com a Conferência de Bandung, algo de novo surgiu neste panorama: a compreensão de que a independência efectiva passava pela liquidação da ordem económica estabelecida, por um novo tipo de relações internacionais (aí se impuseram os cinco princípios de coexistência pacífica entre estados, posteriormente consagrados), pela unidade dos países atrasados contra as grandes potências.

Mas se os anos seguintes a Bandung foram caracterizados por avanços dos países subdesenvolvidos nas direcções acima apontadas (Conferências do Cairo e de Acra), o processo não se desenvolveu de maneira rectilínea, entrando por vezes em "impasses". Sobretudo porque, com o aparecimento de uma nova potência dominadora à escala internacional, a URSS, que soube explorar em seu proveito a oposição dos países pobres ao domínio norte-americano, novas relações de dependência começaram a ser estabelecidas, agora com uma metrópole mais a leste — Moscovo.

A Mongólia, Índia, Cuba, Iraque, para só citarmos estes, passaram a fornecedores das matérias dos sectores primários das suas economias, exportadas a baixo preço para a União Soviética. Por sua vez, esta ou consumia essas matérias no seu mercado interno, a preços compensadores, permitindo assim uma certa acumulação, ou exportava os artigos importados aos preços do mercado internacional, acumulando na transacção. Os escândalos do açúcar cubano e do petróleo iraquiano aí estão a demonstrá-lo.

Com o dealbar dos anos 70, a oposição dos países pobres às grandes potências ganhou novo impulso. A própria ONU, e os seus departamentos específicos, converteu-se em terreno de batalha entre as nações industrializadas e as subdesenvolvidas. A reivindicação do estabelecimento de uma nova ordem económica internacional foi aí posta de maneira frontal. A IV Conferência da UNCTAD (uma das comissões da ONU) foi também palco deste confronto.

● A.M.



# Franca-Alemanha

## ACUSAÇÕES INJUSTAS AO GAULLISMO



SAINT-ROBERT

**H**Á dois anos, dava-se grande importância, em Paris e em Bonn, às relações pessoais entre o presidente Giscard d'Estaing e o chanceler Schmidt. Pensava-se que elas permitiriam, como no tempo em que De Gaulle e Adenauer tinham relações semelhantes, compor sempre, ao mais alto nível, tudo aquilo que, em profundidade, continua a fazer com que as políticas da França e da Alemanha divirjam fortemente em muitos pontos, tanto interiores como externos.

Ora foi precisamente ao mais alto nível que, nas imediações fatídicas do 8 de Maio, as coisas começaram a desandar. Subitamente o chanceler Schmidt, ainda ontem o mais pró-Atlântico e anticomunista dos chefes de governo europeus, pôs-se a fazer declarações sobre a possibilidade, que já não lhe parecia antinatural, de os comunistas participarem em governos ocidentais. Consternação imediata em Paris, onde o Governo fundamenta toda a sua estratégia sobre a denúncia permanente do "Programa Comum" da esquerda e os perigos respectivos.

Mas o chanceler Schmidt não ficou por aí. Desenvolveu ainda uma espécie de paralelismo entre franquismo, salazarismo... e gaullismo — parecendo ignorar que os "gaullistas" continuam em grande plano no Poder em França, e que o próprio Giscard d'Estaing foi ministro do general

De Gaulle durante sete anos. Portanto, o menos que se poderá dizer é que a observação é indiscreta.

Mas a argumentação, sobretudo, era contestável: classificado de "conservador", o gaullismo era responsabilizado pela importância do comunismo em França. Ora, aqueles mesmos que, em França ou no exterior, contestam a política do general De Gaulle, constataam a amplitude das reformas conduzidas por ele — entre as quais a descolonização e as alterações levadas a cabo nas instituições, a fim de que a França pudesse ser finalmente governada. Toda a gente sabe também que o eleitorado comunista nunca recuou tanto, em França, como no tempo em que De Gaulle estava no Poder.

Por último, e o que é mais catastrófico do ponto de vista europeu, o chanceler Schmidt ataca as reticências dos franceses face à Europa supranacional e declara que o processo "dos abandonos da soberania dos países europeus será prosseguido". Tudo se passa, portanto, como se o chanceler da Alemanha quisesse dar razão aos meios gaullistas, que, em Paris, vêem naquilo que se convencionou chamar a "Europa supranacional" a simples camuflagem de uma nova "Europa alemã", baseada na actual supremacia económica e financeira da República de Bonn. Imagina-se, portanto, que tais declarações, longe de fazerem avançar a união po-

lítica da Europa, arriscam, caso não a façam recuar, pelo menos de a congelar por momentos.

**A**TRIBUI-SE estes aparentes embaraços aos problemas eleitorais da social-democracia alemã. Mas não arriscarão eles a agravá-los? "A prática do bilhar, no grande tabuleiro mundial, levou o chanceler Helmut Schmidt a assumir os riscos da roleta russa no plano diplomático", é o que se dizia, no dia seguinte às estrondosas declarações de 15 de Abril, nos meios da oposição democrata-cristã. De qualquer maneira, se essa oposição ganha o primeiro plano nas próximas eleições alemãs, será a sua política europeia muito diferente da actual, excepto a ser mais anti-soviética na sua expressão?

O "impasse" em que se encontra a união europeia é, pois, cada vez mais evidente. Os parceiros da Comunidade Económica continuam a não se poder entender sobre a composição da Assembleia de Estrasburgo que queriam agora ver eleger por sufrágio universal directo, mas que nem a Inglaterra nem a França nem a Dinamarca desejam verdadeiramente. Isso vai dar lugar a novas e intermináveis discussões teóricas. Aqueles que, como a Alemanha, desejaram forçar a decisão, arriscarão, pelo contrário, a adiá-la por mais tempo. A atmosfera não é boa na Europa: ela reflecte as incertezas e a perturbação actual do Mundo. ●

P.S.-R.



## Espionagem

### MAIS UM "CASO SÉRIO" NA ALEMANHA FEDERAL

Mais um caso de espionagem na Alemanha Federal. Como habitualmente, a favor da República Democrática Alemã e, possivelmente, com implicações na política interna de Bona. Desta vez, porém, o caso pode ter repercussões noutros países europeus.

Os funcionários do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Bona não esconderam o seu espanto quando a Polícia lá entrou há dias, em "visita de investigações". E o seu espanto não deixou de aumentar quando souberam que Helga Berger, a secretária do director-geral do Departamento Comercial, fora presa, enquanto o seu "correio", um funcionário de 40 anos chamado Klaus Wohler, conseguia pôr-se em fuga.

Funcionária do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Bona, colocada na delegação comercial que este abriu em Varsóvia antes do estabelecimento de relações diplomáticas com a Polónia, Helga Berger foi aí, em 1964, subordinada do dr. Henrich Box, alto dirigente do Partido Cristão-Democrata (director do Departamento de Relações Internacionais da CDU), de quem ficou, ao que parece, amiga pessoal.

Uma vez presa, comprovou-se que, nas horas que o seu trabalho no Ministério lhe deixava livres, ajudava o dr. Box — que, por isso, foi interrogado durante 24 horas. Enquanto decorria o interrogatório, Helmut Kohl, presidente da CDU, foi à televisão comunicar que Box estava suspenso de todos os altos cargos que desempenhava enquanto durassem as investigações.

No dia seguinte, a CDU começava a atribuir ao Partido Social-Democrata (SPD) intenções de "criar um caso de espionagem CDU" que lhe permitisse refrear os ímpetos com que os cristãos-democratas se dispõem a ganhar as eleições de Outubro. É claro que o porta-voz do SPD negou qualquer intuito desse género, não podendo (no



Habs-Dietrich Gensher: um problema suplementar

(íntimo) deixar de recordar o caso Guillaume, que provocou a queda de Willy Brandt.

#### NO MINISTÉRIO DE GENSCHER

O escândalo parece atingir, em primeiro lugar, o Ministério dos Negócios Estrangeiros, dado que, como secretária do seu Departamento Comercial, Helga Berger tinha um campo de informações muito mais vasto do que como colaboradora nas horas vagas de um político da oposição.

No caso, aliás, parece estarem também implicados mais dois funcionários do mesmo Ministério, embora as declarações oficiais se tenham até agora distinguido pela cautela com que abor-

dam o assunto. Até há poucos dias, muito do que se dizia sobre este caso, que está a apaixonar a opinião pública alemã, não passava de conjecturas. Ao mesmo tempo, as suspeitas alargam-se e abrangem todos os que, no passado ou no presente, trabalharam com Helga Berger.

Estão neste caso um diplomata francês que com ela esteve em Varsóvia e Segismund von Braun (irmão do cientista Werner von Braun), que em Varsóvia sucedeu no cargo ao dr. Henrich Box.

A CDU mantém que Box está inocente. Este último apresentou queixa contra desconhecidos por difamação e muitos observadores crêem neste momento que ele não colaborou conscientemente com os serviços de Erich Mielke, (ministro da Segurança do Estado da RDA), para os quais Helga Berger trabalhava.

Considerando-se insultado pelas suspeitas do Governo, Box devolveu todas as condecorações que possuía.

#### LUTAS E CONJECTURAS

Um dia antes de rebentar o escândalo, numa festa organizada em Francoforte para comemorar a independência da América — estando presente Rockefeller —, foi muito notado o facto de Helmut Schmidt e o presidente do Partido Cristão-Democrata, Helmut Kohl, terem passado a maior parte do tempo, retirados, conversando a meia voz.

Tanto a CDU, através de Box, como a coligação governamental SPD-FDP, por causa do Ministério dos Negócios Estrangeiros, não têm grande interesse em que o caso seja muito explorado ao nível da opinião pública. O "Die Welt", num grande artigo de primeira página dedicado ao assunto, começava por dizer: "O procurador-geral da República disse não poder fazer mais declarações."

O caso pode vir a ter outro desenvolvimento a nível internacional, dada a actividade desenvolvida por Box na União Europeia das Democracias Cristãs. Mas não é o último, com certeza, que sucede num país onde o ministro dos Negócios Estrangeiros, por exemplo, originário da Saxónia (hoje RDA),



vai muitas vezes à Alemanha de Leste visitar a família. Muita gente atravessa a fronteira entre as duas Alemanhas e, na RFA, é muito difícil distinguir entre um refugiado e um "enviado". É este o problema de base — e é por isso que aos casos Guillaume e Berger ou-

tros se seguirão. Naturalmente. Um russo ou um polaco são referenciados por causa do sotaque. Mas um alemão (mesmo de Leste) está em Bonn com compatriotas como peixe na água

F.S.

## Líbano MISSÃO IMPOSSÍVEL

O Líbano é um quebra-cabeças para todas as diplomacias. Depois dos fracassos americanos e soviéticos, a França tenta agora a sua sorte no conflito.

O Líbano faz o desespero das grandes potências. E nem o último cessar-fogo conseguido em Beirute foi suficientemente animador: na noite seguinte, nos arredores da cidade, bombardeamentos e contrabombardamentos fizeram cerca de 300 vítimas.

A loucura assassina, apenas interrompida por cessar-fogos provisórios, a inexplicável obstinação do presidente Frangé e as inimizades pessoais que complicam as soluções políticas acabaram por desencorajar as últimas manifestações de boa vontade.

Um alto funcionário francês, testemunha do desenvolvimento do conflito, comentava, desanimado: "A única coisa que pode esperar-se é um milagre."

Dean Brown, enviado especial do presidente Ford, teve que adiar para melhor oportunidade o plano que trazia. Em termos gerais, este previa um consórcio internacional, que não se limitaria a participar na reconstrução do país, mas, com o apoio de uma força militar, ajudaria também o novo presidente a consolidar a sua autoridade. Este projecto, violentamente combatido pela Síria e Palestina, teve os cristãos como únicos, mas manifestamente insuficientes defensores. Por isso não foi avante.

O falhanço foi de molde a desanimar a URSS a tomar qualquer espécie de iniciativa semelhante. A sua única preocupação é, agora, evitar toda a espécie de golpes. Desde modo, o representante soviético já não sai nunca da sua embaixada. É verdade que, no exterior, não faz "bom tempo"... Chovem obuses, e, por ironia do destino, é um canhão colocado pelas tropas de esquerda, na residência de Verão do

embaixador, nas colinas, que os atira...

O único diplomata a aventurar-se, por estes dias, terá sido George Gorse, enviado a Beirute por Giscard d'Estaing. À sua chegada em 8 de Abril, o funcionário do protocolo que o esperava no aeroporto acolheu-o da forma mais encorajante: "Obrigado por querer arriscar a vida por nós." George Gorse encontrou-se com os chefes de todas as facções. Até com Arafat.

O chefe da Organização de Libertação da Palestina (OLP) perde a cabeça. Esta guerra civil está a desviar-se do combate contra Israel. Em vez de concentrar as suas forças contra o Estado hebreu, tem de ocupar-se em reabastecer as regiões que controla, com trigo comprado a preços altíssimos à França?

Das conversações com uns e outros, George Gorse ficou com a impressão de que os problemas de fundo não são irresolúveis. Os outros problemas — o regresso à calma, à segurança — parecem, contudo, bem mais difíceis. Regressou, por fim, suficientemente perturbado para ouvir Giscard d'Estaing pedir-lhe que não renunciase.

Em Beirute, Gorse sugeriu a organização ("por exemplo, em Paris") de uma conferência "tipo Vietname". Admitiu, ainda, a eventual participação da França num dispositivo de segurança.

"Porque não a França, com efeito?", perguntou há dias um deputado libanês. E explicou, em nome do seu grupo (32 parlamentares), que a Fran-

ça poderia, conjuntamente com a Síria, assegurar um "sistema de controlo".

Em Paris, entretanto, colocam-se alguns problemas. Sem dúvida que a presença no Líbano de meia centena de oficiais franceses daria uma certa tranquilidade aos libaneses, a quem inquietava uma ordem exclusivamente síria. Mas que fazer, se a Síria se instalasse definitivamente no país? Ou em caso da ataque israelita?

M.R.



Melo Antunes: ainda fala na "détente"

## Nato MELO ANTUNES FALOU POR SI

As declarações do representante português proferidas antes e depois da reunião do Conselho d'Ministerial da NATO, efectuada na semana passada em Oslo, destoam deveras com o espírito do comunicado final emitido ao fim de dois dias de sessões.

Constituiu preocupação dominante do Conselho o crescimento notável do poderio militar russo, "excedendo os níveis aparentemente justificáveis para fins de defesa". A intervenção soviética em Angola é um argumento pode-

roso e convincente para aqueles que apontam a URSS e a sua estratégia como perigosos factores de uma guerra mundial não muito longínqua.

O ministro Melo Antunes, ao contrário de outros dos seus colegas presentes na reunião, elogiou o desanuviamento e minimizou as núvens que adensam o horizonte da tão falada "détente".

As preocupações europeias e americanas no que diz respeito aos pontos frágeis da defesa ocidental face à ameaça soviética tiveram a sua tradução em termos da Aliança Atlântica. O Norte da Europa encontra-se sob uma tensão crescente. A base de Murmansk, em território russo, tem vindo a ser apetrechada metodicamente com o que de mais eficiente existe em matéria de armamento ofensivo. É já hoje conside-

rada a maior base do mundo. Às portas da Europa. Perguntam os estrangeiros: para quê?

Por outro lado, o Mediterrâneo continua a ser uma área da instabilidade que as forças do Pacto de Varsóvia têm sabido utilizar em seu proveito. Há, pois, uma desconfiança generalizada face à política de desanuviamento propagandeada pelos soviéticos.

Mas o mesmo não parece suceder com o ministro dos Negócios Estrangeiros português que se referiu, desta vez em Estocolmo, ao "éxito que constituiu a Conferência de Segurança Europeia", precisamente numa altura em que os resultados desta são julgados mais que duvidosos e em que se sublinha o facto de a União Soviética não ter ainda dado cumprimento a grande parte das cláusulas do Acto Final de Helsínquia.

As declarações de Melo Antunes levantam uma curiosa observação quando confrontadas com uma constatação transmitida pelo secretário-geral da NATO, Joseph Luns, segundo a qual "todos os ministros reunidos nesta sala pertencem a governos constituídos segundo os princípios da democracia, no respeito pela opinião dos seus concidadãos".

Esta afirmação parece ter sido posta em causa pelo próprio representante português através das posições por si assumidas, quando confrontadas com a dos partidos mais votados nas últimas eleições. Assim o julgam, pelo menos, alguns observadores atentos. J.M.

## RODAPÉ



"NÃO AO PC", diz Abelin aos italianos. Pierre Abelin, ex-ministro francês da Cooperação e secretário-geral do Centro Democrático, aproveitou a sua última viagem a Itália para alertar — em nome de Giscard d'Estaing — Aldo Moro e os seus amigos demócratas-cristãos, contra qualquer espécie de aliança governamental entre aqueles e os comunistas.

REFREAR O PC: preocupação da CGT (Confederação Geral do Trabalho francesa). Simpatizantes e militantes da CGT propõem-se reagir, dentro de certas federações, contra a influência crescente do Partido Comunista nos conflitos sociais. Segundo afirmam, esta influência limita a unidade de acção com a CFDT (central sindical socialista). Alguns militantes encaram mesmo a hipótese de colocação do problema a nível das instâncias confederais.

FRANÇA-RFA: política comum de armamentos. Os países europeus, liderados pela França e pela RFA, que, pela primeira vez, se reuniram em Roma,

no princípio de Fevereiro, sem a presença dos americanos, para reflectir sobre os meios de melhor coordenar as respectivas políticas de armamento, decidiram voltar a encontrar-se em Junho. Objectivo: aquilo a que, nos meios militares, se chama a "interoperacionalidade" de armamentos: isto é, a possibilidade de adaptar materiais de origens diferentes.

GÁS SOVIÉTICO para os EUA. Recusado pelo Congresso americano há dois anos, voltou à ordem do dia o projecto da construção, na Sibéria, de um gasoduto para transporte de gás soviético até à costa ocidental dos EUA.

Com efeito, as três companhias americanas interessadas, acabam de levar ao conhecimento da URSS que bancos da Europa ocidental (especialmente da Alemanha Federal, da Grã-Bretanha e da França) forneceriam os fundos necessários a este empreendimento. Objectivo: o fornecimento aos EUA de um bilião e meio de metros cúbicos de gás natural e de 500 milhões à França.

MOTINS NA UNIÃO SOVIÉTICA. Fontes ligadas à NATO informam que, antes do caso "Storojevoi", se registaram dois outros motins em unidades da Marinha soviética.



## Terreiro do Paço

### OUTRA COR PARA A "SALA DE VISITAS"

Entre o verde, o rosa, o vermelhão e o amarelo dividem-se as opiniões sobre a cor que deverão vir a ter os edifícios da Praça do Comércio. Mas poucos pensaram noutra possibilidade: o branco.

As preferências dos puristas da reconstituição original oscilam entre o vermelhão e o ocre tradicionais das casas apalaçadas da zona ribeirinha de antanho. Os mais conservadores prefeririam ver reconstituído no tom original, o verde escuro que, corroído por fluorescências, ainda se vê nas fachadas. Por sua vez, uma terceira corrente, que poderíamos catalogar de "oficiosista", veria com bons olhos a uniformização da praça sob o "rosa edifício público", que reveste quase tudo quanto é património do Estado. Contudo, para além da polémica, há, quanto a nós, um aspecto que deveria mais bem analisado: a conveniência ou não de uma cor forte para os edifícios que enquadram a praça.

As arcadas e cantarias dos edifícios, com o seu ritmo perfeito e uma escala extremamente bem conseguida, inteiramente concordante com as dimensões da praça, são, logicamente, os pontos a destacar no conjunto. De facto, olhando-se para a Praça do Comércio que conhecemos nos últimos anos, os únicos elementos que imediatamente saltam à vista são as cantarias, o arco que demarca o início da Rua Augusta e a estátua equestre de D. José (magnificamente colocada, numa posição ligeiramente avançada em relação ao centro da praça). No entanto, do enquadramento da praça em si nada transparece.

Também se perdem completamente os efeitos de luz e sombra durante as diferentes horas do dia e nas diferentes épocas do ano, diluídos no verde som-

brio. Assim, não é de estranhar que a imagem que normalmente se fixa da Praça do Comércio seja mais a de um somatório de pormenores de cantaria sobressaindo de um fundo uniforme, e não uma visão de conjunto de toda a praça.

O que confere monumentalidade à Praça do Comércio não são as cantarias, comuns aos edifícios de todas as épocas; nem a estátua de D. José, que, apesar de bela, não constitui, por si só, peça que "aguente" um tão vasto espaço. O que a praça tem de ímpar são a harmonia e o ritmo da sua traça, é o ser uma expressão pura do génio dos engenheiros militares da época pombalina, o símbolo da Lisboa reconstruída depois do terramoto de 1755.

Sob esta perspectiva, todos os pormenores se devem apagar a favor do realce do conjunto. Nenhum elemento deverá sobressair em detrimento dos restantes. Resumindo: os panos de parede dos edifícios deveriam ser pintados de branco. Só assim a Praça do



Terreiro do Paço: que cor?

Comércio recobriria todo o seu esplendor e dimensão, mostraria todo o seu potencial de beleza e harmonia.

Contra um fundo branco, todos os cambiantes de luz e sombra pareceriam nítidos, as linhas dominantes do conjunto seriam perfeitamente demarcadas, a praça em si reencontraria as suas verdadeiras dimensões.

A par dos tímidos ensaios de cor feitos sob as arcadas, o que, presentemente ressalta, de facto, é a força da ala recém-rebobada, que no tom cinza do cimento nos pode dar uma ideia do que poderia vir a ser o conjunto depois de reconstituída a sua pureza original.

M.R.F.

## Coelhos

### VÊM AÍ OS CHINESES

Vamos comer coelhos chineses: uma remessa de 73 toneladas, que já vem a caminho. Apesar de importados "via Espanha", chegam a Portugal mais baratos: quase por metade do preço da produção nacional.

Em consequência da falta de carne no mercado, algumas firmas portuguesas pediram autorização às entidades competentes para importar carcaças de coelho congelado.

O inédito deste negócio não está no tipo de produto, mas na procedência do mesmo: de facto, é a primeira vez que vêm coelhos da China, num total de 73 toneladas. E como Portugal não mantém relações diplomáticas com este país, a importação faz-se em sistema triangular, isto é, utilizando um terceiro (neste caso a Espanha) como intermediário.

Para breve também se espera outro carregamento semelhante, proveniente da Inglaterra. Em ambos os casos, as características das carcaças são as mesmas: sem cabeça, com peso entre os 800 g e 1 kg, embaladas em sacos de polietileno e metidos em caixas de cartão de 20 unidades.



Nisto tudo, uma questão a levantar. O coelho português é vendido a mais de 100\$00 o quilo. A dona de casa já o considera um artigo de luxo e são poucas as que lhe têm acesso. No entanto, os coelhos agora importados chegam a 51\$11 o quilo, e, mesmo postos à venda com uma margem de lucro bastante grande, sairão mais baratos do que os portugueses.

Mais uma situação anómala a que o consumidor português não pode ficar alheio. Porque entre o fomentar a produção nacional e pagar menos pelo produto estrangeiro vai uma diferença considerável. E é nesta diferença que se situam os problemas cada vez mais agudos do público que está farto, passe a imagem, de comer "gato por lebre".

F.F.

## Informação

# CONFERÊNCIAS POLÍTICAS NÃO ENCHEM BARRIGA

O objectivo do seminário que terminou ontem, em Lisboa, era debater problemas de informação. Afinal, não foram muitos os jornalistas que lá se deslocaram com esse propósito. Significativamente, havia mais gente a almoçar do que a ouvir os conferencistas estrangeiros...

Promovido pelo Ministério da Comunicação Social, decorreu em Lisboa um seminário sobre Informação, onde importantes nomes do jornalismo europeu e outras personalidades que, não sendo jornalistas, exercem em empresas do ramo a sua profissão, discutiram sobre matérias de especialidade.

Bernard Le Roy (chefe de produção do "Nouvel Observateur"), Jacques Sauvageot (director administrativo de "Le Monde"), Theo Bogaerts (secretário-geral da Federação Internacional dos Jornalistas), Jean Leroy (redactor-chefe do "Nord-Éclair" e professor da Escola Superior de Jornalismo de

A "CHARGE" DE CID

DE QUEM TINHA MEDO  
ESTA "SENHORA JUSTIÇA"??...





Lille), Jonathan Fenby (director da agência "Reuter"), prof. Van Spingel (da Universidade de Gand, conselheiro técnico de diversos jornais belgas) foram alguns dos nomes que, durante dez dias, discutiram com jornalistas portugueses múltiplos aspectos da actividade informativa.

O nome dos conferencistas basta para compreendermos a importância que as jornadas organizadas pelo ministério poderiam ter tido para o jornalismo português. Não o entendeu assim a maioria dos poucos profissionais que obtiveram as respectivas credenciais: a assistência reduzida sugeria um desprezo pelos problemas da sua actividade profissional ou a conclusão de que muito pouco teremos a aprender com a experiência estrangeira. O proselitista "Diário", que contestou a utilidade destas sessões, pode, na dúvida criada pela alternativa, vangloriar-se dos seus conselhos terem sido seguidos.

## ALGUMAS QUESTÕES BIZANTINAS

Objectividade, neutralidade, veracidade da informação foram palavras constantemente ouvidas no decurso do seminário. Palavras que sempre provocaram controvérsia. Pretexto para o embrulhar de muitas coisas, tema de meditações várias de alguns participantes que não perderam a oportunidade para um pouco de "filosofia".

Mas, sendo a informação um facto social, facilmente se pôs em causa o conceito de "objectividade". Desde a selecção da notícia à forma da sua apresentação — foi dito —, tudo decorre na base de critérios subjectivos, com a inevitabilidade das opções políticas e ideológicas de quem trabalha os dados, conteúdo da informação.

O redactor da notícia mais simples (ainda) não é um computador, mas um homem inserido numa sociedade, numa cultura, em preocupações determinadas. Contudo, seria abusivo concluir-se que a falsidade seja a essência da informação, espécie de mentira impressa. A função informativa, obedecendo a cânones estabelecidos (até na lei), traduz-se na transmissão de uma "certa" verdade, isto é, uma verdade relativa imposta pelas contradições sociais.

Este raciocínio, que ouvimos exposto no seminário, poderia, de resto, ser ilustrado com exemplos relativamente recentes: durante o "período gonçalvista" apareceu inscrita nas paredes de Lisboa uma legenda: "Os jornais mentem!" De facto, para os adversários do "gonçalvismo" (a larga maioria da população portuguesa), a mentira da informação então existente era uma verdade incontestável. Dobrado o 25 de Novembro, os que anteriormente impunham nos meios de Informação a sua verdade passaram a

clamar aos quatro ventos contra a mentira noticiosa.

Encaradas as coisas a partir deste ângulo, as noções de "objectividade" e "veracidade" são questiúnculas bizantinas. Mas para se "provar" que hoje em dia a censura interna se estabeleceu nos jornais, o bizantinismo é a melhor arma demagogicamente possível. E foi inevitavelmente a arma utilizada pelos contestatários revelados nos debates.

Fugiu-se, por isso, de outras questões, essas essenciais, apesar de Maria Antónia Palla (do Conselho da Imprensa), rebatendo as afirmações de existência de censura, ter indicado um rumo a nosso ver correcto. Ao serviço de quê, de quem, de que valores se colocou ontem e hoje a Informação? Ela está a favor ou contra a democracia, a favor ou contra a independência, a favor ou contra uma democratização cultural? Tudo o resto são tretas para brilhar os oratórios a cobrir mal disfarçadas intenções.

## OS PALADINOS DA "LUTA DE CLASSES"

Um facto se evidenciou nalgumas intervenções: certos paladinos da "luta de classes" são exímios na manipulação do conceito. Tão depressa se arrimam a ele para defesa das suas posições, como depressa o mandam às urtigas se se torna conveniente esquecê-lo. O oportunismo filisteu revela-se nisto. E vejamos porque.

Determinados "marxistas" um tanto apressados, esquecendo o vanguardismo de há meses, reclamam contra a censura hoje instituída nas redacções, gritam contra os "saneamentos", choram com a desprotecção do jornalista perante as flutuações do poder.

Face ao coro destes deserdados da fortuna (pois a sorte lhes foi madrastra no 25 de Novembro), a memória de muito boa gente pode avivar-se e perguntar: mas não foram eles mesmos que apodaram de reacçãoários os que se opuseram às estatizações, dos órgãos de Informação particularmente? Não foram eles mesmos agentes de saneamentos: na rádio, na televisão, na Imprensa? Esquecemos já o "caso Veloso" na RTP, as purgas no "Diário de Notícias", os conflitos no "Seculo"? No passado, não foram eles mesmos que negaram por sistema o direito de resposta nos jornais que controlavam (prática que se mantém nos órgãos em que imperam)?

Dizendo-se embora "marxistas", "marxizantes", "marxólogos" ou "marxianos", tanto faz, esquecem a tese marxista segundo a qual cada forma de governo, as ideias dominantes em cada momento, toda a superestrutura social em que a Informação se integra são cristalizações da luta de classes que apregoam. E esquecem que, sendo o

jornalista um homem de partido (no sentido de uma tomada de posição perante cada facto chegado às bancas de redacção), é também um cidadão responsável sofrendo as contingências dessa luta de classes. Quem anda à chuva molha-se, diz a sabedoria popular. Aceitem-se, pois, as consequências.

## UM PROJECTO CONDENADO

O projecto de Almeida Santos para a reestruturação da Imprensa foi, como se esperava, um tema em foco nos debates. Um dos actuais dirigentes do Sindicato dos Jornalistas, Mário Contumélias, pedira a sua discussão na sessão de abertura. E as perguntas postas aos conferencistas tinham, quase todas, uma referência implícita ou explícita ao controverso projecto.

No entanto, alegando um conhecimento insuficiente dos problemas da Informação portuguesa que lhes permitisse um juízo minimamente seguro, os conferencistas, convidados pelo Ministério da Comunicação Social, escusaram-se quanto puderam a pronunciar-se. Mas, apesar disso, uma palavra aqui, outra ali, mostraram o que verdadeiramente pensavam do projecto que o actual ministro da Comunicação reformulou a partir de um documento deixado na gaveta por Correia Jesuino.

Bernard Le Roy foi o conferencista que não recusou emitir opinião sobre o projecto de Almeida Santos, sublinhando as consequências: o quase inevitável despedimento de três quartos dos trabalhadores ocupados na Informação; a concentração das redacções como a experiência europeia parece indicar; a obrigatoriedade de renovação de equipamentos, exigindo um investimento que se afirma não possuir. Caso contrário, a fusão dos jornais prevista por Almeida Santos limitar-se-á ao somar dos problemas já existentes, mantendo-se tal-qualmente a situação.

Na base da inviabilidade do projecto do actual ministro, está um erro primário: o projecto não responde, de um ponto de vista político e técnico, aos problemas vividos pela Informação portuguesa. Os jornais não dispõem de potencial económico para a sua transformação; o capital fixo das empresas é insuficiente, enquanto o capital variável é excedentário e a estruturação inadequada; não existem escolas de jornalismo, não está definido um estatuto da profissão; o significado da larga estatização dos meios de Comunicação Social não tem sido convenientemente perspectivado; não se procuraram soluções técnicas válidas para os problemas criados pelas carências de matéria-prima no mercado nacional (falta de papel, por exemplo); tudo isto são questões que deverão ser encaradas num projecto minimamente sério



de reestruturação da Imprensa portuguesa. E as respostas que para elas forem achadas deverão ter em conta os valores estabelecidos pelos dois sufrágios realizados em Portugal depois do 25 de Abril: o respeito pelas liberdades democráticas e o desejo de manutenção da independência.

## O PRIMADO DA BARRIGA

O absentismo dos jornalistas aos trabalhos do seminário sobre informação foi, repetimos, chocante. Muitas das sessões estiveram quase às moscas. A "luta de classes" poderá ter sido um pretexto para estas ausências. Todavia, à hora do almoço volante, gratuitamente servido no "hall" do Hotel Tivoli, o número de jornalistas presentes multiplicava-se. Política é política, barriga é barriga.

A. M.

## Greves

### QUEM ESTÁ POR DETRÁS?

Aparentemente com finalidades diferentes, assiste-se neste momento a uma agitação sindical que, em qualquer momento, pode transformar-se num verdadeiro surto grevista.

Tudo se conjuga, aliás, para que esta agitação venha a ter o seu ponto quente em fins de Julho ou durante o mês de Setembro. E atrás dela está, sem dúvida, a linha PCP.

Se é verdade que a greve dos hoteleiros, orientada por uma comissão de luta tomada por elementos do partido de Cunhal e da UDP, parece ter como objectivo imediato uma declarada sabotagem económica, não é menos verdade que a dos empregados do comércio visava antes o reforço da influência da linha daquele partido no respectivo sindicato.

Não é menos verdade também que, conforme os casos, aquele partido está a fomentar a agitação ou a retardar processos em curso para que tudo venha a coincidir no mesmo período.

Retarda a discussão dos problemas

pendentes nos Sindicatos dos Químicos, CTT, Construção Civil, Chapeleiros. Mantém em fogo lento a questão dos enfermeiros, ajudantes de farmácia, madeireiros e função pública, entre outros, enquanto acelera a dos Sindicatos do Ramo Automóvel (parte comercial), Professores e Têxteis.

Se pensarmos que só este Sindicato

agrupa 280 mil operários, se pensarmos que a função pública mobiliza 200 mil, poderemos fazer uma ideia da amplitude da movimentação que se prepara. Resta saber para quando: em Julho ou Setembro? No período eleitoral ou na formação do Governo?

J. A.

## Viaje com o seu carro de comboio

boam  
rid Lis  
a Mad  
Lisboa Madrid Lisboa  
Madrid Lisboa Madrid  
Lisboa Madrid Lisboa M  
Madrid Lisboa Madri

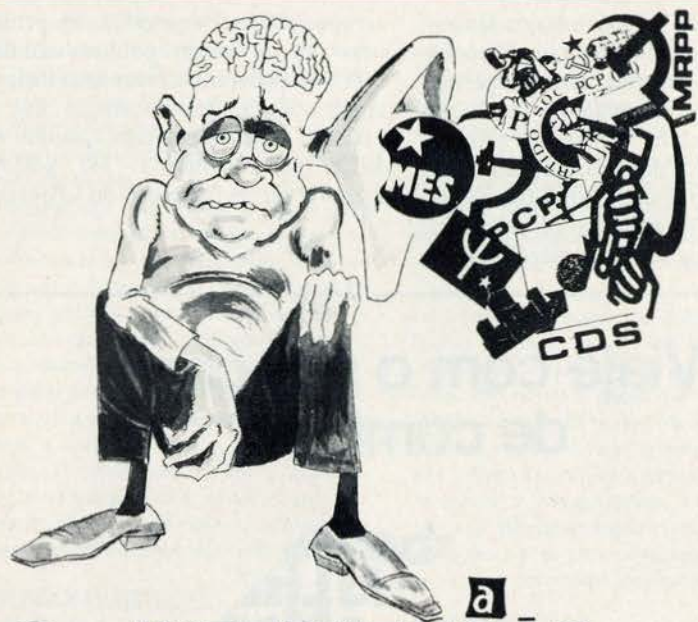
Lisbo  
a Mad  
rid Li  
Lisboa Madrid Lisboa M  
Madrid Lisboa Madrid L  
isboa Madrid Lisboa M  
drid Lisboa Madrid L  
oa Ma  
d Lisb  
Madri

AutoExpresso



Caminhos de Ferro Portugueses





## I S – INTERVENÇÃO SURDA

Neste período intereleitoral, uma das grandes vítimas desta avalanche política é, inegavelmente, o “surdo político”. Começam os desaires com as coisas que tem que “ouvir” nos sorrisos ternos dos candidatos, que, na televisão, prometiam as soluções que a sua surdez política passava em claro.

De resto, o nosso surdo é um homem que cedo ostentou a sua “opção”. Passeando-se sempre com um pasquim de “esquerda” debaixo do braço, o mais “independente possível”, arejando um “não ter nada a perder”, e arriscando, por entre ademanes, um demagógico “os surdos ao poder”...

Mas, demagogias à parte — que nele tinham eco —, digamos em abono da verdade que, para quem não tinha nada a perder, é um facto que a evolução do nosso homem redundava uma evidência de “ganho” social:

De colóquio em colóquio, sócio recente do Grémio Literário, habitué já do Tavares, o nosso surdo rapidamente se passou de independente de direita para independente de esquerda, o que,

no seu simples explicar, “não passa de uma questão posicional”! E ria, à mesa das “boîtes”, bebendo o copo final de cada dia do desenrolar político, em que os da “panelinha” falavam dos novos “tachos”, e em que ele botava fala sobre o problema económico que já o assaltava, pois se considerava escravo de uma burguesia que o explorava vendendo uísques e gins tónicos a 100 e 50 e mais escudos “mas, que diabo, para falar um homem precisa de ter a garganta húmida...”

Num dia em que, assoberbado pela ideologia que não o deixava sequer trabalhar, depois dos tempos cansativos da campanha eleitoral, em que idolatrara inevitavelmente a “maioria de esquerda”, fomos encontrá-lo no “stones” do costume, agarrado à geografia.

O livro era o “Atlas”, de João Soares, que logo petulantemente desculpou chamando-lhe “reaccionário, mas útil à causa do partido.”

Aqui, admirámo-nos:

Que ele optasse pelo que quisesse, que reformasse o que bem ou mal entendesse, que fosse mais ou menos à

esquerda, que falasse melhor ou pior, já nos era indiferente. Agora, estávamos surpresos por se partidizar, por se limitar às amarras de um partido nas suas próprias palavras, “não porque o marcasse, mas porque o marcasse, mas porque lhe cortava as asas para voos mais altos” (e nós calculamos a que oportunistas voos ele se referia...).

Então ele desculpou-se, depois de lhe gritarmos — obrigados pela surdez e pela música ambiente — a nossa dúvida que não queria dizer partido na acepção usual, mas que achava bem que as pessoas se ligassem, se agrupassem sob um objectivo comum, isso era outra coisa.

Aliás, que fazia ele ali, enquanto os outros, os burgueses, dançavam ao som das reaccionárias músicas americanas?

Ele afundava a cabeça no “Atlas” e tentava ver a real influência geográfica do Terceiro Mundo no engano continental que, na verdade, é a Europa de Oeste. E concluía triunfante:

“Só por escassas milhas marítimas é que os nossos pescadores não são mediterrânicos. E a influência dos mouros não se fez pelo grande mar quase interior, rodeado de Áfricas e Ásias, bordejando a Itália de Berlinguer e a França marchaisiana?”

Aí vimos que, realmente, o nosso surdo era um caso perdido. Um intervencionista com água pela barba, mas que, em vez da dita, o que metia era álcool. Insistimos:

Mas que partido, que grupo enfim o apagava, o levava a conjecturar sobre o futuro de um mar longínquo, se ele, que bem o conhecíamos, nem sequer no Estoril molhara os pés, nem tão-pouco o “croll” articulava nas piscinas municipais?

O nosso surdo, como de costume, fez que não ouviu.

E, tentando disfarçar a inquietação que, apesar da média luz da sala, lhe invadia o rosto, chamou o rapaz do bar, mostrou-lhe nervosamente o copo vazio e gritou:

“Rapaz, outro Gis-tónico!”

OTO RINO



# Hã 50 anos

## A CRISE ECONÔMICA

# PROVOCOU O 28 DE MAIO



Uma posição de Artilharia fiel à "revolução", no alto do Parque Eduardo VII, junto à Penitenciária de Lisboa

O 28 de Maio foi há 50 anos. A crise económica, que os sucessivos governos da República não conseguiram sustentar, esteve na origem directa do movimento de que nasceu o Estado Novo. Uma lição para os governantes de hoje.

Há 50 anos, um golpe militar destituiu a República Democrática, implantada em Portugal em 5 de Outubro de 1910. O general Gomes da Costa, figura ligada ao Partido Radical, tomou o pregão em Braga contra a "ditadura do Partido Democrático", vencedor quase perpétuo das eleições, e, à frente das suas tropas, marchou sobre Lisboa. Não houve resistência.

Outro dos cabecilhas do golpe, Mendes Cabeçadas, viu os revoltosos passarem por Sacavém. Juntar-se-lhes-ia no dia seguinte, na capital, a fim de participar no primeiro Governo da nova situação. Para pouco depois ser afastado.

Entretanto, os partidários da Internacional Sindical Vermelha, o Partido Comunista, alguns ramos sindicais de orientação socialista proclamaram uma greve geral política, que quase nenhuma repercussões teve. Ninguém acreditava que os novos governantes ficassem para durar.

Mas até 1933 estabeleceu-se um regime chamado de "ditadura militar", transformando-se num Estado Novo, corporativo, moldado sobre o figurino mussoliniano, com alguns enxertos de cepa sidonista e integralista. Só 48 anos mais tarde a "gloriosa revolução

do 28 de Maio" (como lhe chamava Salazar) seria derrubada por outro golpe militar, conduzido por oficiais democratas.

### A EXPERIÊNCIA SIDONISTA

O consulado de Sidónio Pais, de 1917 a 1918, foi a primeira tentativa de um Governo autoritário em Portugal. Sidónio, apoiado em Tamagnini Barbosa e Machado Santos, estribou-se no Exército para pôr em prática uma política de demagogia social (a "sopa dos pobres", a Caixa de Depósitos, inicialmente com a característica de casa de penhores) e de repressão.

Aproveitando-se do furor que dos arraiais sindicalistas se levantava contra o líder democrático, Afonso Costa, cognominado pela União Operária Nacional com o significativo epíteto de "caça-sindicalistas", para favorecer um incipiente capital financeiro, já então existente: os Burna, e a família Espírito Santo, que começava a impor-se entre os senhores da banca, por exemplo.

Sidonio chegou ao poder por um golpe de Estado. Na Rotunda, onde começavam quase todas as "bernardas" da I República. Foi recebido como um libertador que retirava o Go-

verno aos eternos maioritários das eleições parlamentares: ao tempo os "democráticos", como eram conhecidos os adeptos do Partido Republicano Português.

Compreendendo que não podia esmagar os adversários todos de uma só vez, Sidónio tratou de isolá-los, um por um, e, desse modo, progressivamente esmagá-los. Primeiramente foram os democráticos a sofrer a perseguição dos beaguins da "situação" (nome por que o consulado sidonista era conhecido). Depois os "evolucionistas" (partido liderado por António José de Almeida) e, logo de seguida, os "unionistas" (chefeados por Brito Camacho, que hesitantemente tinham apoiado o golpe de Estado de Sidónio, ele também "unionista"). Por fim, a repressão abateu-se, a partir de Maio de 1918, sobre o movimento sindical. Os sindicalistas revolucionários, que tinham negociado tréguas com Sidónio Pais — uma delegação chefiada por Alexandre Vieira fora à Rotunda propor a sua neutralidade, sob condições —, viram-se surpreendidos pela política económica dos situacionistas.

O movimento grevista explodiu a partir dessa altura, vindo a desembocar numa malograda greve geral em Novembro de 1918, onde a palavra de ordem dos soviéticos, a acreditar em Consiglieri Pedroso ("Sidónio Pais e o seu Consulado"), apareceu pela primeira vez no nosso país.

Todavia, ao mesmo tempo que os



adversários eram desbaratados, a base de apoio da oposição engrossava. Por outro lado, se o triunfo de Sidónio assentara nas promessas de pôr cobro à participação portuguesa na grande carneficina mundial de 1914-1918, não só a retirada do contingente português da Flandres se não verificara como a não renovação do contingente destacado para as trincheiras conduzia a outros problemas: os crescentes motins no corpo expedicionário, nomeadamente.

O sidonismo foi consequência do descalabro económico a que a administração democrática não soubera furtao País. Sofrendo com a crise dos anos da guerra, a quebra do mercado internacional, a falta de transportes e as despesas nacionais com o esforço de guerra, a economia afundara-se. A agitação social, as acirradas "tricas" parlamentares, a dança dos governos criavam junto das classes dominantes o desejo de sossego, de "ordem" nas ruas. Sidónio Pais foi a espada conveniente num país onde o Exército, devido à existência de uma situação de guerra, assumira uma importância decisiva.

Pela estrutura que deu ao Estado, Sidónio Pais pode ser apontado como um precursor do fascismo: um sistema bicamarário, onde se notava um embrião de Câmara Corporativa; reforço das funções repressivas do aparelho estatal e criação de novas polícias; tentativa de instituição de partido único — o partido situacionista; atribuição de um papel carismático ao chefe, como condutor de massas; o Estado ao serviço directo da banca (embora existisse já um esboço de aliança entre a banca e a indústria, o capital predominante era ainda mercantil).

Mas Sidónio não tinha uma doutrina, apesar de alguns conceitos recolhidos da cepa do integralismo lusitano. Quando Sidónio foi abatido a tiro, o regime não estava consolidado. O seu sucessor, Tamagnini Barbosa, não conseguiu manter a unidade dos situacionistas e deixou os monárquicos proclamarem a "Monarquia do Norte" e rebelarem-se em Monsanto.

Para se opor aos monárquicos, teve de estender as mãos aos republicanos. A "arrancada de Monsanto", verdadeiro levantamento popular antimonárquico, varreu a tentativa restauracionista e liquidou os restos do sidonismo,

reimplantando as liberdades democráticas.

Foi no sidonismo que, anos mais tarde, um professor de Coimbra, António de Oliveira Salazar, recolheu uma experiência à qual juntou ensinamentos obtidos na Espanha de Primo de Rivera, na Itália de Benito Mussolini e na Alemanha de Adolfo Hitler. De todos eles colheu o funcionamento de um Estado de tipo novo, aprendeu deles a maneira de lhes sobreviver.

## UMA DEMOCRACIA DIFÍCIL

O restabelecimento da democracia em 1918 veio encontrar um país exaurido, na bancarrota. A Conferência de Paris, na qual as potências beligerantes triunfadoras impuseram aos vencidos a obrigação do pagamento de indemnizações, não teve em conta as reclamações do Governo português, parceiro menor na mesa das negociações. A dívida externa contraída junto da Grã-Bretanha, para custear as despesas de guerra, deixara o País sob a dominação inglesa. A inflação galopante não podia ser sustida.

Os preços das mercadorias subiam em flecha, sobretudo os dos artigos de primeira necessidade. Entre 1914 e 1922, o preço do arroz aumentou 11 vezes, o da batata 16 vezes, a carne de vaca subiu 1175 por cento, o carvão

900 por cento, o preço do leite aumentou 9 vezes, o pão 10, o petróleo 1875 por cento... Os salários, em consequência de greves, algumas delas violentas, registaram grandes subidas, mas não acompanharam o ritmo dos preços. No referido período, o salário de um carpinteiro subiu 8 vezes, o de um metalúrgico 6 vezes, o de um pedreiro apenas 700 por cento, o de um tipógrafo 602 por cento, o de um trabalhador rural 620 por cento.

Nas circunstâncias de um agravamento das condições de vida das classes trabalhadoras, não havia campo de manobra para políticas reformistas. Por isso, a participação dos socialistas no governo não teve sucesso e redundou no seu desprestígio. O Partido Socialista recebeu a pasta do Trabalho no primeiro Governo saído da "arrancada de Monsanto": foi uma passagem efémera que serviu apenas para perder os últimos apoios que ainda contava entre as classes trabalhadoras.

A agitação social seria disto uma consequência inevitável. De 1918 ao primeiro semestre de 1925, o número de greves subiu quase ao mesmo ritmo da inflação económica.

O desejo de estabilização voltou a fazer-se sentir de maneira cada vez mais intensa entre as classes médias e os grandes possidentes.

A crise económica, explicando a terrível crise política dos oito últimos

21 de Outubro de 1929, na Câmara Municipal de Lisboa, quando de uma manifestação a Salazar, promovida pelos municípios do País. O futuro ditador agradece com o discurso "Política de verdade, política de sacrifício, política nacional"





anos da República Democrática, foi o desespero dos governantes. O quadro seguinte da dívida externa ilustra a dimensão dessa crise:

ANO	MILHARES DE LIBRAS
1918 .....	124 029
1919 .....	140 455
1920 .....	101 159
1921 .....	77 356
1922 .....	81 075
1923 .....	71 920
1924 .....	68 344
1925 .....	80 070
1926 .....	92 172

Simultaneamente, a especulação bancária atingiu níveis astronómicos. De 1918 a 1920 foram criados onze bancos, sem contar as casas bancárias aparecidas por essa altura: Banco Auxiliar do Comércio, Banco Colonial Português, Crédito Comercial, Espírito Santo, Fomento Nacional, Industrial Português, Internacional de Comércio, Banco da Madeira, Banco Popular Português, The London Merchant Bank, Lond and River Plate Bank.

Entre 1920 e 1925 faliram 14 bancos. A taxa de desconto do Banco de Portugal reflectiu as pressões do mercado: em Julho de 1920 cotava-se em 6 por cento, subindo sucessivamente para 6,5 por cento, 7 por cento, 8 por cento, atingindo os 9 por cento em Setembro de 1923. Consequentemente, teve-se a desvalorização da moeda, o que, por sua vez, determinou a diminuição das receitas do Estado: em 1922/23 estas caíram a dois terços das de 1919/20 e a mais de metade das existentes antes da guerra. Para compensar a quebra monetária, o Estado agravou os impostos e em 1924/25, por exemplo, a contribuição industrial subiu para o dobro da estabelecida no ano anterior.

A desvalorização da moeda foi um flagelo dos governos democráticos consecutivos. Em 1919, a cotação do escudo relativamente à libra estava em 7.54; em 1920 passou para 11.54, em 1921 para 29.23; em 1922, 45.75; em 1923, 91.70; e em 1924, 127.40.

Álvaro de Castro, para em 1924 conseguir parar a descida do valor do escudo, teve de vender as reservas de prata do Banco de Portugal. Paralela-



Missão cumprida, em Braga, o general Gomes da Costa regressa a Lisboa, onde é afectuosamente recebido pela família



30 de Maio de 1926: já nessa altura o Rossio era ponto de reunião obrigatório das pessoas em busca da última novidade política

mente, deu-se a fuga de capitais para o estrangeiro — em 1920 estavam depositados em bancos estrangeiros perto de 8 milhões de libras esterlinas pertencentes a portugueses (mais de seis vezes a circulação monetária total no País) — além do entesouramento, por particulares, especialmente na província, de grande quantidade de ouro e prata.

A instabilidade económica, a par da instabilidade política, estão na origem do movimento do 28 de Maio. O grande capital necessitava de um regime autoritário que pusesse cobro a esta situação, permitindo-lhe acumular em

“paz”, em “ordem”, em “tranquilidade”. No período de 1925 a 1930, entra-se numa situação chamada de restabelecimento do equilíbrio económico e financeiro, que se caracteriza por uma estabilização dos preços e uma tendência acentuada para uma diminuição do salário nominal no sector industrial, com conseqüente prejuízo do nível alcançado previamente pelo seu poder de compra. (José de Alarcão)

Quando, em Abril de 1925, Filomeno da Câmara e outros oficiais tentam um golpe de Estado fracassado, ensaiou-se o derrubamento de uma democracia difícil pelos sabres militares. Só que, então, a situação não estava ainda amadurecida. Está-lo-ia um ano mais tarde.

AFONSO MANTA



---

comunistas  
socialistas  
a união  
é um combate

ETIENNE FAJON

a importância  
deste pequeno livro  
está à medida  
desta grande questão

**MORAES**  
editores

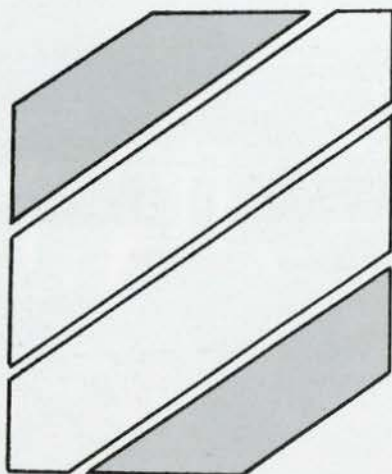
DISTRIBUIÇÃO "O SÉCULO"  
R. do Século, 43  
Lisboa



Este livro cobre um tempo que vem de 1973 à actualidade, incluindo o 25 de Novembro. Livro de um militar que viveu os acontecimentos por dentro desde a primeira hora do 25 de Abril, percorre em consequência a criação do movimento dos capitães, a sua evolução até ao MFA, o 16 de Março de 1974, o 25 de Abril, o 28 de Setembro, o 11 de Março, o verão quente de 75, até chegar ao contexto do 25 de Novembro: a assembleia de Tancos, os documentos dos "Nove" e do Copcon, a queda de Vasco Gonçalves, o VI Governo e sua contestação permanente, a FUR, os SUV, o próprio 25 de Novembro e suas consequências.

**Capitão Fernandes**

**PORTUGAL**



**nem tudo está perdido**

**do Movimento dos Capitães ao 25 de Novembro**

À venda nas livrarias

Ulmeiro Editores

Distribuidora "O Século"



# BALAIA

# Penta Hotel

# ALBUFEIRA / ALGARVE



TELS. 52681 A 52686 - TELEX 18298